

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA PÚBLICA
NÍVEL DE MESTRADO**

DENILTON GABRIEL AMBROSIO DA ROCHA

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA PERSPECTIVA HISTÓRICA:
OS *TESOUROS DESCOBERTOS* (XVIII) DE JOÃO DANIEL PARA OS
PÚBLICOS NO *INSTAGRAM* (XXI)**

**CAMPO MOURÃO – PR
2025**

DENILTON GABRIEL AMBROSIO DA ROCHA

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA PERSPECTIVA HISTÓRICA:
OS *TESOUROS DESCOBERTOS* (XVIII) DE JOÃO DANIEL PARA OS
PÚBLICOS NO *INSTAGRAM* (XXI)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Pública – PPGHP, nível Mestrado, da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Linguagens e Saberes

Área de Concentração: História Pública

Orientadora: Dra. Eulália Maria A. de Moraes

**CAMPO MOURÃO – PR
2025**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Ambrosio Da Rocha, Denilton Gabriel
Educação Ambiental na Perspectiva Histórica: os
Tesouros Descobertos (XVIII) de João Daniel para os
Públicos no Instagram (XXI) / Denilton Gabriel
Ambrosio Da Rocha. -- Campo Mourão-PR, 2025.
147 f.

Orientador: Eulália Maria A. de Moraes.
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação
Mestrado em História Pública) -- Universidade
Estadual do Paraná, 2025.

1. História Pública. 2. Natureza. 3. História
Ambiental. I - A. de Moraes, Eulália Maria
(orient). II - Título.

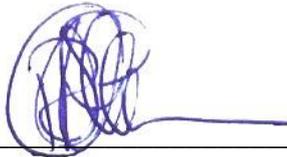
DENILTON GABRIEL AMBROSIO DA ROCHA

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA PERSPECTIVA HISTÓRICA:
OS “TESOUROS DESCOBERTOS” (XVIII) DE JOÃO DANIEL PARA OS
PÚBLICOS NO INSTAGRAM (XXI)**

BANCA EXAMINADORA



Dra. Eulália Maria A. de Moraes (orientadora) – Programa de Pós-Graduação em História Pública (Universidade Estadual do Paraná – Unespar)



Dr. Ricardo Tadeu Caires Silva (Universidade Estadual do Paraná – Unespar)



Dr. Christian Fausto Moraes dos Santos (Universidade Estadual de Maringá – UEM)

Data de Aprovação

10/03/2025

Campo Mourão – PR

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais que, sob muito sol, fizeram-me chegar até aqui, na sombra. Também à minha avó, que me ensinou muito, menos a viver sem ela.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela força, pela fé e pela determinação. Todas as vezes que procurei por auxílio, ouviu-me e atendeu. Por Sua graça, demonstro meu sentimento de gratidão.

Agradeço à minha família, pois sempre foram fundamentais para que eu me tornasse quem sou hoje e chegasse onde estou. Sinto muito se, em algum momento, eu não demonstrei o suficiente, mas sou extremamente grato e reconheço tudo o que vocês fizeram por mim em suas vidas. Norma, eu te amo! Moisés, eu te amo! Daniel, eu te amo! Com esse trabalho reconheço vocês como mestres em minha vida.

Agradeço aos meus professores de formação, especialmente à doutora Eulália Maria Aparecida de Moraes, que, com muito zelo, me ensinou e introduziu nos caminhos da pesquisa científica, continuamente me incentivando a dar o próximo passo. Suas orientações foram sempre humanas, afetivas, atentas e inspiradoras. Muitos conselhos para os estudos, porém, também muitos conselhos para a vida e a existência. Por todos esses anos, conquistas e cuidados, sou grato!

Agradeço aos professores doutor Ricardo Tadeu Caires Silva e doutor Christian Fausto Moraes dos Santos, os quais dedicaram significativo tempo examinando essa dissertação com minúcia e acuidade. Seus conselhos, sugestões e correções foram precisas para a lapidação do trabalho. Sou grato por terem sido solícitos comigo.

Sou muito grato à Giovana por todo seu apoio, compreensão, companheirismo, suporte, amizade e afeto. Sem você, com certeza o curso de mestrado teria sido mais difícil de atravessar. Entretanto, com a facilidade que você tem, tornou o processo mais suportável diante das dificuldades. Você foi fundamental para mim, tanto pessoalmente, quanto profissionalmente. Além disso, você me impulsiona na busca por ser melhor. Cada conversa, mensagem, sugestão, celebração, contribuíram significativamente nessa caminhada. Agradeço por todas as vezes que, diante de problemas, você me ajudou demonstrando o seu cuidado comigo.

Destaco minha sincera gratidão à Mirela, que quando me deparei com sentimentos desestimulantes, soube me incentivar de forma assertiva e muito acolhedora. Também, eu te agradeço por ter me ajudado a elaborar as artes usadas no *Instagram* aqui estudado. Agradeço à Maria Luiza Galhardo pelas conversas estimulantes que nutrimos durante esse percurso e por evidenciar sua confiança em mim na realização desse trabalho.

Aos meus colegas do curso de mestrado, especialmente Emily, Isabela e Jair, com os quais aprendi, debati e me diverti ao longo da caminhada. Amo cada um de vocês!

Por fim, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História Pública por tantos aprendizados e experiências significativas em minha jornada acadêmica e profissional. Ainda agradeço o apoio financeiro dado pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, financiadora da minha bolsa de pesquisa, que contribuiu expressivamente para o meu desempenho nesse curso de mestrado.

A vida atravessa tudo, atravessa uma pedra, a camada de ozônio, geleiras. A vida vai dos oceanos para a terra firme, atravessa de norte a sul, como uma brisa, em todas as direções. A vida é esse atravessamento do organismo vivo planeta numa dimensão imaterial.

A ideia de nós, os humanos, nos descolarmos da terra, vivendo numa abstração civilizatória, é absurda. Ela suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos.

- Ailton Krenak.

RESUMO

ROCHA, Denilton Gabriel Ambrosio da. **EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA PERSPECTIVA HISTÓRICA: os *Tesouros Descobertos* (XVIII) de João Daniel para os públicos no *Instagram* (XXI)**. 149f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História Pública – Mestrado. Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Campo Mourão, 2025.

As medidas recomendadas para a natureza amazônica do Estado do Grão-Pará e Maranhão no projeto do Pe. João Daniel (1757-1776) em sua perspectiva deveriam conduzir a uma reorganização do modelo de produção. Considerando as investigações sobre as relações sociopolíticas e o desenvolvimento das ciências na Modernidade, os estudos a respeito da produção do Pe. João Daniel apontam para uma exploração racional, organizada, que, de alguma maneira, pudesse propor uma relação melhor com a natureza. Nessa investigação, utilizamos da discussão bibliográfica para alcançar nossos objetivos. Desse modo, este trabalho é relevante a partir da compreensão de que não existiam trabalhos acadêmicos de história que buscavam levar as proposições do jesuíta João Daniel para a América Portuguesa no final do século XVIII, como exemplo de temática histórica que leva ao debate, para o espaço público do *Instagram*. A História Pública é um espaço de diálogo da produção do conhecimento, não apenas divulgação da História. A produção do saber acontece de forma compartilhada, sendo que o foco no lugar artesanal da produção é maior que em um possível resultado.

Palavras-chave: História Pública. Natureza. História Ambiental.

ABSTRACT

ROCHA, Denilton Gabriel Ambrosio da. **EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA PERSPECTIVA HISTÓRICA: os *Tesouros Descobertos* (XVIII) de João Daniel para os públicos no *Instagram* (XXI)**. 149f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História Pública – Mestrado. Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Campo Mourão, 2025.

This study examines the recommendations for the Amazonian nature of the Grão-Pará e Maranhão State proposed by Father João Daniel (1757-1776), which advocated for a reorganization of the production model. Rooted in investigations of sociopolitical relations and the development of sciences during Modernity, Father João Daniel's works suggest a rational and organized approach to resource exploitation, aiming to foster a more harmonious relationship with nature. Through bibliographic analysis, this research underscores the absence of historical academic works that addressed the Jesuit João Daniel's propositions for Portuguese America in the late 18th century. The study explores how these ideas can serve as a basis for historical debate within public spaces, particularly on Instagram. Public History is presented as a platform for dialogue and shared knowledge production, where the process of knowledge creation takes precedence over mere dissemination or outcomes.

Keywords: Public History. Nature. Environmental History.

SUMÁRIO

FRAGMENTOS DE MEMÓRIAS: um memorial afetivo	11
INTRODUÇÃO: de onde partimos	17
CAPÍTULO 1: UM PADRE JESUÍTA NA AMAZÔNIA DO SÉCULO XVIII ..	31
1.1 A Amazônia e os <i>tesouros descobertos</i> no século XVIII	34
1.2 O <i>Tesouro Descoberto</i> em um contexto de mudanças	45
1.3 João Daniel e as proposições para a região amazônica: breve estado da arte	60
CAPÍTULO 2: A NATUREZA AMAZÔNICA NO SÉCULO XXI	72
2.1 Olhares a partir da mídia jornalística: a WWF e o G1 (2020-2023)	75
2.2 Olhares de públicos no <i>Instagram</i>	87
2.3 História Pública no <i>Antropoceno</i>	98
CAPÍTULO 3: EDUCAÇÃO AMBIENTAL POR MEIO DA HISTÓRIA PÚBLICA AMBIENTAL	109
3.1 A educação ambiental na perspectiva histórica	109
3.2 Educação ambiental <i>para e com</i> os públicos	117
3.3 Reflexão sobre as relações com os públicos	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
FONTES	140
REFERÊNCIAS	141

FRAGMENTOS DE MEMÓRIAS: um memorial afetivo

Eles responderam: “Quem tem medo de um chapéu?”.

Quando eu estava pensando sobre como poderia me sentir mais inspirado ou instigado a escrever meu memorial para a disciplina de *Projeto Integrador em História Pública*, ministrada pela profa. dra. Cyntia Simioni França, refleti: “talvez o Pequeno Príncipe me ajude”. Comentei isso com a minha colega Emily, que sorriu e disse: “Por que não? Se isso vai te ajudar, vai fundo!”. Quando pensei sobre o que eu poderia dizer sobre mim, quais lembranças eu deveria dar destaque e comentar, sem dúvidas, a produção deste breve texto me fez refletir sobre diversas coisas. No encontro de fechamento da disciplina de *Projeto Integrador*, comentei que o memorial me inspirou da mesma forma que um cachorro inspira um coelho durante uma perseguição de caça. Eu corri de escrevê-lo, muito. Mas, não pude fugir ou escapar das reflexões sobre mim e minha vida pessoal e acadêmica que surgiram.

Então, não considero que os sujeitos são os mesmos desde o nascimento até a morte. Mudamos e devemos mudar. Nessa feitura contínua, buscamos a todo instante ser melhores do que éramos em momentos pretéritos. Com uma pontinha do pé no pensamento filosófico de Heráclito de Éfeso, considero que o mundo e os indivíduos estão em “um eterno *devenir*”. Uma constante mudança, imprevisível, que nos caracteriza individualmente dentre os outros no mundo, mas também em nós mesmos. Não sou o mesmo de ontem, nem o mesmo de 10 anos atrás. Da mesma forma que não serei o mesmo amanhã ou daqui a 20 anos. Eu *estou*, não *sou*. Estou em um constante processo de transformação e mudança, tal qual uma obra em constante melhoramento, interajo dialeticamente através de trocas com o meio e os sujeitos com os quais me relaciono. Na dinâmica de transformação eterna, nem sempre temos controle sobre o que pode acontecer ou por onde iremos passar. Mas, nela busco ir para momentos melhores, tentando atingir versões melhores de mim. Não sou a melhor pessoa do mundo e com certeza nem sempre fiz as melhores escolhas que poderia fazer, entretanto, me posiciono em conhecer essas versões. Conforme o filósofo mencionado, *a única coisa que não muda é que tudo muda*, portanto, podemos nos posicionar como sujeitos das mudanças, transformações e processos pelos quais buscamos ser melhores. *Eu sou assim... processo constante de vir a ser*.

O Pequeno Príncipe é a minha leitura segura. Não é *Manifesto do Partido Comunista*, *O Capital* ou *A Era das Revoluções*, mas me faz pensar criticamente sobre quais caminhos tenho seguido e quais ações tenho realizado. No meu cotidiano, o que eu tenho visto: um chapéu

ou uma serpente que comeu um elefante? Não faço referência somente às perspectivas políticas, sociais ou econômicas. É sobre entender que eu existo de diversas formas, como um sujeito complexo, antes dessas escolhas. Enxergar serpentes hibernando ao invés de chapéus me faz refletir sobre qual ser humano eu quero me tornar, quais caminhos quero trilhar e quais lutas desejo lutar. Isso é pessoal, mas é parte das minhas experiências acadêmicas. Não existe um Denilton Gabriel “de carne e osso” *versus* um Denilton Gabriel “acadêmico”. Esses meus espaços individuais se conversam e se transformam dialeticamente. Nas duas esferas, não pretendo deixar de ver “serpentes que engolem um bicho inteiro, sem mastigar”, quero ver a jiboia devorando o elefante e hibernando.

“Isso é uma caixa. Dentro dela está seu carneiro”.

Durante o Ensino Fundamental I comecei a desenvolver certo apreço pelos estudos e pelo conhecimento. Fazia os deveres de casa sem reclamar e, depois de me divertir com meus brinquedos, ainda ia fazer cartinhas para minhas professoras. Claro, a matemática já saía na frente como candidata a ser a matéria que eu menos me daria bem ao longo da minha jornada. Escrever estorinhas era melhor e mais empolgante. Ler era divertido, fazia-me viajar em minha própria imaginação. Mas os números não me encantavam nem me provocavam efetivamente. No Ensino Fundamental II, meu interesse foi se direcionando para a Geografia e a História. Eram empolgantes em seus mapas e conflitos. A disciplina de Língua Portuguesa havia começado a ficar muito complexa para mim, e a matemática, nem preciso salientar. No sexto ano lembro que a minha professora de História, Cristiane, no Colégio Estadual Manoel Romão Netto, fez uma festinha para experienciarmos os vários alimentos que derivavam do milho. Isso me marcou, contribuindo pelo interesse na disciplina.

No primeiro ano do Ensino Médio, a mesma professora fez uma aula especial em que todos os alunos foram fantasiados de personagens da mitologia grega e cada um de nós falamos sobre aquele personagem que estávamos caracterizado. Essa aula também me marcou. Estava de Perseu, contando a respeito da Medusa. Foi uma experiência ótima. Não tenho nem uma dúvida de que ela foi uma das inspirações para que eu quisesse fazer a graduação em História. Já falei isso para ela, pois mantivemos contato ao longo dos anos. No Ensino Médio eu já tinha convicção de que queria ser professor e ensinar sobre os processos históricos. Claro, como sujeito em constante transformação, naquela época eu tinha outras perspectivas e olhares, e quase fui para a Filosofia.

A minha caixa, na qual eu imagino o meu carneirinho dentro, são os estudos. Entre 2016 e 2017 comecei a estudar de fato, pois queria passar nos vestibulares. Não somente fazia as

atividades da escola, como deveres de casa e trabalhos. Foi então que comecei a estudar praticamente todos os dias, por longos períodos de tempo e faço isso até hoje. Nessa caixa, eu imagino a minha inspiração, missão ou até mesmo meu objetivo de vida. O fato é que a única coisa desenhada e visível é a caixa, o que está “dentro” vem da minha própria imaginação. Portanto, isso é minha missão porque eu acredito que ela seja. Assim como o carneirinho do *Pequeno Príncipe*. Os sonhadores, em suas jornadas repletas de ajustes, são as únicas pessoas que podem criar uma realidade diferente.

“Era uma vez um pequeno príncipe que habitava um planeta pouco maior que ele próprio, e queria ter um amigo...”

Como “nerd”, algumas vezes acabei por valorizar mais os estudos do que fazer amizades e socializar. Em alguns momentos me senti sozinho por não saber ao certo como equilibrar os estudos, que eu já passava a considerar como meu trabalho, e o lazer. Durante a graduação, por exemplo, declinei convites de confraternizações para ficar estudando. Claro, não me arrependo dessas escolhas, afinal estudar possui grande significado para mim. Mas, ao mesmo tempo, me sentia um pouco distante dos colegas, como se os estudos fossem um planeta pouco maior que eu, e eu estava sozinho.

Com a terapia tenho aprendido a equilibrar melhor os momentos em que devo trabalhar-estudar e quando devo reservar para mim e meu descanso, além de reservar momentos para socializar com os outros sujeitos. Hoje consigo entender melhor que na caixinha existem outros planos. No mestrado isso foi mais fácil de equilibrar, pois meus colegas participavam de angústias, aflições e preocupações parecidas das minhas, o que nos faz desabafar sobre um lado enquanto aproveitamos o outro. Além disso, dividi momentos de preocupação com quem sempre soube me ajudar. Giovana, segurando minha mão, olhando nos meus olhos dizia que eu iria conseguir e que já tinha muito orgulho de mim. Por isso tenho muita gratidão por você.

“Sinto que mais pareço um adulto. Acho que estou ficando velho...”

A vida acontece violentamente e não espera nos sentirmos prontos para isso. Quando entrei na graduação em História no campus de Paranavaí da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), os estudos já não eram só pelo prazer ou pelo interesse, tal qual no Ensino Fundamental I. Era sério. Agora era trabalho, eu já era quase maior de idade. Havia prazos, demandas, atividades obrigatórias, extensão a executar, pesquisa, etc. Comecei a pensar em mim mesmo como adulto, o que trouxe junto muita ansiedade, a qual preciso tratar até hoje.

Mas será que eu deveria abandonar os encantos e interesses pelos estudos para dar lugar à pressão das responsabilidades “adultas” dos estudos? Na universidade a pressão é inegável, a tensão entre os estudantes é quase palpável. Talvez a academia esteja se tornando tóxica. Mas isso é só ver o chapéu.

Na época, decidi que, mesmo inserido nessa dinâmica de prazos e sufocos, queria que os estudos ainda fossem agradáveis e gerassem prazer. Ajudou quando eu fui, em 2019, conversar com a profa. dra. Eulália Moraes sobre ter interesse em jesuítas e no período do Brasil Colonial. Trabalhamos juntos desde então. Ela me apresentou um projeto de pesquisa para iniciação científica e eu logo topei. Iríamos estudar um jesuíta envolvido na Conjuração Mineira (1789), apresentado nos autos com uma biblioteca contendo mais de 800 obras. Era o cônego Luís Vieira, o jesuíta que mantinha relações com o pensamento iluminista. Era um projeto voluntário, mas me proporcionou as primeiras apresentações e publicações de trabalhos, nos quais fiquei extremamente feliz. Foi sofrido e prazeroso ao mesmo tempo, senti orgulho e satisfação, então a conclusão do trabalho me deixou muito empolgado com a carreira acadêmica.

Após um ano de boicote dos alunos ao Ensino Remoto Emergencial, no ano de 2020, no contexto da pandemia da Covid 19, conversando com a profa. dra. Eulália ela me apresentou um outro projeto de iniciação científica. Dessa vez, com bolsa de estudos da Fundação Araucária, iríamos estudar um jesuíta versado no pensamento iluminista que viveu na região Amazônica na América Portuguesa na metade do século XVIII e que foi expulso pelo Marquês de Pombal. Ao finalizar essa pesquisa, tínhamos artigos publicados e trabalhos apresentados, o que me lançou mais satisfação. Foi muito gratificante e significativo esse trabalho para mim. Também, com ele consegui pensar em um pré-projeto de pesquisa para participar da seleção do Programa de Pós-Graduação em História Pública, do campus de Campo Mourão da Unespar. Agora, meu estudo-trabalho é ainda mais sério e expressivo, relacionado diretamente com o meu futuro. Porém, continuo buscando que esta atividade de “adulto” não me impeça de ver a serpente, ou seja, que essa seriedade não retire de mim a graça e a leveza que a vida pode ter quando buscamos um equilíbrio. Muito menos espero que consuma o interesse e a paixão pelos estudos.

“Já ninguém mais dá importância a isso – lamentou a raposa. – “Cativar” significa criar vínculos...”

Não quero dizer que o único vínculo que eu tenho ou o que mais valorizo é com os estudos. Pelo contrário. Nessa jornada estabeleci vários novos vínculos que me cativaram.

Minha família, professores, terapia, amigos, colegas também são responsáveis pelo lugar em que estou e pelo que escrevo agora. Minha família, Moises, Norma e Daniel, me proporcionou aquilo que nem sempre puderam ter, que é o tempo livre para estudar. Não posso dizer que estou aqui por meus únicos méritos, pois foram eles que me alçaram nesse voo. Meus amigos e colegas contribuíram com ideias, confraternização e divertimento, que são necessários para que consigamos atravessar pelas demandas. As oportunidades que os professores e professoras ofereceram na graduação e na pós-graduação também foram essenciais. Em terapia pude compreender que a jiboia e o carneirinho na caixa não são somente os estudos. Na prática disso, tive o apoio da Giovana, preocupada comigo e com minhas atividades. Muito do que conquistei e alcancei tive o seu apoio e suporte.

A todos esses eu sou muito grato por acreditarem em mim e por compreenderem o quanto me dedico aos estudos. Conforme a filosofia ubuntu nos adverte, *eu sou, porque nós somos*. Eu sou uma pessoa parte de algo maior e coletivo. Não posso ser plenamente humano sozinho, isolado, portanto, me transformo com minhas relações. Da mesma forma, enquanto historiador, jamais seria cientista sem minhas afinidades.

“Assim, o pequeno príncipe cativou a raposa. Até que chegou a hora de partir”.

“Os olhos são cegos. É preciso ver com o coração”.

Eu concluo esse pequeno texto, em que eu trouxe algumas memórias, destacando a sua importância para mim. Conforme afirmei anteriormente, esse texto me fez pensar sobre diversos assuntos e me fez conjecturar sobre como tem sido meus caminhos até aqui, além dos que estou trilhando e os que poderei trilhar. Tenho uma boa posição de quem quero ser e com quem quero estar no caminho. Não tenho andado sozinho. Meus afetos e vínculos me acompanham. Minha vida acadêmica é, sim, uma grande parte de mim, na qual, com certeza, tenho me dedicado muito. Mas, refletir sobre ela e minha vida pessoal fez com que eu pudesse saber que, ao longo dessas transformações, posso continuar buscando ver a vida com o coração, de modo que a seriedade dela não me tire a diversão. Não deve me privar mais de tantas coisas como já fiz até agora. Claro, não seria justo julgar meu *eu* do passado com as maneiras de pensar do *eu* de hoje, inclusive, é bom reconhecer que as consequências das suas escolhas e atitudes me alçaram até esse momento. De modos gentis ou brutos me puseram a mudar.

Quero seguir a jornada, sim, mas leve e acompanhado. O chapéu que uso não acelera a digestão da jiboia que precisou hibernar por comer um elefante. Minha vida tem estado dentre essa dialética do sério e do descontraído, do afeto e do profissional, do ilimitado e do atingido por prazos. Minha vida pessoal e minha vida acadêmica tem se articulado e me moldado. Nessas

trocas eu vou me formando, sabendo que nunca estarei pronto ou finalizado. Estou em busca de algo a mais ou de um novo estado no qual sou um pouco melhor.

Avalio que aquilo que me faz estudar, inclusive estar no mestrado, é o interesse, a afetividade pelo conhecimento. Aquilo que é invisível, mas faz o meu subjetivo se manifestar e se tornar tátil através do que eu faço. Os estudos que me cativaram um dia, mesmo muito menino, continuam me cativando. Então, não é só o que eu faço. É o que me motiva e inspira a fazer. Concluo com o poema *Vir a Ser*, do padre Fábio de Mello:

Eu procuro por mim.

Eu procuro por tudo o que é meu e que em mim se esconde.

Eu procuro por um saber que ainda não sei, mas que de alguma forma já sabe em mim.

Eu sou assim...

processo constante de vir a ser.

O que sou e ainda serei são verbos que se conjugam sob áurea de um mistério fascinante.

Eu me recebo de Deus e a Ele me devolvo.

Movimento que não termina porque terminar é o mesmo que deixar de ser.

Eu sou o que sou na medida em que me permito ser.

E quando não sou é porque o ser eu não soube escolher.

INTRODUÇÃO: de onde partimos

No contexto do século XXI, a atualidade dos acontecimentos torna a abordagem sobre a temática educação ambiental extremamente relevante e cresce, em todo o mundo, as conferências, os simpósios e os congressos com propostas de debater políticas públicas nacionais e internacionais direcionadas a preservação ambiental. Neste sentido, a Organização das Nações Unidas (ONU), juntamente com a Organização Meteorológica Mundial (OMM), criaram em 1988 o chamado *Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas* (IPCC), o que tem proporcionado importantes informações científicas, técnicas e socioeconômica a fim de favorecer a criação de leis ambientais. Já é bastante divulgada a multiplicidade de biomas e seres vivos, incluindo o ser humano, nesta interdependência. Determinadas necessidades orgânicas básicas dependem de elementos que estão na natureza e o ser humano não é exceção. Contudo, a forma como se organizou, e constituiu as teorias econômicas, os posicionam alheios à distribuição e sistematização do mundo material – é como se a economia estivesse em um patamar superior.

Às vésperas da *Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento* (Rio-92), em 1992, reuniram-se na cidade do Rio de Janeiro delegações de 175 países, entre chefes e Ministros de Estado, com a finalidade de enfrentar problemas ambientais, cada vez maiores, como, por exemplo, a emissão de gases. Um acontecimento que mobilizou vários setores da sociedade civil, iniciativa privada, movimentos sociais, todos motivados pela busca de um modelo de desenvolvimento econômico alinhado à biodiversidade e sustentabilidade dos recursos naturais. Contudo, as discussões acerca da escassez dos recursos naturais, danos ambientais, não são ações da sociedade contemporânea. Esses temas são bastante antigos, a novidade é o tratamento global que lhes são dados. As redes sociais têm desempenhado um papel importante e passam a ter um tratamento de possível solução como ferramenta educacional afim de divulgar, transmitir informações, promover debates para uma educação ambiental da sociedade.

Antecedendo a Rio-92, em outubro de 1991 realizou-se, também no Rio, a conferência Internacional de Direito Ambiental, que entendia a necessidade de dar ao tema dimensão mundial, ultrapassando os limites do nosso continente. Não resta dúvida de que o Direito Ambiental¹ é parte da Ciência do Direito. Mas, é preciso mencionar que há vários séculos as

¹ Cabe ressaltar que as origens do Direito Ambiental podem ser observadas já no início do século XIX em um contexto de disputas, como exemplo tanto o surgimento de movimentos ambientais em relação a “conquista” da natureza e a exploração de seus recursos quanto as primeiras organizações nacionais de proteção do meio ambiente.

questões ambientais são alvo do interesse de algumas sociedades. A preocupação em proteger a natureza, respaldando-se em leis ambientais, sempre esteve presente quando as pessoas se viam ameaçadas no abastecimento de gêneros alimentícios.

José Augusto Pádua (2002) afirmou que ao final do século XVIII já se podia assinalar uma profunda reflexão que discursava sobre “o problema da destruição do ambiente natural por parte de pensadores que atuaram no país entre 1786 e 1888”. Trata-se de consciência crítica sobre o mito da natureza inesgotável² e a destruição ambiental sistemática. Segundo o pesquisador, nada menos que 50 autores com mais de 150 textos com discussões diretas acerca das “consequências sociais da destruição das florestas, da erosão do solo, do esgotamento das minas, dos desequilíbrios climáticos” aparecem muito antes das preocupações ambientalistas identificadas na nossa contemporaneidade (Pádua, 2002, p. 11). O autor procurou reconstituir a existência de uma reflexão profunda e consistente sobre o problema da destruição do ambiente natural de pensadores que atuaram no país entre 1786 e 1888, muito antes do que se imagina como sendo o momento de origem desse tipo de debate.

Dentre os autores avaliados por ele, ganham destaque Alexandre Rodrigues Ferreira, Baltasar da Silva Lisboa, José Bonifácio de Andrade e Silva, José Saldanha Gama e Francisco de Lacerda Werneck. No século XVIII, não existia o conceito de ecologia, mas começaram a surgir preocupações com a depredação/desgaste da natureza. Pensadores como José Bonifácio de Andrade e Silva denunciavam o olhar que a racionalidade do iluminismo lusu-brasileiro propunha para o mundo natural: “a importância política e econômica”. As medidas recomendadas para a natureza amazônica do Estado do Grão-Pará e Maranhão no projeto do padre jesuíta João Daniel⁴ (1757-1776) é, em sua conjectura, conduzir a uma reorganização do modelo de produção, colocando em evidência a questão do trabalho. Nesse sentido, se adotadas e levadas às últimas consequências, as medidas sugeridas pelo jesuíta seriam alternativas à política colonial que se implementava sob o governo do Marquês de Pombal (1750-1777), por meio do qual

² A grandeza dos recursos naturais dos ecossistemas brasileiros ajudou a fomentar a mentalidade de que a natureza é inesgotável, então, ela poderia ser tragada de maneira indiscriminada que nunca iria chegar ao fim. Ver mais sobre em [PENSE VERDE]: O que é o mito da natureza inesgotável no Brasil? José Augusto Pádua. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2yBNLDJV7pA>.

³ Pontuamos que o Iluminismo não foi um movimento de ideias únicas, homogêneo. Para conhecer como o Iluminismo se originou em outras nações, inclusive em Portugal, conferir: LOPES, Flávio Renato de Aguiar. Iluminismo ou Iluminismos?. **Revista Vernáculo**, nº 27, 1º sem/2011.

⁴ Em 1757, o Pe. João Daniel foi deportado para Portugal junto com nove outros missionários, dois anos antes da expulsão da Companhia de Jesus de Portugal e de todas as suas possessões ultramarinas. O motivo do desterro foi “a discordância do Diretório dos Índios, uma lei editada em 1755 pelo Marquês de Pombal, e implementada pelo seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado” (Siewierski (2008) apud Paschoal, 2013, p. 1).

se reforçavam as bases mercantilistas da economia e se fortaleciam os monopólios na região norte da América Portuguesa (Costa, 2007).

Em seus estudos a respeito da produção, o Pe. João Daniel apontava para uma exploração racional, organizada, que, de alguma maneira, pudesse propor uma melhora na relação com a natureza, o *tesouro* da região. Isso demonstrava uma leitura diferente do uso da ciência⁵ que buscava meramente domesticar, controlar e explorar a natureza, sem ser necessariamente uma questão de sua preservação. Sua proposta via no Estado do Grão-Pará e Maranhão, no período em que esteve na região, não uma simples reserva de produtos para o enriquecimento de Portugal, mas uma extensão do próprio reino português. O modelo disposto por João Daniel se tratava de um modelo distinto da sociedade e da economia em vigor no período colonial. O jesuíta lamentava os árduos trabalhos a que se entregavam os agricultores europeus, de modo que as máquinas que projetou buscavam complementar e confirmar sua aspiração à libertação do trabalho.

Não é por acaso que, em finais do século XVIII, o estado português financiou e publicou onze volumes da coleção intitulada *O Fazendeiro do Brasil* (1798-1806), em uma clara demonstração de uma política colonial ilustrada com a finalidade de promover uma agricultura com maior aporte científico respaldado nos direcionamentos da filosofia natural das luzes (Pádua, 2002, p. 11). Esse manual tratava de explorar a natureza com maior eficiência (racionalidade), usando a ciência para aumentar a exploração da terra⁶. A crença no mito da natureza inesgotável, bastante presente nos séculos XVI a XVIII, trouxe efeitos negativos ainda no século XXI. Ao relacionar essa perspectiva com a produção e socialização do conhecimento histórico, percebe-se que debater *com* os públicos não acadêmicos e, também, apresentar pesquisas *para* eles, não significa apenas fazer divulgação ou comunicação, mas produzir o conhecimento e a aprendizagem histórica. Em minha justificativo, trago a contextualização desse trabalho e busco

⁵ Na Idade Média a ciência era vista como parte da Filosofia, observando o nascimento do método científico no Renascimento, com as contribuições de Galileu Galilei, Isaac Newton e Francis Bacon. Na Idade Moderna, Diderot e d'Alembert popularizaram o termo ciência em seu dicionário. O termo cientista, cunhado em 1833 por William Whewell, se consolidou no século XIX, substituindo expressões como “filósofo natural” e “homem da ciência”.

⁶ “Com o profundo respeito, com que devo apresentar-me a Vossa Alteza, venho dar conta do trabalho, do qual em seu Augusto Nome fui incumbido, a saber: de ajuntar, e trasladar em português todas as Memórias Estrangeiras, que fossem convenientes aos Estabelecimentos do Brasil, para o melhoramento da sua economia rural, e das fábricas, que dela dependem, pelas quais ajudados, houvessem de sair do atraso, e atonia em que atualmente estão, e se pusessem ao nível, com as das Nações nossas vizinhas, e rivais no mesmo continente, assim na quantidade, como na qualidade dos seus gêneros e produções”. VELOSO, Frei José Mariano da Conceição. *O fazendeiro do Brasil* (Tomo I, 1ª parte). [Transcrição do original de Angela Rosa da Silveira]. **Abordagens Geográficas**, v.1, n. 1, out/nov. de 2010, p. 113-132. Disponível em: <http://abordagensgeograficas.geo.puc-rio.br/media/O%20fazendeiro%20do%20Brazil.pdf>.

direcioná-la à História Pública. Merecedor de consideração, o conceito vem sendo disputado por diversas abordagens e, em termos mais objetivos, a História Pública trata o conhecimento histórico direcionando-o aos grandes públicos (Gardner; Lapaglia, 1999). No Brasil, o conceito de História Pública, a despeito dos debates, ainda não está bem definido no que concerne as atividades, a ocupação de postos no seu ofício, este último motivo de inquietação entre os historiadores (Almeida; Rovai, 2011).

Durante este trabalho, tentei estabelecer diálogos com a Educação Ambiental na perspectiva histórica, tendo a História Ambiental como abordagem e a História Pública como campo de práticas e conexões com os públicos no *Instagram*. A minha intenção foi observar o Pe. João Daniel e o seu contexto de mudança na relação com a natureza (como esgotável). Esse seria o “arco” da pesquisa. A partir disso, tratei da situação atual da Amazônia (2020-2023), considerando a mídia e perfis do Instagram, fazendo um “comparativo” daquilo que foi observado por Pe. João Daniel. Portanto, dediquei-me a investigar se os estudos do jesuíta João Daniel, no século XVIII, sobre a região do Grão-Pará e Maranhão, contribuiriam para discutir com públicos as questões latentes no século XXI através do *Instagram*⁷. Essa dinâmica me apresentou uma forma de atuar: observar uma demanda atual + destacar um elemento/tema/aspecto da história + articular as informações em uma publicação com o objetivo de instruir e/ou dar algo para pensar aos públicos.

Dessa maneira, política e socialmente, justifico que retomar os escritos de João Daniel sobre a Amazônia, bem como a bibliografia que foi produzida em torno da sua obra, deve fazer pensar sobre a emergencial necessidade da preocupação ambiental no território brasileiro. Diante dos problemas ambientais que despontam no século XXI, o historiador que se propõe a trabalhar com a História Ambiental deve se preocupar em apresentar as preocupações ambientalistas ao grande público, indo além dos debates restritos aos meios acadêmicos. Ou seja, essa temática constitui uma preocupação social e humana. O termo História Pública, de acordo com Fabíola Sevilha (2023, p. 315), é escorregadio, mas importa pensar que “o seu debate conceitual se dá em um período em que o historiador era chamado a interagir de novas maneiras na preservação de lugares históricos”. Para além do alto de sua *torre de marfim*, ele poderia utilizar a “sua expertise em prol de políticas públicas de salvaguarda e preservação do patrimônio. Um bom pontapé para pensarmos as relações entre História Pública e História Ambiental”.

⁷ Acesse o perfil em: www.instagram.com/histpubambiental/.

A definição de História Pública de Juniele Rabêlo de Almeida e Marta Gouveia de Oliveira Rovai aponta para possibilidades que ultrapassam somente a disseminação do conhecimento e seguem em direção à “construção de um conhecimento pluridisciplinar atento aos processos sociais, às suas mudanças e tensões” (Almeida & Rovai, 2011). Assim, valorizo o passado para além da academia na reflexão de acontecimentos tão atuais. As tensões políticas, econômicas e socioculturais da atualidade do território brasileiro e, também, do mundo, apresentadas de forma resumida nas considerações acima, permitem refletir sobre a possibilidade de trabalhar com fontes documentais do século XVIII e discursos de pensadores, intelectuais e políticos do século XIX e justificamos: o século XVIII, ou o século da racionalidade iluminista, irradiou uma nascente cientificidade europeia que se estendeu até suas colônias. O conhecimento ditado pela Moderna Ciência alcançou a sociedade brasileira e alguns eruditos trouxeram para o campo do debate questões que na nossa atualidade nos são caras: a questão ambiental.

Sevilha (2023) ajuda a entender como se dá, na historiografia ambiental brasileira, uma história feita *pelo e com* o público. Nesse sentido, ela sublinha a necessidade de avaliar outros formatos e linguagens dos chamados produtos historiográficos provenientes dos historiadores ambientais. Em sua análise, é preciso levar em consideração não somente o texto acadêmico, mas, também, outras mídias que “eventualmente sejam melhores indicadores da maior interação com a comunidade de estudo ou o público de uma maneira geral”. Seria, então, dessa maneira que a História Pública e a História Ambiental no Brasil poderiam (re)acender o diálogo e fortalecer o compromisso ético-político com a sociedade brasileira (Sevilha, 2023, p. 327). O estabelecimento de pontes de comunicação entre o saber acadêmico construído e o trabalho não-científico deve possibilitar essas reflexões sobre a função social da história pública, estimulando a participação e colaboração dos públicos no espaço universitário – e vice-versa (Almeida; Gusmão, 2015).

Compreendo, junto a Marta Rovai (2020), que a História Pública não é “solução ou salvação para nenhuma prática como pesquisadores ou educadores, nem para qualquer reivindicação ou problema social”, mas, sim, um espaço de reflexão a quem pretende “desencastelar-se de seu espaço de produção de conhecimento e ensino e que se abram ao diálogo com o público”. O historiador público não deve fazer somente divulgação da história. Deve se atentar para a dinâmica que envolve o tempo no qual estamos inseridos e as demandas que emergem no cenário político e social. Eric Hobsbawm (2005), quando discute historiadores e engajamento, não pensa somente os fatos concretos, mas as

interpretações deles. As disputas pelo passado, bem como pela memória, têm suas razões, de maneira que os embates sociais pelo passado demonstram que ninguém escreve aleatoriamente sobre o passado. A disputa interpretativa do passado envolve funções sociais e projetos de mundo. O engajamento contempla a atividade subjetiva do historiador, considerando que se o historiador pode se engajar cientificamente, politicamente e socialmente, ele pode ser um intelectual.

Esse engajamento pressupõe autonomia racional (entender que ele faz parte de um contexto histórico e social), permitindo ações críticas na participação no debate e na arena pública. As problemáticas da História Pública atraem a curiosidade de quem vê a rede como um espaço capaz de favorecer novas práticas coletivas e colaborativas (Noiret, 2015, p. 35). A intervenção, ou mediação, pública, vai de encontro com a sociedade, apresentando suas contradições (Hobsbawm, 2005). A História Pública tem “promovido inúmeras formas de atuação em antigos e novos espaços, em que o historiador deve se fazer presente, no intuito de ser um provocador, mediador e colaborador da reflexão histórica” (Rovai, 2020, p.145). Kelley (1978) considera que História Pública se refere ao emprego de historiadores e ao método histórico fora da academia, então historiadores públicos estão no trabalho sempre que, em sua capacidade profissional, são parte do processo público, a exemplo da construção de políticas públicas. Para ele, “o método histórico de análise não é relevante simplesmente para o destino de nações, ou para problemas de guerra e paz. Ele é essencial a cada tipo de situação prática imediata” (1978, p. 17). Na história pública, o historiador responde questões postas por outros, pelo debate público e pela sua prática social, pois “existem épocas quando interesses intelectuais de historiadores acadêmicos e as necessidades do público fluem naturalmente juntos” (1978, p. 18). Rousso (1984) demonstra que a história tem uma função social reconhecida.

O historiador deve buscar não mais “traduzir” a história a um público passivo, mas se relacionar com o mundo de forma humilde e politizada, levando em conta a necessidade de escuta e interação com outras narrativas e saberes no espaço público (Rovai, 2020). Portanto, o historiador público não é obrigado a ser, mas pode assumir um caráter engajado politicamente (Zahavi, 2011, p. 53). Lima (2022, p. 294), baseando-se em Liddington (2011), ratifica que “na Austrália a História Pública foi empregada no princípio como forma de engajamento nas lutas comunitárias em torno de questões indenitárias e relações dos nativos e colonizadores”, portanto, “mostrou-se mais engajada e militante, questionando como adquirimos nosso senso do passado e revendo posicionamentos em relação a ele” (Rovai, 2020). Álvarez (2021) entende a prática da

História Pública na Colômbia como campo de produção de narrativas sobre o passado em diálogo com as demandas públicas existentes no presente. Se a predominância nos Estados Unidos era em relação ao uso público da História, na Grã-Bretanha era sobre a História Pública ligada às políticas públicas. Raphael Samuel, por exemplo, iniciou em 1967 uma série de seminários para discutir como a História podia atuar na democratização e na consciência acerca dos usos políticos do passado ao ouvir e ampliar a voz de grupos sociais sub-representações (Sevilha, 2023).

A História Pública é um espaço de diálogo da produção do conhecimento, não apenas divulgação da História. A produção do saber acontece de forma compartilhada, sendo que o foco no lugar artesanal da produção é maior que no resultado, o produto. Esse movimento, que busca a produção contributiva, colaborativa, devolutiva e dialogada, contribui para a ocupação do espaço público, aqui entendido como a mídia social *Instagram*. Como ponte e conexão, a História Pública busca agir para transformar a sociedade, e nesse trabalho virá como contribuição para as lutas ambientalistas. As demandas pelas causas ambientais vêm da sociedade, portanto, deve haver comprometimento com a produção do conhecimento histórico tecido a partir do diálogo com ele.

Esse trabalho busca caminhar na perspectiva de História Pública enquanto um campo de diálogo e práticas. A prática *para o público*, aqui, centraliza-se na confecção de um perfil na rede social *Instagram* que busque apresentar temáticas históricas, especialmente as propostas do jesuíta João Daniel para a Amazônia do século XVIII, como ensejo para expor preocupações ambientais atuais. Já a prática *com o público*, objetiva analisar a troca dialogada com o público e, a partir de comentários além de outras interações, produzir conhecimento que terá participação dessa comunidade externa.

A história é um embate pelo passado que tem bases científicas e que revela a perspectiva do cientista. O engajamento, na ciência, não está em discordar sobre fatos verificados, mas sobre sua escolha e combinação, sobre o que se pode argumentar a partir deles diante do espaço de disputas pelo passado e memória. Isso significa que o processo de conhecimento histórico tem um ou mais sujeitos subjetivos. Para Ricardo Santhiago (2016, p. 25), um dos significados da expressão *polissêmica História Pública* se refere “a atuação efetiva em história pública, isto é, *fazer história pública*”, ou seja, o historiador *serve* a um grupo ou instituição com o seu trabalho (Santhiago, 2019, p. 138). Considero que este serviço do historiador, no espaço público, deve pressupor ações que buscam transformar a sociedade e a realidade. A História Pública no Brasil se converte em prática

científica mais plural, rica e humanizada ao se utilizar as diversas mídias e narrativas múltiplas no processo de se escrever ou difundir a História a favor da democracia, das memórias e dos direitos identitários, sociais e políticos, estimulando a reflexão coletiva sobre eles, a partir dos princípios éticos, educacionais, dialógicos e historiográficos (Rovai, 2020, p.152).

Conforme afirma José Augusto Drummond, “o território brasileiro foi alvo de projeto expansionista de um povo com notáveis competências para a exploração sistemática dos recursos naturais das terras ‘novas’ de ultramar”. Tais competências caracterizaram o colonialismo português com perfil imediatista e, segundo o autor mencionado, comete-se um grave erro ao menosprezar os efeitos do senso mercantilista português como herança para a nossa sociedade. A saga colonizadora “em busca de recursos valiosos” está presente desde o início do século XVI e a curto ou longo prazo as “vantagens e desvantagens” se contabilizam no imediatismo dos fazendeiros (Drummond, 1997, p. 107-108). Refletir sobre os apontamentos de João Daniel pode ser “o fio condutor” que nos permite mergulhar em um profícuo debate da atualidade e promover o pensamento sobre uma educação ambiental relacionando-se com a História Pública.

Para além das justificativas sociais e políticas, considerando os trabalhos produzidos a respeito da obra de João Daniel, observei que as discussões ficaram no meio acadêmico, ou seja, não avançaram para o público externo à academia. Portanto, cientificamente, justifico a relevância desse trabalho a partir da compreensão de que não existem trabalhos acadêmicos de história que buscam levar as proposições do jesuíta João Daniel para a América Portuguesa no final do século XVIII para o espaço público do *Instagram*. É nesse ponto que pretendi avançar nas discussões. Tendo ele como fio condutor, busquei debater questões ambientais relevantes e significativas para o Brasil do começo do século XXI, considerando-os para a construção e divulgação do conhecimento histórico no *Instagram*. A rede social *Instagram* permite estabelecer diálogo com o público que, por conta das demandas particulares que enfrentam diariamente, consideram-no como um lugar confiável para se atualizarem sobre notícias e discussões relevantes em determinado momento. Diante disso, aspirei dialogar com um público amplo e diverso, tais como estudantes do ensino básico, sujeitos preocupados com as questões ambientais ou não, estudantes de História Ambiental, alunos da graduação em História, entre outros que pudessem ter contato com o material e discussões.

A velocidade e o alcance das transformações relacionadas às tecnologias, ferramentas e plataformas acessíveis via internet “fizeram com que, no decorrer das

últimas três décadas, diversas práticas das sociedades contemporâneas se tornassem cada vez mais digitais”. Conectados à internet, “os indivíduos realizam compras e transações financeiras; leem notícias e livros on-line; consomem músicas, filmes, séries e outras produções culturais por meio de plataformas de streaming”, estabelecem novas formas de se relacionar com outros indivíduos e novos padrões de sociabilidade em redes sociais digitais, que se constituíram também em novas esferas públicas. Nelas circulam propagandas, notícias e opiniões sobre a política e outros temas de interesse dos cidadãos, “cujos tipos de engajamento são independentes das informações veiculadas pelos convencionais meios de comunicação de massa” (Prado, 2021, p. 3-4). A sociabilidade está em constante transformação em âmbito de redes pessoais, principalmente na internet, onde “as redes sociais disseminadas em comunidades virtuais possibilitam que as pessoas troquem informações e promovam assim uma aprendizagem em um espaço informal” (Pereira *et al*, 2019, p. 2).

Considerando que o aprendizado transcende as instituições formais e extrapola os limites acadêmicos, foi elaborado o perfil **História Pública Ambiental** no *Instagram*, voltado para a História Ambiental, tendo como base conteúdos historiográficos que possibilitassem tratar, também, de questões socioambientais. Nessa noção, o perfil é “corpo da flecha”. Então, apresentei preocupações do “passado” e problemas do presente: por exemplo com um *post* trazendo uma situação do passado e uma atual para o público do *Instagram*, buscando ver se isso geraria alguma interação ou não. Foi objetivado aumentar a audiência e o consumo da produção científica/acadêmica, bem como produzir conhecimento através do diálogo com os públicos para a produção do conhecimento (Santhiago, 2016). No processo, entendi que esse perfil no *Instagram* poderia causar experiências e marcar aqueles que o acessassem, permitindo aos usuários tornar o passado presente, “não o tratar como mera informação do que ocorreu”. Tornar o passado presente é encarná-lo, ou seja, instaurar-se nele, “não o tratar como mera informação do que ocorreu, mas, ao revisitá-lo, se deixar afetar, entendendo-o como constitutivo do que somos” (Cubas, 2022). Então, o acontecimento tratado nos *posts* não seria apenas informação, mas também algo para as pessoas pensarem, ou seja, serem atravessadas/tocadas/afetadas. Não é possível medir essas “experiências”, pois nesse aspecto são subjetivas. Entretanto, dá para pensar a produção dos *posts* buscando causá-las. Entendo que a História Pública dá as ferramentas para buscar que as experiências sejam efetivadas numa aprendizagem histórica.

Como objetivo geral, a pesquisa visou analisar o questionamento do mito da natureza inesgotável a partir da obra *Tesouros descobertos no máximo Rio Amazonas*, como possibilidade de atrelar essa discussão às preocupações ambientais do século XXI para dialogar com o público amplo a partir do *Instagram*, ferramenta atual, provavelmente passageira e informal. Para isso, seriam necessários alguns elementos, os quais foram: 1. Problematizar a noção de natureza inesgotável na América Portuguesa do século XVIII e apresentar as preocupações de João Daniel para pensar a Educação Ambiental na perspectiva histórica; 2. Investigar como a mídia e o público do *Instagram* apresentam sua perspectiva sobre a Amazônia brasileira; 3. Tomando por base aspectos da História Pública, criar um perfil no *Instagram* para dialogar com o público sobre preocupações com a natureza/mudanças climáticas no século XXI e, assim, analisar a disseminação e interação do público com o material/perfil.

A visão cuidadosa em relação à natureza está presente na narrativa dos religiosos que sistematizaram, hierarquizaram e organizaram-na para melhor utilidade. Para me relacionar com a fonte documental e com a bibliografia produzida sobre ela, baseei-me em Roger Chartier. Roger Chartier (1998), demonstrou práticas teóricas que possibilitam trabalhar com fonte como a obra de João Daniel, que é o próprio livro e o seu contexto. Na compreensão dos caminhos da leitura e da escrita, como práticas sociais, utilizei-me do conceito de “*circulação e apropriação dos textos*” do autor. Ele entende que o historiador que lança mão do uso de textos em sua pesquisa, deve sempre levar em consideração, criticamente, o escritor, a via de distribuição do texto, o momento em que o texto foi escrito, o momento e sob quais influências esse texto foi recebido por seu leitor. Chartier salienta que “o historiador deve poder vincular em um mesmo projeto o estudo da produção, da transmissão e da apropriação dos textos. O que quer dizer manejar ao mesmo tempo a crítica textual, a história do livro”, a história do público e da recepção (Chartier, 1998, p. 18).

Nesta perspectiva, todo o trabalho que se propõe a identificar o modo como as configurações inscritas nos textos, que dão lugar a series, construíram representações-aceites ou impostas do mundo social, não pode deixar de subscrever o projeto e colocar a questão, essencial, das modalidades da sua recepção. Ou seja, compreender na sua historicidade as apropriações que se apoderam das configurações textuais exige o rompimento com o conceito de sujeito universal e abstrato tal como o utilizam a fenomenologia e, apesar das aparências, a estética da recepção (Chartier, 1990, p. 25). Dentro da pesquisa, também foi possível tomar por ferramenta a discussão de

representação proposta por Chartier como análise da fonte. Representação é o modo como os indivíduos, grupos ou sociedades expressam, imaterial ou materialmente, uma forma particular de interpretar algum aspecto das circunstâncias nas quais estão inseridos. Essa interpretação é circularmente definida pela experiência e pela cultura: ambas se retroalimentam. Da relação entre elas, portanto, surgem as representações. Não existe, *a priori*, preponderância entre elas: uma dada experiência pode resignificar valores e sentidos culturais, ao mesmo tempo que os valores culturais podem direcionar o comportamento de determinado indivíduo frente a uma experiência nova.

A função simbólica (dita de simbolização ou de representação) como uma função mediadora que informa as diferentes modalidades de apreensão do real, quer opere por meio dos signos linguísticos, das figuras mitológicas e da religião, ou dos conceitos do conhecimento científico, são categorias e processos que constroem o mundo como representação (Chartier, 1990). As lutas de representações são assim entendidas como uma construção do mundo social por meio dos processos de adesão ou rechaço que produzem. Ligam-se estreitamente à incorporação da estrutura social dentro dos indivíduos em forma de representações mentais, e o exercício da dominação, qualquer que seja, graças à violência simbólica. Chartier instrui que devemos prestar atenção nos “procedimentos” que asseguram o funcionamento reflexivo da representação: nos quadros, a moldura, o enfeite, a decoração; para os textos, o conjunto dos dispositivos discursivos e materiais que constituem o aparato formal da enunciação, um efeito de sentidos das formas ou a relação da forma com a significação (Chartier, 2011).

Diversas linhas ou campos de investigação intermediários permitem relacionar o macro ao micro-histórico, promovendo algum diálogo entre a postura explicativa e a descrição do detalhe cultural. A(s) realidade(s) e suas representações, no sentido de que um princípio teórico não anula o outro, mas há um diálogo entre a história-síntese e a micro-história. Para analisar João Daniel em seu contexto social, político e econômico, agarrei-me à seguinte proposição de Vainfas (1997): o recorte micro também permite encontrar os sinais e relações da totalidade social. Isso significa que as abordagens macro e micro-história não são necessariamente excludentes, apesar de originárias de paradigmas distintos ou mesmo opostos. Para ele o ideal seria tentar buscar no recorte micro os sinais e relações da totalidade social, rastreando-se, por outro lado, numa pesquisa de viés sintético, os indícios das particularidades, apesar de não ser um caminho fácil de ser percorrido. Vainfas considera que macro história e micro-história são apenas modos distintos de conceber a história e de fazer história, sendo diferentes escalas ou pontos de

observação. Combinar abordagens distintas talvez seja o ideal, resguardadas as diferenças e até a oposição de paradigmas (Vainfas, 1997). Para ele, é possível admitir a possibilidade de alguma compatibilização entre abordagens globalizantes e análises microscópicas na investigação histórica.

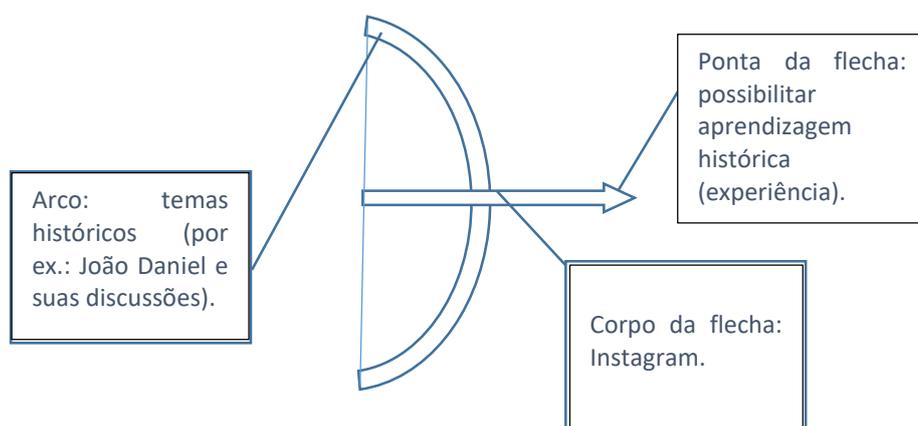
A Educação Ambiental, aqui, vem na perspectiva histórica: um olhar para a *longa duração*. Fernand Braudel (2011), quando escreveu a partir de sua compreensão de crise geral nas ciências dos homens, entendeu que ela vinha da preocupação com o lugar a ser ocupado no conjunto das antigas e recentes investigações. Preocupavam-se mais em definir os seus objetivos, métodos e superioridades. Assim, para se afirmar entre as outras, “as ciências sociais impõem-se umas às outras: cada uma pretende captar o social na sua ‘totalidade’; cada uma delas se intromete no terreno das suas vizinhas, na crença de permanecer no próprio”. Entretanto, para ele era urgente as ciências se aproximarem entre elas, já que, em sua concepção, é imprescindível que “a reunião das ciências seja completa, que não se menospreze a mais antiga em proveito das mais jovens, capazes de promover muito, mas nem sempre de o cumprir”.

Ele destaca que a duração social, os tempos múltiplos e contraditórios da vida dos homens são substância do passado e também a matéria da vida social atual. Elementos compreendidos pela história, o que demonstra e delimita sua importância dentre as ciências do ser humano. A longa duração corresponde à uma estrutura, de modo que o fato é notado como uma expressão dessa estrutura, as causas do fato não está nele mesmo. A história está obrigada a prestar uma atenção privilegiada à duração, então a longa duração parece a linha mais útil para uma observação e uma reflexão comuns às ciências sociais. O autor salienta, então, que “ciclos, interciclos e crises estruturais encobrem aqui as regularidades e as permanências de sistemas ou de velhos hábitos de pensar ou agir, de marcos resistentes e tenazes por vezes contra toda a lógica”. Nesse sentido, a história é uma soma de todas as histórias possíveis, demonstrando que todas as ciências humanas e sociais, incluindo a história, estão contaminadas umas pelas outras, podendo falar o mesmo “idioma”.

Para executar o objetivo de dialogar com os públicos sobre preocupações com a natureza/mudanças climáticas no século XXI, foi criado, como mencionando anteriormente, um perfil no *Instagram* para que, por meio dele, fosse construído e divulgado um conhecimento histórico. A produção de *posts*, vídeos, *stories*, etc. para esse perfil, foi feita a partir de uma organização/cronograma que permitiu, de acordo com o tempo e material disposto, apresentar e construir conhecimento. A

organização/cronograma reuniu o número de produções a serem feitas, os assuntos a serem abordados, as datas para publicação no perfil e demais questões que se mostraram necessárias. Com o avanço da tecnologia, é quase impossível viver sem um *smartphone* com acesso à internet, e, com isso, participar de redes sociais. Na época atual, canais de compartilhamento de diversos conteúdos são fundamentais para facilitar a interação e troca de experiências. A divulgação científica por meio do ambiente virtual tem a potencialidade de atrair o leitor para o mundo da ciência, integrar com o mundo atual e até mesmo complementar o ensino formal (Redig; Mascaro, 2021, p. 137)

Considero que os perfis do *Instagram* que se propõem a trabalhar com a História devem ter como desígnio causar experiências e marcar aqueles que acessarem, ou seja, proporcionar a relação entre elementos que aconteceram no passado com aspectos do presente. Ferramentas para refletir sobre a sociedade em que está inserido. Como apontei anteriormente, a grande questão é tornar o passado presente, “entendendo-o como constitutivo do que somos”, assim podemos pensar o espaço público das mídias digitais. A aprendizagem histórica que almejamos fornecer pôde vir aliada à experiência (Cubas, 2022), por isso observei a necessidade de conteúdos de história serem marcantes e que proporcionassem experiências àqueles que lhe acessavam. Abaixo, tento demonstrar como a estrutura da pesquisa foi pensada.



Dessa forma, nos capítulos foi possível tratar a respeito da narrativa da natureza inesgotável no século XVIII como possibilidade para a História Pública e a Educação Ambiental na perspectiva histórica. Para pensar a questão ambiental considerei: a mídia (2020-2023), conteúdos históricos (João Daniel) e os públicos no *Instagram*. A educação ambiental na perspectiva histórica, viabilizada pela história pública, foi pensada pela possibilidade de causar atravessamentos e experiências numa aprendizagem histórica. A base disso foram as discussões que os conteúdos históricos nos apresentaram.

Com esses apontamentos, nessa introdução apresentei o contexto da pesquisa, suas justificativas, seus objetivos e seus aspectos teórico-metodológicos. Além disso, expus a problemática que a pesquisa tentou considerar e os caminhos trilhados para a produção da dissertação. Aproveito para salientar que no Capítulo 1 faço considerações sobre situações pretéritas que são conteúdos que podemos observar no nosso contemporâneo, especialmente aspectos que justificam debater essas preocupações com os públicos fora da academia no Brasil do século XXI, apresentados no Capítulo 2. Posteriormente, no Capítulo 3, busquei apresentar cruzamentos entre a História Pública e a Educação Ambiental como ferramenta para aprendizagem histórica através do *Instagram*. Em suma, os capítulos destacam que temas históricos nos permitem trabalhar situações contemporâneas em diversos espaços, tais como no *Instagram*.

CAPÍTULO 1

UM PADRE JESUÍTA NA AMAZÔNIA DO SÉCULO XVIII⁸

Neste capítulo apresento o contexto da região amazônica no século XVIII, um contexto de mudança em que se insere as proposições de João Daniel. Assim, é importante considerar, junto à Ann Helen Wainer (1993), no artigo *Legislação Ambiental Brasileira: Evolução Histórica Ambiental*, que a evolução das leis ambientais já estava presente em Portugal, antes mesmo do início da ocupação colonizadora da *Terra Brasilis*. Em um estudo da história das normas jurídicas portuguesas a autora constrói um entendimento da legislação ambiental que foi instalada a partir da chegada do ibérico. Os reis preocupados em proteger as riquezas que abasteciam a Metrópole, sobretudo, em se tratando “da madeira empregada para impulsionar a marinha mercante”, executavam a legislação portuguesa. No período que se inicia a ocupação colonizadora da América portuguesa estava em vigor as Ordenações Afonsinas: “primeiro código legal europeu, cujo trabalho de compilação foi concluído no ano de 1446”⁹. A Legislação Ambiental deste período – século XV – tinha grandes preocupações com a escassez de alimentos, principalmente os cereais, mas a legislação, também, previa o furto de animais, a preservação de animais não domésticos, o cultivo da terra (sesmaria) sob pena de perdê-la se fosse terra improdutiva (Wainer, 1993).

Pode-se considerar que os dispositivos que fundamentavam a preservação ambiental eram bem adiantados para aquele período, em relação as preocupações com a educação ambiental diante da eminente crise ambiental nos dias atuais. D. Afonso proibia o corte de árvores frutíferas tipificando o crime como injúria ao rei e eram aplicadas severas penalidades e multas que eram estabelecidas em acordo com a espécie que fora cortada. Entre as legislações que aparecem nas Ordenações Manoelinas é preciso dar destaque para “a proteção das abelhas, proibindo a comercialização de suas colmeias pelos vendedores que não houvessem preservado a vida destes insetos” (Wainer, 1993, p. 195). No início do século XVII as normas para a preservação do ambiente que estavam em vigência em Portugal e, conseqüentemente na colônia de além-mar, o Brasil. Deixou de ser aplicado porque, a partir de 1580, foi estabelecida a União Ibérica, em que Portugal ficou sob o domínio espanhol, com o rei Felipe II.

⁸ Parte do debate aqui apresentado foi previamente discutido no artigo MORAES, Eulália Maria Aparecida de; ROCHA, Denilton Gabriel Ambrosio da. Os Tesouros da Amazônia e a “Utopia” de uma Agricultura Próspera no Século XVIII: Educação e método nas memórias do jesuíta João Daniel (1722-1776). **RELPE: Revista Leituras em Pedagogia e Educação**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 154–173, 2022. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/relpe/article/view/14964>. Acesso em: 20 jun. 2024.

⁹ A elaboração dessas Ordenações recebeu o nome de Leis Afonsinas porque quem ocupava o trono era D. Afonso V, seus compilados tiveram como fonte básica o Direito Romano e o Canônico.

Como forma de garantir o cuidado para com o patrimônio público de Portugal, entre as normas das Ordenações estava previsto recompensa para quem delatasse o infrator, contudo, a valorização do bem público não estava consolidado como valores a serem cultuados nas terras dos brasis. Em seus sermões, o Pe. Antônio Vieira delatava ao rei que seus ministros das terras brasileiras apenas queriam “os bens”. O certo é que sobre o grande número de legislações e normas não se tem certeza de sua aplicabilidade. “Em 12 de dezembro de 1605, foi editada a primeira lei protecionista florestal brasileira, o ‘regimento sobre o pau-brasil’, que continha penas severíssimas para aqueles que cortassem a madeira sem a expressa licença real”. Em março de 1609 foi inserida no “Regimento das Relações e Casa do Brasil” o primeiro Tribunal instalado na cidade Salvador com jurisdição para toda colônia (Wainer, 1993, p. 198). A despeito de tantas leis para preservação das madeiras de lei e das florestas do Brasil, leis suplementares foram editadas – cartas de leis, alvarás, cargas régias, provisões e avisos reais – justificando, desta forma, a exploração e regulamentação do comércio das riquezas naturais, bem como a mão-de-obra escrava dos nativos africanos, no território da colônia.

Os jesuítas, ao serem aprovados pelo Papa Paulo III em 1540, tiveram de se adaptar ao ambiente renascentista que promovia mudanças culturais. Então, no decorrer dos séculos XVI, XVII e XVIII, a formação doutrinal jesuítica esteve marcada por uma flexibilidade de abertura às inovações. No contexto do iluminismo luso-brasileiro, no século XVIII, a Companhia de Jesus foi umas das instituições religiosas que saíram à frente na preparação filosófica e científica de seus membros. Esses membros do clero atuaram e escreveram como legítimos homens da ciência, desconsiderando a ideia de uma permanente exclusão entre ciência e religião (Santos, 2006). Dessa forma, a interpretação simbólica da natureza proposta pela filosofia medieval foi gradualmente sendo substituída por uma concepção nova de Universo (Santos, 2006, p. 21). Enquanto estiveram na América Portuguesa, os jesuítas foram grandes negociantes e souberam explorar, com bastante astúcia, todos os ramos do comércio sob seus domínios, obtendo lucros enormes. Além de deterem armazéns supridos de drogas do sertão, suas fazendas e Colégios abrigavam grande número de oficiais das artes fabris: entalhadores, pedreiros, pintores, ferreiros, tecelões e oleiros.

Costa (2007) explica que, durante quase todo o período colonial, os principais textos que informaram sobre a natureza amazônica foram obras de membros de algumas das ordens religiosas que atuaram no Novo Mundo. Eles viviam por anos juntos aos povos originários, conhecendo suas línguas e sua cultura entrando em contato íntimo com a geografia, a flora e a fauna amazônica, tornando-se grandes conhecedores das mesmas. O

caso dos cronistas missionários da Amazônia confirma a regra que se verifica na América Portuguesa e na Espanhola. No Brasil destacam-se os diversos escritos jesuíticos desde os séculos XVI e XVII, a exemplo dos padres jesuítas José de Anchieta e Manuel de Nóbrega. Esses religiosos da Ordem Jesuítica despontaram para interagir com a cientificidade crescente no século XVIII e, concordando com a nova corrente de pensamento ou não, conscientemente ou não, estabeleceram contato e relação com o novo ideário que estava sendo proposto pelos grandes pensadores da Europa.

O entendimento da “Moderna Ciência¹⁰”, apontando para uma Filosofia Natural, “revela-se compatível com a ordenação bíblica do utilitarismo pragmático da natureza, presente nas memórias, relatos e observação do jesuíta João Daniel”, assim, “a visão cuidadosa em relação à natureza está presente na narrativa dos religiosos que sistematizaram, hierarquizaram e organizaram-na para melhor utilidade” (Santos, 2006, p.8). A Ciência Moderna “é caracterizada por sua imposição de métodos e as implicações para as relações socioculturais da Europa, estendendo-se as colônias”, dessa forma “o debate iluminista ganhou importância dentro dos conceitos propagados pelo nascimento da Filosofia Natural e a nascente Ciência Moderna abrindo espaço para a Teologia Natural, na qual a Natureza era vista como um Livro e, tal qual a Bíblia, encerra o escrito de Deus” (Santos, 2006, p.43). No século XVIII a ciência começou a ser vista como um importante agente de transformação do mundo, inaugurando uma nova concepção secular. Com isso, a natureza deixou de se apresentar para simples contemplação, passando para um conhecimento de domínio e sistematização, pois a mentalidade científica em expansão motivava uma transformação econômica (Santos, 2006, p. 60-62).

A obra *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas*, de João Daniel, resultou das observações e preocupações do período que, como padre missionário, andou pelas Fazendas e Aldeias do Estado do Grão-Pará e Maranhão, atualmente pertencente à Amazônia Legal, especificamente os estados do Maranhão, Pará e Amazônia. A obra teve preparação e construção no cárcere a partir da sua memória ¹¹do período em que esteve na

¹⁰ “A questão do ‘método científico’ tem constituído uma das principais preocupações dos filósofos, desde que a ciência ingressou em uma nova era (ou nasceu, como preferem alguns), no século XVII. Formou-se em torno dela e de outras questões correlacionadas um ramo especial da filosofia, a filosofia da ciência. Investigações pioneiras sobre o “método científico” foram conduzidas por Francis Bacon (1561-1626). Secundadas no século XVII por declarações de eminentes cientistas, como Galileu, Newton, Boyle, e, no século seguinte, pelos Enciclopedistas [...]”. Conferir em: <https://unicamp.br/~chibeni/textosdidaticos/ciencia.pdf>.

¹¹ Os jesuítas tinham consciência de que muitos dos estudos desenvolvidos nos colégios europeus relacionados à memória, especialmente a arte da memória, poderiam incorporar-se à vida religiosa. Essa arte clássica da memória fundamenta-se na retórica, enquanto técnica que oportunizava o orador aperfeiçoar a sua memória permitindo-lhe proferir longos discursos de cor. Foi como parte da retórica que a arte da memória percorreu pela tradição europeia. Conferir em: SILVEIRA, Camila Nunes Duarte; DE ALMEIDA, Maria Cleidiana Oliveira; CASIMIRO, Ana

América Portuguesa e da naturalidade infiltrada de ideias modernas e saberes Iluminista, as quais ele já tinha incorporado antes do desterro. Nela consta uma perspectiva sistematizada e metódica para uma educação econômica da Amazônia.

Conforme Almeida (1996, p.147-148), a obra de João Daniel revela com “detalhes a organização e o funcionamento das missões religiosas, os hábitos e costumes das populações indígenas locais e expressa a ideologia jesuítica que preside as formas de pensar e agir do autor”, demonstrando, ainda, uma série de contradições que permitem refletir sobre a complexidade das “relações de alteridade” ali expressas. Entre a crítica rigorosa e a admiração aos “selvagens”, Almeida (1996, p. 147) considera que João Daniel se revelou como “homem religioso de um tempo de mudanças, no qual o teórico e o empírico se associam na descoberta do humano”. Nesse sentido, na obra de João Daniel (1757-1776), é possível notar a percepção da natureza com os diversos valores fundamentados à “luz” da tradicional formulação filosófica do iluminismo sem perder de vista a sua religiosidade teológica, a exemplo a maneira como descreve a os elementos da natureza. Os jesuítas eram parte integrante da ciência e da cultura do Século das Luzes com evidente contribuição para a ciência no decorrer dos séculos XVII e XVIII. Com isso reforça-se a posição de que a destruição da Ordem “não foi consequência do Iluminismo, mas das ações e dos interesses políticos vigentes naquela época” (Siewierski, 2014, p. 84).

1.1 A Amazônia e os *tesouros descobertos* no século XVIII

A ocupação e colonização do espaço amazônico pela Monarquia Ibérica formaram-se após os esforços de expulsão dos franceses de São Luís, em 1615. Alguns meses depois da tomada do que viria a ser a capital da capitania do Maranhão, Francisco Caldeira fundou na margem direita da foz do rio Amazonas a cidade de Santa Maria de Belém do Pará. Iniciou-se o controle, por parte de Portugal, de uma zona estratégica e cobiçada por ingleses, franceses e holandeses: a bacia hidrográfica do Amazonas. Controlar o principal ponto de entrada rumo ao interior do continente era uma maneira “eficaz de evitar que ingleses, holandeses e franceses acessassem o interior do continente, bem como evitar o uso do caminho alternativo para as minas castelhanas nos Andes” (Martins, 2017, p. 2). Mesmo com a Restauração Portuguesa, em 1640, a foz do Amazonas continuava a ser estratégica para Lisboa. Era a principal via de entrada em território amazônico e o acesso

ao “rico” interior do continente. A exploração econômica do espaço amazônico se consolidou com apoio do controle luso da via de acesso ao interior (Martins, 2017).

Como é sabido, a Amazônia costumeiramente atraiu viajantes e exploradores por ser um lugar desconhecido e misterioso. Considerar o impacto da herança ocidental na cultura e no desenvolvimento regional a partir da relação de trocas com as etnias que existiam no vale ao longo do curso potente do rio Amazonas, destaca a importância do resgate da história para a formação das gerações futuras. Além da valiosa diversidade cultural lavrada da região, deparamo-nos com a capacidade predatória de civilizações europeias guiadas pela ideia de progresso a todo e qualquer custo, com um engrandecido gosto pelo poder (Souza, 2021). O ano de 1492 “para os europeus é o ano surpreendente do descobrimento de um mundo novo. Já para os povos americanos, é o começo do holocausto” (Souza, 2021, p. 21).

Márcio Souza (2021) reflete que os sujeitos que têm pouco contato com a disciplina de História “estão condenados a viver num eterno presente, porque não contarão com as perspectivas de antigamente”. Em sua perspectiva, “tal afastamento dos jovens dos fatos do passado leva a uma sociedade do momento, do imediato, reducionista, que não deseja mudar”. Se uma geração inteira perde o contato com a história, “perde qualquer atitude crítica em relação ao presente, nem sequer pode canalizar o seu desespero pelos descaminhos da atual sociedade” (2021, p. 23-24). Devemos observar que a Amazônia, desde que foi apresentada aos europeus, sempre despertou ambição internacional. Suas terras e suas águas excitaram, e continuam a atizar, a cobiça das grandes potências (Dias, 1967). A utilização econômica das Capitânicas do Norte representou uma etapa bem-sucedida da ação colonizadora da política ultramarina de Pombal. Graças a esse expediente, o Estado do Grão-Pará e Maranhão constituiu parte integrante da economia transoceânica na segunda metade do século XVIII, compondo a primeira experiência séria de colonização da Amazônia (Dias, 1967, p. 471).

A nomeação “Amazonas” foi atribuída inicialmente ao caudaloso rio que corta a planície, dono de importante bacia hidrográfica de todo o subcontinente. Com as numerosas peculiaridades, diferenças e semelhanças entre as diversas conformações regionais, o vale banhado pelo rio-mar acabou recebendo o nome de Amazônia: território multinacional e multicultural, casa de milhares de espécimes vegetais, animais e de muitos povos. Hoje, a Amazônia compreende a toda a bacia Amazônica alcançada pelos seguintes países: Brasil, Bolívia, Colômbia, Peru, Guiana, Venezuela, Suriname, Equador e França (com a Guiana Francesa). A porcentagem de Amazônia em cada território é a seguinte:

Brasil 68%; Peru 10%; Bolívia 10%; Colômbia 8%; Equador 2%; Venezuela 1% e as Guianas 1%. Embora existam savanas e nichos ecológicos diversificados, as florestas cobrem maior parte da bacia do rio Amazonas, sendo denominada de Floresta Amazônica. Esta floresta tropical traz uma fisionomia de densa floresta à Amazônia, uma vasta planície uniforme coberta de árvores. No caso brasileiro, houve o intento de estabelecer políticas específicas para a região Norte. Tendo como base a extensão da Floresta Amazônica, Getúlio Vargas promulgou a lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953. A lei abrangeu a área referente hoje aos estados do Pará, Amazonas, Acre, Amapá, Rondônia, Roraima, oeste do Maranhão, Mato Grosso e Tocantins, ou seja, 59% do território brasileiro e 65% da Amazônia como um todo (Souza, 2021).

No século XVII se iniciou a conquista e ocupação sistemática da região do Vale Amazônico, quando a coroa portuguesa começou a investir em uma política efetiva de ocupação do território derivando-se da ameaça de invasão francesa. “Em 1623, foi fundado o Estado do Maranhão, que corresponderia hoje a uma parte dos estados do Ceará, Piauí e Maranhão, estendendo-se a até os rios Negro e Madeira”. Era um Estado autônomo em relação ao Estado do Brasil, ligado diretamente a Lisboa. Dada a necessidade de defesa do território, desde o início sobressaiu-se a característica militarista da ocupação, com a construção de várias fortalezas em pontos estratégicos da malha fluvial. “As primeiras povoações desenvolveram-se ao redor desses fortes, e as atividades econômicas giravam principalmente em torno das *drogas do sertão* – produtos da floresta, como cravo, salsaparrilha, anil etc” (Lobato, 2009, p. 10-11).

A importância do Vale Amazônico cresceu com a assinatura do Tratado de Madri, em 1750. Para garantir os territórios, era necessário ocupar o máximo possível de terras por meio do assentamento de colonos nas fronteiras. Era necessário, ainda, tirar a região da “*estagnação econômica*” em que se encontrava (Lobato, 2009, p. 41). Com a assinatura do Tratado de Madri, a efetiva ocupação de território era urgente. Cercada de colônias francesas, holandesas e inglesas, “a Coroa temia que o vazio populacional da região dessa margem ao questionamento de sua posse”. As estratégias de povoamento adotadas foram: o envio de casais das ilhas (Madeiras e Açores), a transformação dos aldeamentos indígenas em vilas, inclusive com adoção de nomes de cidades portuguesas, como Ourém, Monte Alegre, Santarém etc., a instituição do português como língua oficial, a importação de mão-de-obra africana, o reconhecimento e a fortificação de zonas estratégicas (Lobato, 2009, p. 125). A floresta densa de terra firme cobria mais de 5 milhões de quilômetros quadrados da Amazônia. Mas, cerca de 20% desse manto vegetal foi destruído desde 1960.

Com os rios envenenados, não há vegetação. “Sem vegetação, não há floresta. Com as árvores queimadas ou cortadas para o comércio, não haverá selva. Sem selva, não haverá Amazônia. Sem Amazônia, não haverá o planeta Terra” (Souza, 2021, p. 32).

Nos duzentos e cinquenta anos entre a chegada dos europeus e o fim do sistema colonial, houve “conflito e muito sangue derramado, em que o mundo acabou em horror e outro começou a ser construído em meio ao assombro”, a invenção da Amazônia (Souza, 2021, p. 76). Ao longo desse período foram repetitivos: chegaram em busca de riqueza e se deram conta da falta de mão de obra; assaltaram as populações indígenas e escravizaram esses sujeitos. As populações indígenas pagaram um preço elevado e a Amazônia como conhecemos hoje é fruto dessa insistência (Souza, 2021).

Na segunda metade do século XVIII houve uma redefinição das estratégias coloniais de caráter econômico e político, direcionadas à Província do Grão-Pará e Maranhão. Entre as medidas adotadas, destacam-se: a redefinição da organização produtiva, a racionalização do trabalho, a redução do poder político dos religiosos, notadamente dos Jesuítas, e abertura de possibilidades para conquista de novas fronteiras coloniais através da intensificação da navegação e do tráfico de escravos africanos para aumentar a disponibilidade da força de trabalho e da produção. As tensões e conflitos entre a administração colonial e os jesuítas se agravaram, culminando com a expulsão dos missionários dessa ordem religiosa e a desativação do modelo de organização empresarial que eles estabeleceram e mantinham nas fazendas e engenhos. As mudanças promovidas pela política pombalina reafirmariam a ordem econômica da administração colonial. O governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado visava reduzir não somente o poder dos missionários em relação aos grupos indígenas e à colônia em geral, mas também minimizar a presença e cultura indígenas (Castro; Campos, 2015).

Desde a chegada de Vicente Yañes Pinzon e Diego de Lepe, aproximadamente em 1500, também Francisco Orellana em 1540, uma das lendas mais persistentes e incendiadoras da imaginação dos conquistadores foi a do *El Dorado*. Nos primeiros anos da conquista da Amazônia muitos aventureiros encontraram destino trágico na sua busca. Portugueses, franceses, holandeses e irlandeses foram para as selvas em sua procura, “a fantasia de terras e locais fantásticos povoava os sonhos dos ambiciosos conquistadores”. Tais sonhos delirantes apontavam para o planalto guianês, misterioso lugar no continente, onde poderiam estar o “lago” Parima e a “cidade” de Manoa (Souza, 2021, p. 79, 126). Márcio Souza (2021, p. 119) considera que “o período colonial deixou traços profundos na Amazônia. [...] o processo histórico da Amazônia está perfeitamente inscrito no grande

choque que foi a chegada dos europeus no continente americano”. “As investidas dos conquistadores”, segundo ele, “plasmaram as razões históricas e sintetizaram a controvertida trajetória dos modelos coloniais da região. Os supostos avanços do século XX não foram capazes de destruir os laços com a terrível experiência colonial”.

Os portugueses aplicaram na Amazônia um sistema que tentava reduzir a colônia a um prolongamento produtivo do reino. Construíram fortificações, povoaram vilas e cidades, forçando a desordem dos elementos nativos para a ordem social da colônia. Entre 1600 e 1630, os portugueses consolidaram o seu domínio da boca do rio Amazonas. Sob desconfiança dos espanhóis, avançaram para o norte e atravessaram a linha do Tratado de Tordesilhas: “com a fundação do Forte do Presépio de Santa Maria de Belém (1616), os portugueses violaram deliberadamente o tratado e se aproveitaram do fato de Portugal estar sob domínio espanhol” (Souza, 2021, p. 129). Com o forte de Belém, a máquina colonial estava montada e direcionada para a economia extrativa. Após a Restauração, uma das maiores preocupações de dom João IV foi o povoamento do estado do Maranhão e Grão-Pará.

A fronteira disputada foi fixada em 1750, com a firmação do Tratado de Madrid (Souza, 2021). Já as décadas finais do Seiscentos e a primeira metade do Setecentos foram marcados pelo intenso conflito entre colonos e jesuítas, pelo controle da mão de obra indígena. Em 1680, foi promulgado alvará pelo príncipe regente, D. Pedro, abolindo todo e qualquer tipo de cativo indígena, dando aos padres jesuítas a responsabilidade sobre o gentio. Tal “descontentamento dos colonos com a falta de mão de obra, com a atuação da Companhia resultando no levante popular conhecido como Revolta de Beckman em 1684” (Martins, 2017, p. 4). A produtividade da agricultura era alta, mas os preços internacionais não conseguiam pagar os investimentos, pois os primeiros vinte anos do século XVIII foram de subsídio para os colonos da Amazônia, já que a ênfase era a manutenção do território. “No entanto, essa política de ocupação não poderia durar muito. Os colonos aos poucos vão se enfurecendo com os missionários, especialmente com os jesuítas, gerando uma enorme tensão na região” (Souza, 202, p. 139).

Baseando-se na correspondência disponível nos papéis avulsos do Maranhão e do Pará, Diego Martins (2017) afirma que entre os anos de 1680 e 1730 o principal produto da economia maranhense era o tabaco e algodão, sendo cultivados precariamente desde meados do século XVII; e da paraense seriam o cacau e algumas drogas do sertão, principalmente o cravo. O implemento sem sucesso de alguns engenhos de açúcar foi por conta do imbróglio envolvendo o uso do indígena como cativo e a irrelevante importação

de escravizados africanos, que “impediram o desenvolvimento de uma produção açucareira aos moldes do Estado do Brasil”. Assim, “economia amazônica de exportação, passou a virada do século XVII para o XVIII em estado de pouco desenvolvimento” (Martins, 2017, p. 6). Entre 1730 e 1755 o cacau se afirmou, com relevância, como principal produto de exportação da capitania do Grão-Pará. Junto aos produtos exportados estavam remessas pequenas de drogas do sertão – salsa parrilha e cravo – e de uma ínfima quantidade de açúcar. Tais remessas compostas basicamente pelo cacau e pelas drogas do sertão – produtos de origem extrativista – expõe como se organizou o sistema produtivo amazônico, pelos menos até 1755 (Martins, 2017).

As capitanias do Maranhão e do Grão-Pará se encontravam em precária situação na primeira metade do século XVIII. “O Estado do Grão-Pará e Maranhão foi instituído em 1751, para ser desmembrado em duas unidades administrativas distintas entre 1772 e 1774: o Estado do Grão-Pará e Rio Negro e o Estado do Maranhão e Piauí” (Martins, 2017, p.11). A centralização administrativa, com a criação do Estado do Grão-Pará e Maranhão, visava fortalecer a defesa da região de um inimigo comum a ambas as capitanias: os castelhanos. O Tratado de Madri (1750) definiu as fronteiras dos dois impérios ibéricos, mas na prática a região fronteira do Amazonas ainda cultivava tensões (Martins, 2017).

Entre os anos de 1680 a 1755 a economia amazônica estava estagnada. A Coroa e administração colonial portuguesa pouco fez em benefício do desenvolvimento econômico das capitanias do Norte, pois o foco inicial era em demarcar e proteger as fronteiras com o Império Espanhol. Nesse momento, o que caracteriza a economia da Amazônia Portuguesa era o extrativismo de cacau e de drogas do sertão, baseado na mão de obra indígena, fundamentalmente controlada pela Companhia de Jesus. Houve alguns esforços particulares para a produção de tabaco e de algodão, principalmente na capitania do Maranhão, que não foram bem-sucedidas (Martins, 2017). Então, o processo de inserir a Amazônia no sistema colonial português é fruto da implantação e consolidação das políticas pombalinas.

A Amazônia estava se mostrando uma região tão importante e com recursos naturais/riquezas a serem exploradas que o Marquês de Pombal incumbiu o seu próprio irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, como administrador do Estado do Grão-Pará e Maranhão em 24 de setembro de 1751. Francisco foi o grande responsável por introduzir nas capitanias do Norte os projetos de recolonização: sua missão enquanto governador foi de reconstruir econômica e administrativamente a Amazônia portuguesa.

Houve uma alteração estrutural na economia maranhense nos anos de 1770. No decorrer da segunda metade da década de 1750 e toda a década de 1760, o Maranhão viveu uma transição: de uma economia estagnada, que se baseava em uma produção modesta de algodão, arroz e tabaco, para uma economia de exportação de gêneros agrícolas, como a *plantation* do Estado do Brasil. Um ciclo que estimulava a produção, ao mesmo tempo em que essa se ampliava, aumentando a demanda por mão de obra africana (Martins, 2017, p. 29).

Em 1757, na administração do Marquês de Pombal, uma nova fase começou para a colônia: abolição do poder dos missionários sobre os indígenas e a transformação das missões em diretorias de indígenas. O governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado considerou que a ação dos missionários trouxe muito lucro para a Igreja em detrimento do Estado e dos colonos. Ele demonstrou toda a sua hostilidade direcionada aos jesuítas, notada nas cartas que enviava para Portugal, direcionadas ao Rei e ao seu irmão. (Santos, 2006).

Devemos enfatizar que os jesuítas eram sujeitos para além do dualismo “bons” ou “maus”. Assim, avaliando-os inseridos em seu contexto histórico e social, precisamos avançar da posição de heroicizar ou vilanizar tais agentes. Os jesuítas interferiam no governo das autoridades religiosas seculares além de interferir nos interesses administrativos da Coroa, dando espaço para os interessados em retirar os jesuítas de suas posições de poder e influência (Santos, 2006). Para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, todo comércio na região que percorreu em sua viagem de São Luís do Maranhão à Cidade de Belém do Grão-Pará era feito pelo “Corpo Poderoso”, referindo-se aos religiosos regulares jesuítas, os quais também eram acusados de deter significativa soma de bens e propriedades da região (Mendonça, 1963). A Missão no Estrangeiro possuía um caráter comercial, o que acabou prejudicando a Companhia. Ao lado da política, a qual estava profundamente envolvida, sua atividade devoradora logo se fez sentir no campo econômico. Os padres começaram a se envolver em atividades que não tinham muito a ver com religião: já participavam do câmbio, do comércio etc¹². A evangelização dos “filhos vermelhos” foi uma boa fonte de renda. “Os Filhos de Loyola foram muito dedicados, tanto na conquista de almas quanto em obter o máximo do trabalho dos pagãos” (Paris, 2000, p. 52).

Os jesuítas representavam o primeiro e maior impedimento para executar-se as “ordens régias”, a respeito do desejo de D. José I em fundar o grande Império Português da América,

¹² No México, haviam minas de prata e refinarias de açúcar. No Paraguai, plantações de chá e cacau, além de fábricas de tapetes. Também criavam gado e exportavam 80 mil mulas por ano.

era o “absoluto poder” que arrogavam os religiosos jesuítas, para si, “sob o pretexto aparente de missionários”, donos dos “mais rigorosos cativeiros que se pode imaginar” (Mendonça, 1963). Enquanto esteve como Governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado buscou realizar ações para remover “empecilho” que o ameaçava da tentativa de assegurar as possessões da Amazônia portuguesa estendendo-a “sertão adentro” (Santos, 2006).

Na segunda metade do século XVIII, das capitânicas amazônicas, o Maranhão foi o que mais se aproximou do sistema produtivo de *plantations*, descolando-se do que caracterizava “a economia amazônica até meados do Setecentos, enquanto o Grão-Pará continuou a subsistir economicamente da mesma maneira: extrativismo e coleta, baseados na mão de obra nativa” (Martins, 2017, p. 37). O mercantilismo “ilustrado” do Marquês de Pombal gerou centros estáveis de colonização e de enriquecimento social com o surgimento de novos núcleos demográficos (Dias, 1967, p. 472). E quando consideramos os tesouros de João Daniel, “os tesouros, a princípio, são o que chamaríamos hoje de recursos naturais da região: a fertilidade do solo, as preciosas especiarias, a copiosa colheita de seus frutos. São os recursos naturais que favorecem a estabilidade, em que a terra é a principal fonte de riquezas” (Lobato, 2009, p. 83).

São as riquezas do rio Amazonas e o tesouro
 a grande fertilidade das suas terras
 as preciosas especiarias das suas matas
 e as copiosas colheitas dos seus frutos
 porque nos frutos da terra e bens estáveis
 consiste a mais estimável riqueza dos homens
 e não nos ouros pratas e preciosas gemas
 que de repente se podem perder
 e desaparecer em um momento (Siewierski, 2014, p. 84).

Então, ao propor um modelo de povoamento e apropriação das riquezas naturais alicerçado, por um lado, na certeza da fertilidade natural da terra e, por outro, nas artes mecânicas, João Daniel assume uma posição divergente daquela do Estado pombalino (Lobato, 2009, p. 141). Às políticas pombalinas de extinção do cativo indígena e a criação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, se assistiu ao aumento significativo do tráfico de escravos para a Amazônia. A introdução do negro africano e da escravização, nas capitânicas do norte da América Portuguesa, modificou as relações sociais e principalmente a produção para exportação da região (Martins, 2017, p. 19).

O poderio econômico apresentado pelas ordens missionárias, especialmente os jesuítas, fazia delas um alvo fácil para tais críticas. Na terceira fase da empresa colonial (1757-1797), os portugueses procuraram dar uma finalidade econômica mais clara para a região. Os portugueses não tinham um interesse mercantil firme ligado ao garimpo da mata. Eles pensaram numa alternativa fixadora que garantisse a posse da área. É claro que o extrativismo, além de lucrativo, era um meio de usar as possibilidades econômicas naturais da região. O trabalho enciclopédico de Alexandre Rodrigues Ferreira, realizado em 1783, “trouxe aos europeus um vasto e sucinto material que se estende da etnografia à zoologia” e, ainda para Márcio Souza (2021), o extrativismo embasava a análise do naturalista¹³, “que iria satisfazer o interesse de Portugal em conhecer e decifrar os recursos da Amazônia, já então em pleno assalto econômico e experimental, posto em prática pelo marquês de Pombal” (Souza, 2021, p. 146-147).

Um dos exemplos mais claros das contradições internas da administração modernizadora do regime de Pombal, além da instalação da Inquisição no Grão-Pará, foi a expulsão da Companhia de Jesus da região. Meio milênio de distintas economias extrativistas apenas enriqueceu brevemente uma parcela das oligarquias locais, deixando uma terra mais empobrecida para trás (Souza, 2021). Com proporções subcontinentais, a Amazônia é diversidade e a conhecer melhor “talvez seja a forma mais eficiente de superar os erros e até sarar as feridas” (Souza, 2021, p. 27). “Um amontoado de obstáculos impedia a escassa população de se adaptar e explorar convenientemente terras e águas da Amazônia. A superação da natureza adversa somente se faria através da importação de força de trabalho, de capitais e de técnica” (Dias, 1967, p. 474). A entrada regular de escravizados africanos na Amazônia deve-se à Companhia. Antes dela a mão-de-obra era assente no trabalho forçado do indígena

Nesse contexto, ao serem aprovados pelo Papa Paulo III, em 1540, os jesuítas tiveram de se adaptar ao ambiente renascentista, marcadamente sob mudanças culturais. A Companhia de Jesus saiu à frente na preparação filosófica e científica de seus membros. No decorrer dos séculos XVI, XVII e XVIII, a formação doutrinal jesuítica esteve marcada por uma flexibilidade de abertura às inovações. Esses membros do clero atuaram e escreveram como “homens da ciência”, desconsiderando uma permanente proposição de

¹³ Do latim “naturalis” (natural), derivação de “natura” (natureza) e do grego “physikos” (físico ou natural), que deriva de “physis” (natureza). Já em 1511 Tomás de Vio Caetano usa a expressão “naturalista” para se referir aos que estudavam natureza. Mas, o termo é consolidado no século XVIII, quando em 1735 Carl Linnaeus fundou a taxonomia moderna e Georges-Louis Leclerc, conde de Buffon, em 1749, usou o termo em “Histoire Naturelle”.

exclusão natural entre ciência e religião. Gradualmente, a interpretação simbólica da natureza proposta pela filosofia medieval foi sendo ‘neutralizada’ por uma concepção nova de Universo (Santos, 2006, p. 21). Para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, todo comércio na região que percorreu em sua viagem São Luís do Maranhão à Cidade de Belém do Grão-Pará era feito por este “Corpo Poderoso”. Os jesuítas eram acusados de deter significativa soma de bens e propriedades da região, de modo que ocorria da interferência nos negócios temporais de forma intensa e frequente. A Amazônia ganhou destaque como um grande negócio para os jesuítas.

Pelo Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494, a região da Amazônia pertencia à Espanha, entretanto, com a União Ibérica, vigente entre 1580 e 1640, e as ameaças de dominação de ingleses e franceses, foi possível a penetração dos portugueses na região com o objetivo de ocupar esse território espanhol. Em 1713, o Tratado de Utrecht, firmado entre Portugal e França, estabeleceu os limites nas Terras do Cabo Norte, que passaram para a posse definitiva de Portugal e, em 1750, foi assinado o Tratado de Madri, que promoveu a normatização das fronteiras entre Espanha e Portugal respeitando o princípio do *utis possidetis*, segundo o qual teria direito à terra quem efetivamente a ocupava (Santos, 2006). Com este tratado a Espanha reconheceu formalmente o direito de Portugal sobre a maior parte da vasta região amazônica. Assim, “enquanto nos séculos XVI e XVII os olhos da metrópole estavam atentos às caixas de açúcar que saíam dos portos do Nordeste, nos rincões da vasta região amazônica, missionários e viajantes aventuravam-se” (Gomes (1999) apud Paschoal, 2013, p. 4), criando caminhos e fronteiras, espaciais e humanos, tendo em conta a presença do nativo indígena.

Esses entradistas portugueses foram responsáveis por expandir os domínios da Coroa, enquanto a manutenção da terra ficou por conta do estabelecimento de fortificações e aldeias, com a marcada presença de ordens religiosas, especialmente a Companhia de Jesus. O padre João Daniel é um exemplo desses caminhos, pois, o seu trabalho era percorrer as vilas e estabelecimentos rurais, funcionando como um mediador entre o colono europeu e os nativos locais. Os jesuítas foram grandes negociantes e souberam explorar, com bastante argúcia, de todos os ramos do comércio sob seus domínios, obtendo lucros enormes. Além de deterem armazéns supridos de drogas do sertão, suas fazendas e Colégios abrigavam grande número de oficiais das artes fabris: entalhadores, pedreiros, pintores, ferreiros, tecelões, oleiros, sendo as artes da construção uma das primeiras que os jesuítas exercitaram no Brasil (Moraes; Rocha, 2022). A experiência do Novo Mundo permitiu aos jesuítas, “além do envolvimento com a população nativa, o contato com a

exuberante fauna e flora locais, propiciando a utilização de muitos de seus elementos na fabricação de medicamentos”. Cabe destacar, porém, a existência de um fecundo intercâmbio entre o conhecimento nativo e o europeu, posto que, “se por um lado, os missionários lançaram mão de algumas práticas curativas nativas, partindo da utilização de elementos da fauna e flora locais, por outro as uniram ao conhecimento prévio que possuíam da farmacopeia europeia” (Santos, 2015, p. 11). Nessa dinâmica temos a importância da contribuição do conhecimento indígena para a Ciência Moderna.

Em suas práticas quotidianas, os jesuítas não se fechavam em seus conventos. Inseriam-se na vida da sociedade prestando serviços como sacerdotes e educadores, assumindo também funções de destaque, como confessores dos reis e príncipes. Graças à convicção de que Deus está em tudo e que tudo é Deus, consideravam o mundo a sua casa tanto no espaço religioso como social. Esta foi a primeira ordem da igreja católica a assumir a educação como uma das suas missões. Na rede mundial de suas escolas e colégios, as crianças e jovens recebiam a melhor educação da época. Também a ciência, em suas diversas áreas, deve muito aos jesuítas, que integraram a elite intelectual e científica do mundo ocidental (Siewierski, 2008, p.8). Havia uma complexidade de relações entre os jesuítas e o Iluminismo, desde sua perspectiva particular até a contribuição deles para a ciência nos séculos XVII e XVIII. A diversidade das correntes do movimento iluminista reforçam a opinião de que os jesuítas faziam parte integrante da ciência e cultura do Século das Luzes. A destruição da Ordem foi consequência do Iluminismo e das ações e interesses políticos. Fizeram parte da mesma cultura que os destruíram (Siewierski, 2008, p. 12).

A flexibilidade evangelizadora dos jesuítas foi um fator importante na história gloriosa das suas missões, mas também provocava julgamentos. Por conta disso, tiveram que enfrentar as críticas dos que “não viam com bons olhos as suas estratégias de assimilação e tolerância ao sincretismo, como também dos que os acusavam de submissão demasiada aos colonizadores, de serem coniventes aos meios violentos da expansão imperial”. Eram pragmáticos e a sua relação com a máquina da expansão colonial, “mesmo que criticassem os seus abusos, foi imprescindível para a eficiência das missões. Preferiam a persuasão, mas também admitiam a força como o meio de conversão” (Siewierski, 2008, p. 10). As inúmeras descrições dos países e dos povos com que os jesuítas municavam leitores na Europa, bem como os destinatários de suas cartas em geral, faziam com que a curiosidade ganhasse destaque. Inclusive como um dos motivos que levou milhares de jovens da Europa a escolher uma vida nômade nas trilhas das missões do vasto mundo.

As suas descrições iam “ao encontro da curiosidade do outro, da expectativa das histórias fantásticas e relatos das aventuras dos exploradores das terras longínquas” (Siewierski, 2008, p.16).

As descrições feitas pelos missionários devem ser vistas na sua relação com a principal finalidade das missões, ou seja, a propagação da fé, a conversão e a salvação das almas. “Independentemente dessa função pragmática da descrição que avalia para converter, ela já em si estabelece uma relação de conversão entre quem vê/descreve e o que é visto/descrito”, enquadrando o outro no sistema de signos do missionário, adaptando-o a sua visão do mundo. É uma relação de domínio, o que não exclui a possibilidade do missionário escritor ser dominado, e de certo modo convertido, pelo mundo que resiste a ser enquadrado no seu sistema de cultura. “As descrições do universo amazônico na obra do Pe. João Daniel servem, sem dúvida, a compreensão da população nativa visando a sua conversão ao cristianismo”. Mas, “elas servem e objetivam com uma consciência muito clara, a transformação desse universo numa Terra de Promissão também no sentido social, econômico e político” (Siewierski, 2008, p. 17).

Daniel, no seu tempo, viu o apogeu e a decadência da Companhia de Jesus no Amazonas. Diante de uma população que sofria com extrema pobreza em meio à opulência de um mundo natural exuberante, abundante e generoso, o jesuíta apresentou um projeto para o desenvolvimento do estado. João Daniel pretendia demonstrar os meios para que, com mais facilidade, se pudessem aproveitar os *tesouros* que Deus havia escondido no Amazonas. Lobato (2009) interpreta a metáfora dos tesouros escondidos destacando que “descobrir os tesouros significava descobrir os métodos mais eficazes de apropriação das riquezas, isto é, aqueles que com o menor esforço, produzissem o maior e melhor resultado”. Animais políticos por *natureza*, ao descobrirem os tesouros escondidos no mundo natural, desvelavam também sua razão de ser, seu *telos*: o *Bem Comum* (Lobato, 2009, p. 140-141).

1.2 O Tesouro Descoberto em um contexto de mudanças

Por conta da implacável ação da máquina colonialista portuguesa diante dos recursos naturais na América, essa região do globo apresenta alguns dos muitos territórios desgastados ao extremo pela ação da espécie humana. Tendo como objeto as terras fluminenses, José Drummond (1997) afirma que um dos dramas mais comuns da trajetória da espécie humana é a exploração excessiva e/ou destrutiva dos recursos naturais. A

cultura, para este exímio pesquisador, é a ferramenta eficaz para a espécie humana agir como um tenaz explorador. Em relação às florestas, por exemplo, usam, abusam e as destroem, sem levar em consideração que o esgotamento de recursos naturais esteve quase sempre associado à decadência de grande e pequenas civilizações. Talvez possamos mesmo aprender alguma coisa com o nosso passado recente, “embora o “aprendizado histórico” seja muito mais uma esperança dos historiadores ou um sonho dos românticos do que um fato social corriqueiro” (Drummond, 1997).

Além do mais, nós, brasileiros, somos hoje um dos povos que mais territórios “virgens” temos ainda a ocupar efetivamente, inclusive na Amazônia, que contém a maior parcela das matas tropicais remanescentes do planeta. Quais são os nossos “antecedentes” nesse tipo de empreendimento? Que “aprendizado” podemos e queremos retirar desses antecedentes? Quais são as perspectivas de recuperação dos recursos naturais destruídos? (Drummond, 1997, p. 27).

Os impactos ambientais não iniciaram com o desembarque dos primeiros europeus. Os povos originários são dotados de cultura, portanto também possuem responsabilidade quanto às mudanças ocorridas no seu meio ambiente natural. Esses povos, dotados de cultura, são o ponto de partida para os estudos sistemáticos das alterações humanas nas terras das Américas. Toda cultura causa impactos no mundo natural, embora algumas culturas façam usos menos destrutivos dos seus ambientes naturais. Os impactos dos nativos indígenas sobre os ambientes em que viviam foram proporcionais ao tamanho de suas populações, tecnologias e cosmovisão. Isso significa que a propensão dos indígenas ao nomadismo/seminomadismo e o seu conhecimento do potencial agrícola dos diferentes tipos de solos se combinavam para evitar que usassem a terra com intensidade excessiva. Tal prática permitia a recuperação natural das vegetações e solos, renovando seu uso agrário e diminuindo a pressão humana sobre as florestas. Diante das práticas nativas, todos recursos naturais eram renováveis quando usados para a subsistência dessas populações modestas e esparsas. Para os povos originários míticos, a terra e os demais elementos do ambiente natural possuíam valores utilitários e sagrados, por vezes condicionados por interdições religiosas. Os portugueses tinham tecnologias, religião e valores em relação à natureza radicalmente distintos dos povos originários (Drummond, 1997).

Com o avanço do projeto colonialista de Portugal, foi introduzindo no território brasileiro as modalidades europeias de exploração econômica, novas e mais impactantes

formas de explorar recursos naturais. Suas ações produziram modificações ambientais extensas e profundas com o ciclo da cana-de-açúcar, intensificando-se, posteriormente, com o ciclo do ouro e o do café. De acordo com José Drummond (1997, p. 53), o território brasileiro foi alvo do projeto expansionista de um povo com visíveis competências para a exploração sistemática dos recursos naturais das terras do ultramar. Não deixaram a desejar na exploração mercantil dos recursos naturais.

Portanto, seria um erro desprezar os efeitos do senso mercantilista português sobre a integridade ambiental dos territórios explorados por eles de maneira intensiva. Os portugueses não somente empalideceram os impactos ambientais promovidos pelos indígenas, como superaram os impactos de outras nações europeias colonizadoras em terras americanas. A geografia e a economia indígenas foram apagadas junto com a cultura. A colonização portuguesa no Brasil foi um importante capítulo no esforço europeu para tentar “começar de novo” no “Novo Mundo”. Mas, os portugueses “começaram de novo” sob influência “inevitável dos seus antigos valores civilizatórios, cuja ênfase estava na profunda submissão da natureza aos requisitos da formação de excedentes e da acumulação de riqueza” (Drummond, 1997, p. 70-71). Os recursos naturais foram consumidos numa escala voraz e sem qualquer dose de previdência, restando terras destruídas como campos de batalhas (Drummond, 1997, p. 124).

Inseridos na mentalidade de que a natureza era inesgotável, o modelo colonial português ressaltou o trabalho compulsório do escravizado, negro ou indígena, nas frentes de plantação. Ele só podia se fazer com métodos predatórios, baseado na força bruta com pouca ou nenhuma atenção para a conservação de recursos naturais. Isso levou à expansão contínua das áreas de plantio em busca de novos solos. As plantações de cana-de-açúcar foram uma intensificação da agricultura itinerante dos nativos. Os portugueses queimavam as florestas, limpavam o terreno, introduziam a cana e exploravam cada lote até a exaustão, abandonando-os virtualmente exauridos. Tal prática alterava o ciclo hidrológico, o regime dos rios, causando efeitos na fauna. Vislumbrados com a natureza qual se depararam, “o uso intensivo do trabalho escravo, a falta de pequenos proprietários estáveis e a disponibilidade aparentemente infinita de terras novas na nova colônia conspiravam contra o uso prudente das extensas terras brasileiras” (Drummond, 1997, p. 63). A descoberta das enormes terras brasileiras pelo minúsculo Portugal certamente afetou os valores dos colonos portugueses. Acostumados a um pequeno país já carente de fronteiras geoeconômicas, o gigantismo das terras brasileiras teve nos portugueses o efeito de estimular o uso imprevidente da terra (Drummond, 1997). Muitos empreendedores e

otimistas presumiam que a paisagem era abençoada por uma abundância infinita, portanto, as florestas não se esgotariam jamais. Pensavam que sempre haveria outra floresta para além do horizonte para expandirem a voracidade da máquina mercantilista e abrir novas fazendas.

José Augusto Pádua (2002) procurou reconstituir a existência de uma reflexão profunda e consistente sobre o problema da destruição do ambiente natural de pensadores que atuaram no país entre 1786 e 1888, muito antes do que se imagina como sendo momento de origem desse tipo de debate. Nesses debates, Pádua destacou dilemas que continuam bastante atuais, como a preocupação intelectual com a degradação do meio ambiente.

No período colonial, já se aplicava a teoria da responsabilidade subjetiva pelo dano causado por animais a pomares vizinhos, conforme demonstrado no alvará de 2 de outubro de 1607, repetido pela lei de 12 de setembro de 1750, sobre o mesmo tema.

A *contra sensu*, a lei de 24 de maio de 1608 expressa a teoria da responsabilidade objetiva para os danos causados pelo gado nos olivais vizinhos, sem culpa do dono ou seu empregado. Da mesma maneira, tais noções eram conhecidas e postas em práticas pela Bíblia, no Livro Êxodo 22: 4, que regulava os prejuízos causados por animal durante as colheitas. O conceito de poluição também estava de forma precursora previsto nessas Ordenações. A determinação era proibir a qualquer pessoa que jogasse material que pudesse matar os peixes e suas criação ou sujasse as águas dos rios e lagoas (Wainer, 1993, p. 197).

A discussão ambiental não foi “externa” no debate político brasileiro, pois ela acompanha a discussão sobre o destino do país desde os tempos coloniais. O crescimento do interesse público pelos temas ambientais contribuiu para direcionar o olhar do presente no resgate de suas discussões pretéritas. Nos trabalhos abordados por Pádua, os pensadores não defenderam o ambiente natural com base em sentimentos de simpatia ao seu valor intrínseco, mas, sim, à sua importância para a construção nacional. Como existe uma herança iluminista e do racionalismo crítico na formação do moderno pensamento ambientalista, compartilhar esse ideal no Brasil do século XVIII não consistia em nenhuma novidade. O valor do mundo natural repousava em sua importância política e econômica e por isso, no Brasil dos séculos XVIII e XIX, a motivação política foi amplamente dominante entre os pensadores do problema ambiental (Pádua, 2002).

Para Pádua (2002), a linhagem dos primeiros críticos ambientais brasileiros não praticou elogio da beleza e da grandeza do meio natural brasileiro. Entretanto, fizeram-no

sem ignorar a sua destruição. O meio natural foi elogiado por sua riqueza e potencial econômico, um objeto político essencial para o avanço social e econômico do país. Nesse momento de transformação cultural, no cenário internacional acontecia a consolidação da ciência moderna como um modo privilegiado de entendimento do mundo, ao qual João Daniel estava sintonizado. Nas Américas e na Ásia, a brutalidade dos processos de apropriação econômica da natureza produziu uma degradação ambiental que ganhou visibilidade pela velocidade da dinâmica destrutiva.

O aparecimento da crítica ambiental estava em curso no universo da modernidade, sofrendo influência teórica do Iluminismo luso-brasileiro, de modo que a mentalidade das Luzes foi interpretada como um instrumento prático de progresso científico e desenvolvimento econômico. Havia o interesse em estudar melhor a natureza brasileira, investigando a utilidade econômica das espécies nativas ainda desconhecidas, bem como a “aclimatação” de espécies estrangeiras que pudessem ter valor econômico. Assim, mesmo considerando o forte viés antropocêntrico que caracterizou o pensamento iluminado, foi no caldo de cultura do processo de elaboração de uma “economia da natureza” que começaram a emergir análises mais consistentes “sobre os danos ambientais provocados pela ação humana, especialmente sobre as consequências do desflorestamento, da superexploração pesqueira, do esgotamento dos solos, do secamento dos cursos d’água etc” (Pádua, 2002, p. 45).

A mentalidade conquistadora frente à natureza marcou profundamente o pensamento iluminista. Além disso, “as práticas econômicas implantadas pelos europeus em suas colônias tropicais geravam impactos ambientais visíveis e um campo de possibilidades para o aparecimento de uma crítica ambiental” diversificada (Pádua, 2002, p. 54). O projeto que visava o estabelecimento de reservas florestais, por exemplo, era debatido em 1795 pelo ministro Souza Coutinho, propondo garantir a conservação das matas frente aos incêndios dos agricultores. “O Brasil não foi um caso isolado de destruição ambiental na história colonial e pós-colonial dos últimos séculos. Mas foi, sem dúvida, um dos casos mais exemplares” (Pádua, 2002, p. 72), isso, pois, “os colonizadores portugueses, acostumados às limitações ecológicas de sua região de origem, viam a mata atlântica como um universo que jamais se consumiria” (Pádua, 2002, p. 73). A imagem de uma terra sempre disponível para o avanço horizontal da produção minimizava a importância do cuidado ambiental. Essa sensação de inesgotabilidade dos recursos naturais estava associada, também, a um fator jurídico-institucional que era a facilidade na concessão de terras para a elite colonial. Isso demonstra que a destruição ambiental

não foi algo fortuito e pontual, mas, sim, um elemento constitutivo da própria lógica de ocupação colonial do Brasil.

Na passagem do século XVIII para o século XIX, alguns autores já consideravam que a destruição das florestas provocava impactos sobre o meio físico que podiam prejudicar a vida econômica e política das sociedades (Pádua, 2002, p. 214). A vontade de progresso manifestada pelos primeiros críticos ambientais brasileiros derivava de uma legítima identificação entre a destruição do território e a herança colonial. Sua imagem de progresso era teórica, não podendo ser julgada a partir de dinâmicas posteriores da civilização urbano-industrial que eles não poderiam observar. Os autores analisados por Pádua, bem como o próprio João Daniel, não eram “ambientalistas” no sentido moderno da palavra. Eles identificaram que os problemas ambientais estavam inseridos no conjunto de problemas estruturais do país por estarem preocupados com o destino do Brasil. A problemática ambiental foi abordada dentro de uma relação com questões sociais, políticas, econômicas, agrícolas, etc. De certa maneira, essa perspectiva possui atualidade, visto que a crise ambiental contemporânea está inserida em padrões de produção e consumo em diferentes sociedades (Pádua, 2002, p. 282-283).

A colonização portuguesa implicava uma exploração mais intensiva do uso dos solos da floresta. Para isso, o machado civilizador, junto às queimadas, foi viável indefinidamente. A coroa portuguesa e a igreja buscavam assentar a população rural, os colonos queriam confinar trabalhadores escravizados e, além disso, haviam residentes urbanos para alimentar e o fornecimento de excedentes para a metrópole para proporcionar. Poucos habitantes foram necessários para exaurir grande parte da floresta, até mesmo as maiores sesmarias podiam praticar uma forma predatória e instável do cultivo utilizando derrubada e queimada (Dean, 1996).

Os europeus, em seu “Novo Mundo”, encontraram uma natureza mais pura que a de outros trópicos, já que a América do Sul foi o último a ser invadido pelos caçadores-coletores e agricultores itinerantes. Com as ações dos europeus, a América do Sul é “o campo de batalha mais recente para o historiador florestal, no qual todos os que tombaram ainda jazem insepultos e os vendedores ainda vagueiam por toda parte, saqueando e incendiando o entulho”. A própria história da Mata Atlântica, na concepção de Dean, não é uma história natural das criaturas da floresta, mas, sim, um estudo da relação floresta e o homem (Dean, 1996, p. 23). A historial florestal é entendida como uma história de exploração e destruição, analisando as atividades do homem que reduz o um mundo natural a “paisagem” e “espaço”, de acordo com expectativas que quase nunca se realizam.

“O avanço da espécie humana funda-se na destruição de florestas que ela está mal equipada para habitar”, por conta disso a preservação de florestas deve se basear em uma concepção de interesse que apenas se poderia definir por “um autoconhecimento mais perspicaz e uma compreensão mais profunda e filosófica do mundo natural” (Dean, 1996, p. 24).

Envolvido nesse contexto, João Daniel inicia sua obra com uma descrição física da região da Bacia Amazônica. Segundo Santos (2006), na obra do padre jesuíta João Daniel¹⁴ (1757-1776), é possível notar a percepção da natureza com os diversos valores fundamentados à “luz” da tradicional formulação filosófica do iluminismo sem perder de vista a religiosidade teológica tomista. Os capítulos de sua obra foram retidos sem publicação, pelos impedimentos políticos, durante muito tempo. Em 1820 foi permitida sua publicação da Quinta parte no Rio de Janeiro sob os cuidados do Bispo Azeredo Coutinho. Vinte anos depois [1840/41], Francisco A. Varnhagen empenhou-se em publicar, pela Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, a segunda parte ou capítulo 2 e somente em 1976 a obra foi publicada em dois volumes pelos Anais da Biblioteca Nacional. Ana Emília da Luz Lobato (2009 apud Paschoal, 2013, p. 2) também faz um histórico dos caminhos da obra até sua publicação completa e Paschoal salienta que em 2004 a editora Contraponto publicou a obra completa dividida em dois volumes, a partir da versão de 1976, da Biblioteca Nacional e, em 2006, Antônio Porro encontrou outros capítulos pertencentes à Terceira Parte que estavam desgarrados¹⁵.

Elaborou um conhecimento acerca da natureza do Vale Amazônico, de seus habitantes e seus costumes. Seu objetivo era propor novos métodos de aproveitamento das riquezas, o que faz na quinta parte. Para transformar o estado de miséria em que se encontrava a tão promissora região do Vale Amazônico, o autor propõe, entre outras

¹⁴ A obra *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas (1757-1776)* do jesuíta João Daniel teve sua primeira edição em 1976 pelos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro –em dois volumes –, escrito entre os anos de 1757 e 1776. Desde 1810 é parte do acervo de manuscritos da Biblioteca Nacional, excetuando as partes 5ª e 6ª. Dividida em 6 partes, cinco delas constituem o códice existente na Biblioteca Nacional. Na sua versão manuscrita compõe-se de 766 páginas no formato 15,5 x 20,7 e seu estado geral de conservação até a data de publicação era bom. Em 2004 a obra foi publicada em dois volumes pela Editora Contraponto (Santos, 2006, p. 36).

¹⁵ Os manuscritos das primeiras cinco partes pertenciam ao acervo da Real Biblioteca, que vieram para o Brasil com a família real portuguesa em 1808; pertencem, atualmente, à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Uma segunda versão da Parte Quinta, menor que a primeira, e a Parte Sexta, pertencem ao Arquivo de Évora. A Biblioteca Nacional, em 1976, publicou pela primeira vez o texto na íntegra e, para isso, recebeu em microfilme as partes pertencentes à Biblioteca de Évora. Antes disso, em 1820, a Parte Quinta (do manuscrito de Évora) havia sido publicada pela Imprensa Real do Rio de Janeiro; a Parte Segunda em 1840, pela Revista do IHGB, com nota preliminar de Varnhagen; e a Parte Sexta em 1878, também pela Revista do IHGB, com nota de Estevão Xavier da Cunha (Lobato (2009) apud Paschoal, 2013, p. 2).

coisas, a substituição do cultivo de mandioca, a agricultura familiar em pequenas propriedades, o estabelecimento de um sistema de transporte fluvial mantido pelo Estado para o escoamento da produção, um novo método de construção naval e o fomento do comércio interno. Essas mudanças buscavam a melhoria do *bem público*. Esse conhecimento serviu de argumento para a tese de que era necessária uma mudança nos métodos empregados na agricultura, no comércio, na navegação, na extração das drogas do sertão, enfim, das atividades que geram a riqueza. “Mas serve também como argumento para uma crítica ao modelo colonial como um todo, que não atende a finalidade do Bem Comum”. Desse modo, o projeto proposto por Daniel relacionou a abundância do mundo natural amazônico com a ideia de que a riqueza tem como fim o *Bem Comum* (Lobato, 2009, p. 14).

A vida e os escritos de João Daniel não podem ser pensados fora do contexto de implementação das reformas pombalinas na Amazônia, no qual encontrou as condições (objetivas e subjetivas) para elaborar seu projeto de reformas. A pesquisadora Lobato (2009) corrobora essa ideia quando aponta que João Daniel escreveu em um momento de grande efervescência do pensamento ilustrado na Europa e ainda de grandes debates filosóficos e científicos acerca do Novo Mundo. Nesse contexto, os escritos de Daniel adquiriram um forte sentido político: preso e extraditado por Pombal, “não estava apenas refletindo sobre a realidade da colônia portuguesa na qual havia passado a maior parte de sua vida, mas também respondendo aos ataques que sofria a Companhia de Jesus naquele período” (Lobato, 2009, p. 15, 36, 46). A obra *Tesouro* assume sentido político nesse contexto: Ele trata de um amplo leque de assuntos relativos à Amazônia nos séculos XVII e XVIII, como natureza, cultura, história, economia, política.

Mas é no âmbito das reformas pombalinas que é possível compreender o sentido político do *Tesouro*. Se *povoar e desfrutar* o Rio Amazonas era o principal empenho “daqueles senhores”, e “naqueles tempos”, João Daniel, que se encontrava encerrado nos cárceres por conta desse “*empenho*”, insere-se no debate sobre as reformas, apresentando um projeto alternativo para fazer prosperar a colônia (Lobato, 2009, p. 43). Na interpretação do jesuíta João Daniel, a Natureza escondia enormes tesouros no Amazonas, desperdiçados por seus moradores. “Os tesouros representavam as riquezas naturais que exploradas através de métodos adequados tornariam a região e seus habitantes os mais prósperos do mundo”. O alicerce do seu projeto apoia-se de um lado nos *tesouros* de que dispõe o Amazonas e, de outro, na *experiência*, a partir da qual seria possível desenvolver os métodos mais apropriados para extrair tais riquezas escondidas (Lobato, 2009, p. 15).

O patrimônio da Coroa era enriquecido com o cultivo de artigos tropicais mercantilizáveis, tais como: cacau, algodão, arroz, café e tabaco. A Amazônia surgia, em vista disso, como admirável mercado fornecedor de produtos de alto rendimento e procura. A “conquista da terra”, a humanização da paisagem e os trânsitos da Companhia são elos de um mesmo *processus* civilizador nos trópicos. Semelhante política ultramarina ajudou o colono a substituir o incipiente extrativismo vegetal e a agricultura de subsistência e itinerante por uma remuneradora empresa agrária e mercantil (Dias, 1967, p. 473). As reformas propostas por João Daniel visavam o aumento do Estado, que, para o jesuíta, implicava a estabilização das terras, o fomento do comércio interno e o fim da escravização indígena. Para Lobato (2009), na sociedade idealizada pelo jesuíta, o Estado promoveria as condições para que cada morador pudesse suprir suas necessidades com seu próprio trabalho. As causas da miséria da região eram os métodos adotados pelos seus habitantes, que, diante de uma natureza abundante e generosa, não eram capazes de dominar o meio natural extraindo dele a potencial riqueza que oferecia.

Por isso que a agricultura é considerada por João Daniel a atividade central da *boa economia*, justamente por tornar estáveis as terras (Lobato, 2009, p. 28). O *Tesouro* de João Daniel apresenta a tradição que atribui enorme potencialidade natural à região, ao lado de uma incapacidade humana para gerar riqueza. Seu projeto, que tinha por objetivo *descobrir os tesouros*, visava, essencialmente, a uma mudança nos métodos utilizados na produção das riquezas. “Seu projeto possui um duplo alicerce: por um lado, apoiava-se na crença de que havia valiosos *tesouros* escondidos nas terras do Amazonas, por outro, na *experiência*, que tanto atesta a viabilidade de suas propostas”, como também é o meio para o desenvolvimento dos métodos que permitiram desfrutar dos *tesouros* (Lobato, 2009, p. 82). Após ter evidenciado o enorme potencial da área por meio do levantamento dos produtos disponíveis para comércio, João Daniel examina a condição da colônia, a forma como colonos e nativos usufruíam das riquezas e até que ponto as iniciativas coloniais foram frutíferas - e os resultados não eram encorajadores.

A situação de pobreza em que viviam os habitantes era um indicativo de que os métodos de ocupação e exploração empregados não estavam cumprindo a promessa de prosperidade associada ao vasto e fértil Amazonas. Para Daniel, a limitada prosperidade da colônia era atribuída à adaptação dos residentes às práticas agrícolas, de navegação e à extração de drogas locais dos indígenas; ao uso do trabalho escravo, que não incentivava a iniciativa privada e o aprimoramento das profissões; e à falta de competência do governo em garantir o bem-estar coletivo. Em síntese, a principal questão levantada por Daniel

era: como transformar as riquezas em benefício comum? Após essa análise, o jesuíta apresenta propostas. De maneira prática, ele não se mostra interessado em debater assuntos teóricos, sejam eles de ordem científica ou teológica. Duas propostas fundamentais em seu projeto são: superar o estado primitivo por meio do avanço das habilidades artesanais; e implementar uma política estatal que facilite a distribuição da riqueza em favor do *bem comum* (Lobato, 2009, p. 36).

O *Tesouro* tem dois momentos: um primeiro, no qual dá notícia, analisa a realidade colonial, descreve e informa; e um segundo, no qual projeta e propõe mudanças. No seu diagnóstico, as causas da miséria na região de modo algum diziam respeito ao trabalho missionário. As propostas do jesuíta visam à sociedade laica (Lobato, 2009, p. 44, 65-66). Dessa forma, ele “recorta” a realidade natural, preocupando-se com seus *tesouros*: primeiro, quando descreve, descobrir é o ato de conhecer (refere-se a tomar contato com a existência das coisas); depois, quando projeta, *descobrir* agrega um outro sentido, o do *conhecimento metódico* (o conhecimento do mundo natural implica a habilidade do usufruto, serve para descobrir o melhor meio de se apropriar dos *tesouros, não da natureza*) (Lobato, 2009, p. 77).

No contexto pombalino, afirmava-se que a Amazônia, antes do estabelecimento da Companhia, vivia encolhida e envergonhada. Isso pois o aldeamento dos nativos tornou-se, na primeira metade do século XVIII, um celeiro de braços para a Ordem dos Jesuítas. Daí impeliam luta com os colonos que alegavam sofrer carência de gêneros por “escassez de mão-de-obra” (Dias, 1967, p. 476). Diante desse conflito, o monarca tomou posição, já que a colônia era patrimônio da realeza, não das Ordens. Tal lide entre missionários e moradores era incompatível com a programação pombalina. Assim, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, quando partiu do Tejo para Belém, foi com ordens de “acabar” com o cativeiro do nativo indígena. Os jesuítas reagiram contra isso, mas, de 1726 a 1756, o valor do trato nos armazéns da Ordem, em Belém, foi de 159.898\$756 réis, o que chamou a atenção dos colonos, do governo e da Coroa. Em maio de 1757, os jesuítas foram acusados pelo governo de Belém de praticarem largamente o contrabando com os missionários castelhanos (Dias, 1967, p. 477).

No cenário de disputas apresentado, emancipado o indígena e criada a Companhia, os dias dos jesuítas no Estado estavam contados. Um ofício do Pará, datado de 22 de outubro de 1757, enumerou os religiosos desterrados por ordem do governador em cumprimento do que lhe fora ordenado pela Coroa. O último golpe foi dado com a lei de 3 de outubro de 1759, impressa na Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, que

expulsou os missionários da Companhia de Jesus dos seus “Reinos e Domínios” (Dias, 1967, p. 480).

Com as ações do Marquês de Pombal, a economia da Amazônia adquiriu um valor de troca. Sua produção exportável tornou-se artigo de mercancia. Definiu-se uma nova forma de exploração econômica, caracterizada pela entrada de seus artigos tropicais no giro transoceânico. A paisagem foi humanizada e na segunda metade do século XVIII o povoamento foi tão rápido e intenso que marca bem o fomento ultramarino. A administração pombalina criou a ambiência necessária para a revelação econômica da colônia, até então vista como doentia. O esforço representou a primeira experiência séria de colonização do espaço amazônico. Foi um êxito do mercantilismo ilustrado português. “Formaram-se vilas, definiram-se instituições, miscigenaram-se elementos humanos, criaram-se novas relações de produção e de consumo, abriram-se novas vias de penetração continental” e, além desses pontos, “intensificou-se a imigração do Reino e das ilhas atlânticas, sobretudo dos Açores, e esboçaram-se novos mercados”. Os dois mundos, físico e cultural, entrelaçaram-se mais, “gerando seiva excitante para a colonização regional” (Dias, 1967, p. 485).

Manuel Dias (1967) afirma que é impossível negar o papel saliente desempenhado pelo empreendimento pombalino na colonização da Amazônia. Ele dedicou as energias necessárias e assegurou convivência com a Europa sedenta de artigos tropicais. A empresa descortinou à Amazônia o comércio do Atlântico, do Báltico, do Mar do Norte e do Mediterrâneo, oferecendo-lhe perspectivas inteiramente novas de negócios e entrelaçamento com outros mundos econômicos. Em poucos anos, a região Norte do Brasil percorreu larga trajetória de seu crescimento. “Dir-se-ia que a Companhia revelou economicamente a Amazônia e que a colonização regional foi um grande êxito do mercantilismo ‘ilustrado’ na sua singular forma pombalina” (Dias, 1967, p. 489). João Daniel advertiu que, ainda que haja na região toda espécie de minerais preciosos, sua principal riqueza consistia em ser fértil o seu terreno e em ter abundância de víveres (Lobato, 2009, p. 24).

Na apresentação do tratado ausente¹⁶ feita por Antonio Porro (2006), observamos que não é surpreendente seu desaparecimento, o silêncio, face ao título chamativo do tratado: Das minas de ouro, prata e diamantes da região amazônica, justamente um título, é lícito supor que, em tempos idos, deve ter suscitado muitas curiosidades, não somente

¹⁶ Descoberto no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, acessível pelas cópias digitais do Projeto Resgate de Documentação Histórica “Barão do Rio Branco”, no. 3478.

literárias (Porro, 2006, p.128). A descoberta é de um documento de 16 páginas não enumeradas sob o título *Tesouro descoberto no Máximo Rio Amazonas*. Dá notícia da sua muita riqueza nas suas minas, nos seus muitos e preciosos haveres e na muita fertilidade das suas margens. Tratado Primeiro: Das Minas de Ouro, Prata e Diamantes da região do Amazonas”, marcado como incompleto e de autoria desconhecida.

O que destaca Antonio Porro (2006) a respeito disso é que, apesar de não explicitar o nome do autor, era sabido que João Daniel era o autor da obra “desde pelo menos 1820, quando a Imprensa Régia lhe publicara a Quinta Parte” (2006, p. 128). Mas essa descoberta demonstrava que o Primeiro Tratado estava completo e era composto de quatro capítulos e não três, como estava na edição de 1976 da Biblioteca Nacional, acrescentando que nessa mesma edição falta também a parte final do capítulo 1. Outra alusão que fez Antonio Porro (2006) é que a primeira parte do capítulo 1 existente nos dois códices evidencia que o do Arquivo Histórico Ultramarino não é o caderno faltante no da Biblioteca Nacional, mas uma cópia, “aliás em formato e caligrafia diferente, com muitas pequenas variantes e omissões”. Para Antonio Porro (2006) é intrigante faltar um caderno na obra original sendo que existe uma cópia em outro arquivo, ainda mais quando percebe-se o “o interesse que um tratado sobre minas de ouro, prata e diamantes numa longínqua colônia recentemente resgatada ao virtual controle jesuítico, deve ter despertado na segunda metade do século XVIII”, situação que faz o autor considerar a hipótese de que o caderno tenha disso tirado, copiado e não devolvido ao seu legítimo dono.

Para o pesquisador, o conteúdo do Tratado Primeiro não justifica a enfática certeza de futuros grandes achados, pois, “o teor do Tratado não foge ao que predomina nas Partes I a III do Tesouro”, as partes descritivas e, “mesmo dentre elas, a qualidade da informação não se iguala à dos demais Tratados da Parte III”; esses versam sobre “plantas úteis, frutos, madeiras e especialmente sobre produtos in natura e beneficiados de origem animal e vegetal” (Porro, 2006, p. 129). O que ganha destaque são a informação sobre a localização e produtividade dos garimpos, as opiniões e considerações de João Daniel sobre as elevações no norte da Amazônia, tendo sinais de ouro não explorado pela Coroa Portuguesa, a proibição das comunidades mineradoras de Peru e Potosí de se abastecerem de produtos europeus em Belém, o frustrado desenvolvimento dos garimpos do alto Tocantins-Araguaia, entre outros assuntos.

Antonio Porro (2006) considera que “embora algo decepcionante por um conteúdo que não corresponde à expectativa criada”, o manuscrito preenche uma lacuna e, com a sua publicação, “a parte faltante da obra de João Daniel se reduz ao começo,

provavelmente uma página, do primeiro capítulo do Tratado Segundo” (PORRO, 2006, p. 134). No capítulo primeiro do Tratado Primeiro, sob o título *Dá notícia em geral dos seus muitos minerais*, o padre jesuíta João Daniel aponta que a principal riqueza das terras é o seu terreno fértil e a riqueza de seus moradores é ter abundância de víveres para sustento de suas casas. Algo que prova a ligação que os jesuítas mantinham através de sua rede de troca de cartas e descrições é que, aqui nesse ponto, João Daniel aponta essas riquezas como vistas no Egito e “em muitos outros reinos onde a muita fertilidade das suas terras são inveja da riqueza dos seus habitantes, posto que a falta de minerais seja grande” (Daniel, 2004, p. 407, v. 1).

Após fazer uma retomada sobre as serras, a que começa na foz do rio Amazonas com o nome de serra do Paru (ao norte) e a serra que parte do sul do rio Amazonas até o Peru e Chile, João Daniel aponta que essas grandes formações geológicas da América toda são um “continuado mineral de ouro, prata, diamantes e muitas outras pedras preciosas, de sorte que afirmam os práticos ser a terra mais rica de minerais que até agora se tem descoberto em todo o mundo” (Daniel, 2004, p. 407, v. 1). O padre jesuíta descreve que as serras que os portugueses chamam de Paru, desde a foz do Amazonas até o rio Negro, “estão tão cheias de sinais de ouro que já os geógrafos todos as assinalam com sinais de ouro”, que, para ele, a Coroa não explorou por não ter pessoas suficientes na região e, também, para proteger as minas, além de evitar contendas com a França e a Holanda.

Sobre os nativos dos rios, diz que medeiam entre a fortaleza do Paru e a fortaleza de Pauxis, e que eles confirmam que nas suas cabeceiras há muito ouro, mas que são encobertas as informações, de modo que “em uma das povoações da mesma margem se descobriu ouro em muita quantidade quase à porta do seu missionário pelos anos de 1755 *circiter* [aproximadamente] debaixo de um jirau” (Daniel, 2004, p. 408, v. 1). Quando surge uma divergência entre um geógrafo (Condamine) e um missionário jesuíta (Samuel Fritz) sobre a localização e existência do lago de ouro chamado Parima e a rica cidade Manoa, o autor tende a concordar com o religioso por conta da sua muita comunicação com os nativos e pelo dilatado espaço de trinta ou mais anos que viveu entre eles. João Daniel ainda destaca uma mina de mercúrio que fora descoberta entre o rio Negro e o rio Japurá. Sobre as minas de ouro abertas que já estavam rendendo aos espanhóis, “as quais, pela divisão do Tratado de Madri de 1750 entre as duas potências, ficam pertencendo a Portugal”, fala sobre a existência de prova evidente que o dito rio tem ouro nas suas margens, “porque muitos índios que dele têm descido para as missões traziam por brincos nas orelhas folhetos de ouro bruto”, além de acrescentar que nas cabeceiras do dito rio

Japurá “são tantos os minerais que os mesmos castelhanos, para declarar a sua muita riqueza, também lhe chamam Castilha del Ouro” (Daniel, 2004, p. 407, v. 1).

No segundo capítulo, *Das minas descobertas na margem do Sul*, João Daniel trata a respeito das minas fazendo um relato da existência das mesmas, além de expor que algumas ele não sabia os nomes próprios, seguindo as cabeceiras dos rios colaterais do Amazonas, de leste a oeste e até o Mato Grosso. Ele explica que as minas que pretende “dar notícia” são “as que atualmente se trabalham na região que os geógrafos chamam região do Amazonas”, e por conta disso e não se detém a falar das minas Gerais, “que no seu mesmo nome indicam a sua grande vastidão”, das minas do Serro do Frio, “onde os diamantes se medem aos alqueires” e as minas do Cuiabá, “também de muito ouro”, estas serras estavam fora da região do Amazonas e não lhe interessavam. Dentre as minas de ouro que pertenciam no espiritual ao bispado do Pará e no temporal a Governadores ou Capitães Gerais diversos estão: as minas do Carmo, chamadas arraial do Carmo; Minas das Almas, chamadas Arraial das Almas; as minas da Natividade; as minas de Sta. Anna, chamadas arraial de Sta. Anna; as minas do Pontal, juntamente ao arraial; as minas e arraial chamadas de Amaro Leite; as minas chamadas Corichas com o seu arraial (Daniel, 2004, v. 1, p. 408).

Em cada relato das minas, João Daniel especifica a sua localização utilizando dos rios e até mesmo com os graus de latitude e longitude sua localização. Ele continua o relato “subindo o rio acima, já na volta que faz virando para oeste”: as minas de S. Félix, chamadas a chapada de S. Félix e ao sul destas ficam outras minas; as minas chamadas minas do Papalho; as minas do Cavalcanti; as minas de S. José; as minas Traíras; minas de Sta. Rita; as minas do Maranhão; as minas de Amaro Leite; as minas chamadas Meia Ponte; as minas chamadas do Ouro Fino, pela singularidade do metal. O padre ainda tece comentários sobre a “grande vila de Goiazes”, “aonde assistem governador, ouvidor e mais ministros reais com belos templos e casarios, com dois rios que lhe passam pelo meio” e sobre os diamantes das minas do Serro do Frio, que “são uns montes ou grandes serras que estão no governo e bispado de Minas Gerais, as quais confinam por norte com as minas de Goiazes”.

Já no capítulo três, *De outros minerais do rio Amazonas*, o jesuíta segue no intuito de demonstrar as muitas riquezas minerais da região amazônica, mas agora se dedicando a “margem sul do rio Madeira para baixo”, logo apontando a existência de uma mina no rio Megue (Maués). Ele explica que, nos rios que seguem após o rio Madeira, os portugueses não haviam entrado mais do que aqueles poucos que iam apanhar cacau, cravo

e mais frutos da mata, além de que explica que o rio Tapajós é, também, pouco frequentado, porque só na sua boca tinha algumas poucas aldeias de nativos e, por conta dos relatos de um mineiro chamado João de Sousa de Azevedo sobre algumas observações que fez ao longo do rio Tapajós (em 1746), João Daniel supunha que ambas as suas margens, até as suas cabeceiras, possuíam muitos minerais “porque nas suas cabeceiras, que são junto do rio Cuiabá” detinha as minas de Cuiabá. Também “no rio chamado dos Arinos se descobriram umas riquíssimas minas de ouro as quais, pela sua muita abundância, se principiaram logo a povoar com muitos mineiros” do Cuiabá, do Mato Grosso, “que logo se quiseram firmar fazendo sementeiras e plantando víveres para sustento dos seus negros”, apesar de não se manterem ali por muito mais tempo por conta do sumiço espontâneo do ouro dali ou pela necessidade do ministro régio ouvidor tomar posse e distribuir as terras (Daniel, 2004, v. 1).

Ele ainda cita que pelo rio Cupari acima “se acham pedras, muitos minerais de mármore, pedra pomes e cristal, além de ter nas suas vistosas praias muitos topázios e muitas outras pedrinhas finas de várias cores”. João Daniel explica que os nativos não se preocupavam com o ouro e com a prata em seus povoados, mas que se contentavam em terem o que comer e beber. Após falar sobre a riqueza do rio Xingu e o rio Claro, chamado de Paiol de diamantes, o autor dedica uma parte do parágrafo para chamar a atenção sobre como o mineiro apenas pensava em enriquecer no material e deixava de lado o espiritual, inclusive enriquecendo às custas da vida de negros e nativos: “pobres índios e pobres negros! Cujas vidas e almas não são avaliadas dos [pelos] brancos em mais do que se fossem feras do mato!”, demonstrando a sua indignação à relação do colono europeu com o negro africano escravizado e com o nativo indígena. O imaginário “medieval” do Velho Mundo é notado nas descrições do padre jesuíta João Daniel quando ele fala sobre “o encantado lago dourado Parima com a sua cidade de ouro Manoa” e sobre os caminhos no interior das matas que “só são frequentados por feras e índios bravos comedores de gente” (Daniel, 2004, v. 1).

Por fim, no quarto e último capítulo do tratado primeiro, *Dos minerais do rio Amazonas da margem do sul nos domínios de Castela*, a intenção de João Daniel foi falar sobre as minas e minerais que se sabia “na margem do sul na região do Amazonas nos domínios portugueses, ainda sem falar nas minas de pedra azul que há junto à boca no rio Xingu”, salientando que “não é menos rica a margem do Amazonas do sul em que vamos falando nos domínios de Castela, que se seguem desde as minas de Mato Grosso até o mar Pacífico” (Daniel, 2004, v. 1). Com isso, o autor se dispõe a relatar as riquezas

do significativo Império do Peru, das cidades de Lima e Cuzco, além de falar das minas de Potosí na Província dos Charcas. Para falar do Império do Peru, o autor toma por base “Mr. Condamine, que o viu com os seus olhos”, e diz que “são tantas as riquezas da cidade de Lima, sua capital, que nos templos, em qualquer festa” desde as mais comuns, são apresentados para quem vê o ouro, a prata e demais preciosidades, era tanta a fartura que qualquer mulher comum saía à rua ou às suas visitas com, no mínimo, “custo de sessenta mil cruzados em seu ornato” (João Daniel apud Porro, 2006, p. 146).

Em Cuzco, que João Daniel relembra ser a antiga corte do Império Inca, diz ser descrito tanta riqueza que “as mesmas alfaias de casa como panelas, pratos e todos os mais utensílios eram de ouro ou de prata, como também muito ornato ainda externo e telhados das mesmas casas”, de que se aproveitaram os espanhóis quando invadiram aquele império. Naquele império, afirmavam que a sua mais rica província era a que chamavam de Província dos Charcas: “a província mais rica, não só no império do Peru, mas ainda em toda a América, e das suas muitas riquezas vem Charles-Marie de La Condamine (1701-1774)”, um homem das letras e explorador francês do século XVIII que viajou por diversas regiões do mundo, incluindo a América do Sul (1743). Navegou o curso do rio Amazonas fazendo anotações que descreviam a geografia, a flora e a fauna da bacia amazônica, na Europa seu relatório foi publicado e amplamente divulgado junto à comunidade científica revelando informações importantes para o despertar da cientificidade nascente.

1.3 João Daniel e as proposições para a região amazônica: um estado da arte

Nos 16 anos vividos na Amazônia, João Daniel fez uma intensa e interdisciplinar pesquisa de campo, colhendo os dados sobre a geografia, o clima, a fauna, a flora e os povos daquela região. O motivo da sua prisão e extradição foi a discordância do *Diretório dos Índios*, uma lei editada em 1755 pelo Marquês de Pombal e implementada pelo seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado. A obra do Pe. João Daniel, escrita na prisão, pode ser considerada também uma resposta ao *Diretório*, que extinguiu o trabalho missionário dos jesuítas nos aldeamentos. O primeiro volume da obra do Pe. João Daniel compõe a *summa* do conhecimento de geografia, fauna, flora, minerais, história e dos povos da Amazônia. O segundo volume é dedicado às questões relacionadas às missões, agricultura, pesca, navegação, comércio, indústria e a organização da vida social (Siewierski, 2008).

O Pe. João Daniel, após vivências, experiências, pesquisas, observações e prática religiosa no Estado do Grão-Pará e Maranhão descobriu o tesouro maior que existia no norte da América Portuguesa, a própria Amazônia e, para ele, tomar posse desse tesouro, enriquecer, era o conhecimento, “o mais amplo e mais preciso possível”, além de compartilhar ele com os outros (Moraes; Rocha, 2022). Dessa relação interdisciplinar que o padre desenvolveu com a região amazônica pode-se concordar com Siewierski (2014) que havia uma complexidade de trocas entre os jesuítas e o Iluminismo. Os jesuítas fizeram parte integrante da ciência e da cultura do Século das Luzes com evidente contribuição para com a ciência no decorrer dos séculos XVII e XVIII, com isso reforça-se a opinião de que a destruição destes “não foi consequência do Iluminismo, mas das ações e dos interesses políticos vigentes naquela época” (Siewierski, 2014, p. 84).

O segundo volume é dedicado às questões relacionadas às missões, à agricultura, à pesca, à navegação, à indústria, ao comércio e à organização da vida social (Siewierski, 2014, p. 86). Costa (2007) expõe que “durante quase todo o período colonial, os principais textos que informaram sobre a natureza amazônica foram obra de membros de algumas das ordens religiosas que atuaram no Novo Mundo”. Os membros dessas ordens viveram por anos juntos aos povos nativos, conhecendo suas línguas e seus modos de viver, e com isso esses missionários estiveram também em contato íntimo com a geografia, a flora e a fauna amazônica, se tornando grandes conhecedores das mesmas.

Breve biografia do Pe. João Daniel

Ano	Acontecimento
1722	Nasce em Travaços, perto de Viseu.
1739	João Daniel entra na Companhia de Jesus em Lisboa, aos 17 anos.
1741	Partiu para o Brasil.
1751	Foi ordenado padre e começou o trabalho missionário entre os nativos da Amazônia.
1757	Na onda das perseguições pombalinas, mas ainda dois anos antes da carta régia que decretou a expulsão de Companhia de Jesus de Portugal e todas as suas possessões ultramarinas, foi deportado para Portugal junto com nove outros missionários. Ficou preso no Forte de Almeida.
1761	Foi transferido para a Torre de São Julião da Barra.
1776	Já com 54 anos de idade, morreu em 19 de janeiro.

Fonte: Siewierski, 2008.

No capítulo *O Tesouro Escondido no Amazonas* (2009, p. 47-64) de sua tese, a autora Ana Lobato faz excelente análise das transformações epistemológicas que contribuem para a interpretação cultural da natureza no pensamento Ibérico decorrido no período em que o João Daniel estudou e, depois, elabora a sua obra. Considerando a que esta pesquisa se propõe, destaco da análise da pesquisadora que as noções de natureza expressam a visão que a humanidade tem de si mesma e do seu lugar no mundo. O termo guarda complexa e fluida rede de relações históricas, que refletem mudanças radicais na experiência de uma sociedade. Por isso, mais do que precisar seu significado, é conveniente desvendar o emaranhado cultural específico em que o termo aparece, porque a noção de *natureza* está profundamente ligada à noção de *civilização*. No período em que João Daniel escreveu sua obra, o termo estava em voga. Em seu texto, o termo *natureza* aparece pela primeira vez somente no capítulo 10, vol. I, p. 81, associado a *milagres* e em oposição à *indústria dos homens*. A natureza, aqui, seria a autora das coisas naturais e distribuidora das qualidades naturais das criaturas e estaria em oposição à indústria dos homens, isto é, à arte.

A Natureza, portanto, é o princípio de movimento, a causa primeira, o processo espontâneo que torna uma coisa o que ela é, independentemente de qualquer contingência. No séc. XVIII, quando escreve Daniel, a América já havia sido assimilada pelo Ocidente cristão, tanto em âmbito político-econômico quanto cultural. A Ciência Moderna, com seus novos métodos e objetos, já havia modificado a sensibilidade da cultura ocidental. João Daniel escreveu no limiar de um complexo processo de transformação dos paradigmas culturais do Ocidente, que desaguaram no movimento da Ilustração. As condições da cultura portuguesa certamente dificultavam o contato com os filósofos modernos, mas isso não quer dizer que ele não aconteceu. Escritos sobre matemática e astronomia circulavam em Portugal. A renovação da cultura portuguesa, então, deve-se à influência de estrangeiros e estrangeirados. Ao longo de sua escrita, João Daniel faz menção a outros autores, demonstrando que conhece autores religiosos e seculares, estando atualizado com a ciência portuguesa da época. No que se refere às notícias sobre o mundo natural, cita autores que publicaram no séc. XVIII, como Frei Benito Feijó, Dr. Curvo Samedo e Frei João Pacheco (Lobato, 2009, p. 67).

João Daniel propôs métodos na agricultura, extração, pesca e comunicação. Essas invenções objetivam facilitar a vida dos moradores da Amazônia e contribuir para o desenvolvimento dessa região. Desejava facilitar e melhorar a navegação fluvial, assim como o aproveitamento de marés para mover os moinhos, projetos de bombas, aquedutos,

máquinas para cortar madeira e engenhos de açúcar (Siewierski, 2008, p. 20). As descrições da natureza e dos seus fenômenos, das paisagens, da fauna e flora e das diversas curiosidades, “comprovam o olho e o ouvido sensíveis do observador, mas também uma postura do leitor para quem a terra é um grande livro”, o escrito divino (Siewierski, 2008, p. 21).

Os tesouros correspondiam aos “produtos naturais passíveis de serem apropriados pelo homem, *que Deus descobriu*, no sentido de ter feito ver. Deus, criador e mantenedor da Natureza, fez existir e permitiu que fossem conhecidos os tesouros” (Lobato, 2009, p. 71). Aqui, “o termo *natureza* é usado pelo autor fundamentalmente no sentido de causa primeira, princípio de movimento, de estatuto ontológico dos seres”. “A Natureza é sustentada pela Graça e comporta tanto o ordinário, como o maravilhoso (os milagres), pois ela dá testemunho do poder do Criador”. O conhecimento do mundo natural é possível, sobretudo, mediante a observação direta e pela revelação de Deus (Lobato, 2009, p. 71).

O tesouro depositado por Deus estava escondido porque os habitantes da região não sabiam aproveitá-lo (Daniel, 2004, v. II, p. 30). Seriam impedimentos para a descoberta dos tesouros a *lei da natureza*, que rege a vida de uns, e a *acomodação*, por parte de outros, aos costumes daqueles. Se anteriormente Deus havia descoberto os tesouros porque havia permitido que se soubesse da sua existência, aqui Deus os esconde e a condição para descobri-los é ultrapassar a *lei da natureza*. “A abundância de frutos, peixes e animais terrestres, os minerais, a qualidade do solo e das águas não têm valor em si mesmos; é preciso *descobrir os tesouros*, o que é possível por meio de métodos adequados” (Lobato, 2009, p. 77). Quando ele diz “pretendo mostrar o modo de se poderem extrair essas riquezas, e de se poder utilizar esse tesouro” “porque de pouco serve um tesouro, se não se descobrem os meios proporcionados, de se poder desfrutar este tesouro, e de poder adquirir as suas riquezas” (Daniel, 2004, v. II, p. 330), a ideia de descobrimento está relacionada aos métodos que possibilitam “*lograr, desfrutar, adquirir* as riquezas. Não é o descobrir da natureza, mas o conhecer a fim de descobrir os melhores métodos de usufruto dos tesouros” (Lobato, 2009, p. 78). A ideia de “segredos da natureza”, ou de que a natureza encerra tesouros escondido, está presente na ciência moderna (Lobato, 2009, p. 79).

[...] o terreno do Amazonas por si mesmo, e só com a indústria da natureza, fertilidade da terra e bondade do clima, é quinta, é jardim, e é

floresta sempre alegre, sempre verde, e sempre florida, de modo que quem quiser conceber o devido [conceito], a ideia da América, há de considerá-la sempre em uma perpétua primavera de flores, e frutos Daniel (Daniel, 2004, v. I, p. 410).

Para João Daniel, descobrir os tesouros do Amazonas significava mais que informar acerca de sua existência, já que esse descobrimento se relaciona ao usufruto deles. O ponto central do seu projeto refere-se, portanto, aos métodos para melhor utilizar as riquezas que contém o tesouro que Deus depositou no Amazonas (Lobato, 2009, p. 81). A partir da constatação do contraste entre a enorme riqueza natural amazônica e a pobreza de seus habitantes é que João Daniel formula seu projeto: busca “insinuar aos seus habitantes o melhor, e mais fácil método de se poderem aproveitar, e utilizar das grandes riquezas que Deus lhes depositou no seu tesouro, porque de pouco serve saber de um tesouro aos que deles não sabem utilizar; são tesouro escondido as riquezas encobertas” (Daniel, 2004, v. II, p. 425).

São as riquezas do rio Amazonas, e o tesouro de que falo, a grande fertilidade de suas terras, as preciosas especiarias das suas matas, e as copiosas colheitas, dos seus frutos, porque nos frutos da terra e bens estáveis consiste a mais estimável riqueza dos homens, e não nos ouros, pratas, e preciosas gemas, que de repente se podem perder e desaparecer em um momento. É bem verdade que também nas suas preciosas minas é rico o Amazonas, como mostramos na "Parte Terceira", mas não são estas as que o fazem mais invejado, mas sim a grande fertilidade das suas, e as copiosas colheitas dos seus frutos, sabendo o mais fácil, e útil, meio de se poderem cultivar; este meio pois é o que vamos propor nesta "Parte Quinta", e dar uma ideia a mais proporcionada que se pode praticar no seu cultivo, com a qual cada morador se pode prometer com a ajuda de Deus, [...] se pode prometer muita fartura de víveres, muita abundância de frutos, e em poucos anos muitas riquezas (Daniel, 2004, v. II, p. 133-134).

A obra do Pe. João Daniel é uma das mais abrangentes descrições do universo amazônico da época, um tratado que visa a sua transformação. Dessa forma, concordo com Siewierski (2008, p. 22-23) e seu apontamento de que João Daniel pode ser hoje um aliado daqueles que não só veem na Amazônia os tesouros, mas que, antes de tudo, sejam capazes de reconhecer a própria Amazônia como um tesouro imperdível. À sua época, “em cada página da obra, a Amazônia perdida por um missionário extraditado e preso, torna-se reconquistada através da transcodificação e do registro do que foi gravado na memória”.

Desta forma, o caso dos cronistas missionários da Amazônia apenas confirma a regra que se verifica na América portuguesa e espanhola, sendo que no Brasil destacam-se os diversos escritos jesuíticos já nos séculos XVI e XVII. Esses religiosos despontaram-se para interagir com a cientificidade crescente no século XVIII, e, concordando com a nova corrente de pensamento ou não – conscientemente ou não –, eles estabeleceram contato e relação com o novo ideário que estava sendo proposto pelos grandes pensadores da Europa (Moraes; Rocha, 2022). “O projeto de João Daniel”, segundo Kelerson Semerene Costa (2007), “sugere uma ampla reforma da sociedade portuguesa no Estado do Grão-Pará e Maranhão”, pois, “as medidas recomendadas deveriam conduzir a uma reorganização do modelo de produção”, colocando em evidência a questão do trabalho numa dissimulada defesa da liberdade dos indígenas. Nesse sentido, o autor é pontual quando declara que se “adotadas e levadas às últimas consequências, as medidas sugeridas pelo jesuíta apresentam-se como alternativas à política colonial que se implementava sob o governo do Marquês de Pombal, por meio da qual se reforçavam as bases mercantilistas da economia e se fortaleciam os monopólios” (Costa, 2007).

Embora João Daniel se debruce sobre questões relativas à produção da riqueza, “seu projeto não parte de uma reflexão econômica no sentido contemporâneo, em que a economia goza de independência em relação às outras instâncias da vida humana”. Ainda que sua questão central sejam “*os tesouros descobertos no rio Amazonas*”, ou seja, a riqueza da região, “o autor tem sempre em vista a totalidade da vida da sociedade colonial”. Isso, pois, a economia, como disciplina autônoma, surgiu somente com Adam Smith e David Ricardo, nos fins do século XVIII. Se por um lado é da natureza do rio Amazonas ser tão rico, por outro, deveria ser natural que seus habitantes fossem capazes de desfrutar de seus tesouros. Portanto, quando João Daniel se propõe a indicar melhores métodos para o usufruto das riquezas, “o que ele está propondo não é um meio para o desenvolvimento econômico da colônia, mas para o estabelecimento de uma sociedade humana plenamente realizada” (Lobato, 2009, p. 85-86, 88).

Outro aspecto fundamental para a análise das propostas de João Daniel é que, “ainda que ele aponte a necessidade de medidas administrativas para colocá-las em prática, sua reforma tem como foco central os costumes”. A coivara, por exemplo, era usada por colonos e indígenas para limpar o terreno onde se faziam os roçados e durava de dois a três meses, prática que, segundo o jesuíta, causava mais dano do que proveito a seus moradores. Sem ver vantagens nesse método, João Daniel perguntava-se porque os moradores continuavam a praticá-lo. A resposta dos praticantes era que a cultura da

mandioca, como demonstrava a *experiência*, dava-se melhor em solo de matas crescidas. “Além disso, quanto maiores as matas, maior a quantidade de cinzas depois das queimadas, o que, acreditavam os naturais, deixava o solo ainda mais fértil” (Lobato, 2009, p. 98).

Ele alegava ser o método mais um costume do que uma necessidade, já que os moradores estavam acostumados a essa prática, não buscando outras (Daniel, 2004, v. II, p. 165). Se por um lado *experiência* é o processo de *experimentação*, por outro ela é o costume, “o exemplo daqueles que já fizeram determinados testes e desenvolveram determinada prática, o que vale tanto para os que introduziam a novidade, quanto para aqueles que optavam pelo costume”. Propulsor da novidade e o substrato do costume, a *experiência*, nos escritos de João Daniel, não se refere a um esforço de matematização da realidade natural. Entretanto, é evidente a ideia de uma progressão necessária no desenvolvimento das práticas e dos métodos de apropriação dos *tesouros* e é nesse sentido que ela é invocada pelo autor (Lobato, 2009, p. 107).

Considerando a análise de Ana Lobato (2009), a *experiência*, nos escritos de João Daniel, “seja no sentido de testemunho, seja no de experimentação, desempenha uma função retórica”. O conhecimento sobre o mundo natural, construído por João Daniel em sua obra, é retórico no sentido de que a interpretação da realidade era analógico-metáforica e buscava a persuasão, enquanto julgava a realidade entre correto e incorreto. De modo algum isso significa que seja um conhecimento falso, apenas explícita ainda mais o sentido político do texto (Lobato, 2009, p. 115). Em seu projeto para o desenvolvimento econômico e social da região, ele não se pauta por uma hipótese, mas, por uma certeza: é possível plantar trigo no Amazonas, ou ainda, é melhor plantar em campinas que em terras de matas crescidas, etc. “Se o que ele afirma não se verificou ainda, é pela falta de curiosidade dos moradores da região. Sua intenção não é confirmar uma conjectura, mas encorajar um certo agir”. A interpretação retórica da realidade não suspeita da expectativa. A expectativa não é uma hipótese, é uma certeza. O que ela observa, então, é a ação, a maneira como se pratica a *experiência* – afinal é uma interpretação assentada na estilização do gesto. É a ação que tem de ser ajustada” (Lobato, 2009, p. 114).

Para resolver os inconvenientes da antiga economia, sua reforma tinha dois pontos básicos como centro das suas preocupações: a agricultura e a navegação. A agricultura porque é a atividade que aproveita as qualidades da terra, a principal fonte de riqueza e, uma vez que proporciona a constituição de bens de raiz, garante a estabilidade e o

desenvolvimento das povoações. A navegação porque faz circular a riqueza produzida, favorecendo o aumento do estado como um todo, demonstrando que a estabilidade das terras e a circulação da riqueza são condições para o *bem comum* (Lobato, 2009, p. 116-117). Suas propostas, nesse sentido, têm um caráter pragmático, de ajuste das práticas de produção e circulação da riqueza. A agricultura praticada no Grão-Pará e Maranhão servia sobretudo para a subsistência dos moradores. A principal atividade geradora de renda para o estado era ao mesmo tempo o “maior estorvo” ao seu aumento: o comércio das drogas do sertão. Desde o início da ocupação do Vale Amazônico, o extrativismo constituiu-se na principal atividade econômica da região. A sugestão de Daniel era “eliminar a prática das *canoas* e investir nas plantações dos produtos que cresciam espontaneamente nas terras do Amazonas, pois se ir buscar nos matos era extremamente incerto, plantar não era” (Lobato, 2009, p. 117-118).

Para o jesuíta, um dos maiores inconvenientes da antiga economia é que “a falta de métodos mais adequados implicava a necessidade de um insano trabalho, e, como consequência, somente quem tinha escravos podia ser rico no Amazonas”. Nesse contexto, o elogio das artes mecânicas não era apenas o elogio à engenhosidade humana, era, sobretudo, um elogio ao trabalho livre (Lobato, 2009, p. 120). É importante ressaltar que os jesuítas estavam inseridos no sistema colonial mercantilista português, e adequavam-se aos condicionamentos temporais, adotando posturas diferenciadas nas várias regiões do Império. “Para manter sua poderosa estrutura missionária, era necessário que a Companhia desenvolvesse atividades produtivas que lhe gerassem renda”. Na América, a fim de atuarem como missionários, os jesuítas acabavam por compartilhar as mesmas práticas econômicas dos demais colonos. A prática de “conversão das populações indígenas e a expansão da fé promoveram, paralelamente, a expansão das propriedades jesuíticas e a conversão dos religiosos em administradores” (Lobato, 2009, p. 121-122).

Os embates entre colonos e jesuítas eram pautados por uma disputa de interesses político-econômicos concretos (Lobato, 2009, p. 122). Pombal ascendeu ao poder com a missão de restaurar a hegemonia portuguesa em declínio. Suas reformas, no entanto, apresentam uma contradição: embora abraçasse os valores iluministas na vanguarda cultural europeia para arejar a cultura lusitana, sua política econômica buscava reinstaurar um sistema econômico mercantil e monopolista, com um Estado centralizado e forte. A Ilustração em Portugal não abraçava o liberalismo político ou econômico. As primeiras medidas adotadas pelo ministro envolveram a supressão sistemática de qualquer forma de oposição ao poder monárquico e a modernização da estrutura administrativa pela

centralização das decisões para tornar a burocracia mais eficiente. Ele aboliu e reorganizou órgãos administrativos, reformulou os métodos de remuneração dos funcionários, implementou um limite salarial para os burocratas, colocando-os sob a autoridade real e, por fim, empenhou-se em eliminar a indisciplina e a corrupção (Lobato, 2009, p. 128).

Os conflitos gerados pelas reformas pombalinas tiveram nas colônias, em particular no Vale Amazônico, espaço privilegiado. “O esforço de centralização do poder e de controle da economia exigia uma nova postura com relação à região que, embora não estivesse abandonada a própria sorte, adquirira importância capital para a metrópole”. A política pombalina para a região amazônica visava, em primeiro lugar, efetivar o Tratado de Madri, demarcando as fronteiras, garantindo o território e controlando de forma mais efetiva a economia da região. “Para alcançar esses objetivos, o ministério pombalino contava, indispensavelmente, com as populações indígenas. Era necessário, portanto, diminuir o poder dos religiosos, da Companhia de Jesus em particular” (Lobato, 2009, p. 130).

A proposta de João Daniel via no Estado do Grão-Pará e Maranhão não uma simples reserva de produtos para o enriquecimento de Portugal, mas uma extensão do reino (Moraes; Rocha, 2022). O modelo que estava disposto por João Daniel trata-se, de um modelo distinto da sociedade e da economia em vigor no período colonial, que para Costa (2007) “pretende estimular o dinamismo interno da economia e possibilitar o assentamento de colonos portugueses em pequenas propriedades, cujo cultivo assegure o provimento de alimentos para o núcleo familiar e para toda a colônia, por meio da comercialização interna do excedente” (Costa, 2007, p. 104). Ainda acrescenta a autora que “na parte dedicada ao projeto, ao esboçar o futuro da Amazônia, o jesuíta faz dele uma realidade tangível por meio da satisfação da última e fundamental exigência da metáfora que construía: a chave do paraíso é a abolição das penas do trabalho” (ibidem).

João Daniel lamentava os árduos trabalhos a que se entregavam os agricultores europeus, de modo que as máquinas projetadas por ele apenas complementam, e confirmam, a aspiração à libertação do trabalho. Na Amazônia Portuguesa, o Amazonas, fértil e abundante, parecia, como o Jardim das Delícias, ter sido poupado da maldição divina. Um miserável lavrador europeu, “se trabalhasse a milésima parte nas terras do Amazonas em pouco mais ou menos anos seria dos mais ricos, e abastados dos seus moradores” (Daniel, v.2, p. 98). É, portanto, a esses pobres do Velho Continente que o jesuíta se dirige, apresentando-lhes o Amazonas, aquele meio-natural, como redenção.

Seu intento é remover os obstáculos ao usufruto do paraíso, para que não apenas os ricos fossem capazes de desfrutar da diversidade que a natureza oferecia (Costa, 2007, p. 105). Padre João Daniel especializou seus conhecimentos seguindo, ao mesmo tempo, a forma teológica e a linguagem econômica do mercantilismo (Souza, 2021).

Nesse sentido, “muitos missionários narraram a Natureza e em suas interpretações as lacunas ou juízo de valor nos permitem entender o instrumental cultural utilizado para análise deste mundo natural”. Mesmo sob o prisma científico do setecentos, a visão utilitária da natureza permanece e aí se tem uma Física Teológica evocada para sistematização utilitária, ou seja, a natureza como livro onde, tal qual a Bíblia, encerra-se o escrito de Deus (Santos, 2006, p. 105). É sobre essa natureza que a proposta da nova administração que inaugurou o Marquês de Pombal tinha sob perspectiva uma grande extensão territorial a ser conquistada através dos avanços de ocupação, mas que somente se concretizaria com o desenvolvimento do esforço colonizador voltado para a natureza (Santos, 2006).

Então, Portugal, com a política de Pombal, iniciaria um processo de dinamização da interação político/administrativa com as colônias, pautada nos princípios iluministas do século XVIII. Além disso, houve influência sobre as obras teóricas e práticas dos grandes missionários, levado em consideração a vida cotidiana na região colonial e o contato estreito que tiveram com os nativos indígenas e é, nesse sentido, que a autora destaca a obra de João Daniel. Para Almeida (1996), a obra do padre revela com “detalhes a organização e o funcionamento das missões religiosas, os hábitos e costumes das populações indígenas locais e expressa a ideologia jesuítica que preside as formas de pensar e agir do autor”, demonstrando ainda uma série de contradições que permitem refletir sobre a complexidade das “relações de alteridade”.

A sua missão continuou, só mudou a forma da presença (Siewierski, 2008, p. 27) para que João Daniel tratasse de sua “*Experiência colonial*” (Lobato, 2009, p. 44). Foi a cobiça de ouro a razão do primeiro descobrimento do Amazonas pela expedição de Pizarro. O ouro levou o homem a descobrir o tesouro maior, que era a própria natureza amazônica, pois, ele reconhece que “a principal riqueza das terras não consiste em ter muitos minerais, mas sim, em ser fértil o seu terreno” (Daniel, 2004, v. 1, p. 407). Mais atenção do que às riquezas minerais, o autor do *Tesouro* dá ao clima, a fertilidade da terra e a seus frutos, viveres, fartura de legumes e frutas. Com essa preocupação, o autor apresenta alguns elementos da natureza, tais como: a mandioca; recomenda a plantação do trigo, do milho e arroz; fala do plantio dos legumes dos feijões; do plantio de batata,

couve, repolho, espinafre, bredos e beldroegas, incentiva o seu cultivo e enfatizando a fertilidade da terra. Outra riqueza mencionada por João Daniel é encontrada nos frutos das árvores, não só pela grande quantidade, mas, também, pela qualidade, apontando: abacaxi, pacová, manga, jaca, mangaba, abieiro, beribá, mamão, cajú, abacate, goiaba, jutaí, bacuri, cupuaçu, ingá, gojará, guanduginjas, pitomba, castanha do Brasil, jenipapo. Destaca a uva, cujo cultivo na Amazônia o autor incentiva assim como dos figos.

Buscando contribuir com o debate científico, realizei um levantamento no *Publish Or Perish* (POP) procurando por textos entre 2015 e 2023 que mencionassem o padre João Daniel. Segundo Márcia Christina Ferreira Barleta *et al* (2018), o software *Publish or Perish* é um programa que recupera e analisa citações acadêmicas. Faz isso com o uso da base de dados online para obter as citações brutas, analisa-as e calcula uma série de métricas de citações. Os resultados ficam disponíveis dentro da pesquisa realizada no software e podem ser copiados para a área de transferência do Windows (para colar em outros aplicativos) ou salvos em um arquivo de texto (para futura referência ou análise posterior).

Encerro o capítulo com os dados alcançados com esta ferramenta.

Estado da arte (2010-2023)

Título	Autor	Data	Tipo
O Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas (1741-1757) de João Daniel e a História da Alimentação	Tainá G Paschoal	2013	Anais de evento
Descobrimos os "tesouros" do jesuíta João Daniel: a mandioca e seu projeto para a Amazônia colonial	Tainá G Paschoal	2018	Artigo
O tesouro da alteridade amazônica na obra do padre João Daniel	H. Siewierski	2014	Dissertação
“As famosas Amazonas que deram nome ao rio”: a elaboração de um conceito de Amazônia pelo padre intelectual João Daniel (1722-1776)	L. Munaro	2023	Artigo
Os Tesouros da Amazônia e a “Utopia” de uma Agricultura Próspera no Século XVIII:	E.M.A. de Moraes, D.G.A. da Rocha	2022	Artigo

Educação e método nas memórias do jesuíta João Daniel (1722-1776)			
Do exílio, um futuro para o Amazonas. João Daniel e o aproveitamento das riquezas do rio	F.T. Londoño	2015	Artigo
Revisitando a obra de Padre João Daniel. Redescobrimo o Tesouro	V.M.F. De Almeida	2019	Artigo
Um tesouro étlico: bebidas, identidades e categorias sociais na Amazônia portuguesa do século XVIII	J.A. Fernandes	2012	Artigo
“Desprezo das riquezas”: elementos da cultura material indígena na crônica de João Daniel (século XVIII)	N.G. dos Santos, A.G. Navarro	2019	Artigo
Em busca do País das Amazonas: o mito, o mapa, a fronteira	J. Camilo	2011	Artigo
A inserção dos jesuítas João Daniel e David Fáy no clima de opinião da Ilustração ibérica e européia	B.H. Domingues, B.M. dos Santos	2016	Artigo
A resposta de João Daniel ao projeto português para o Amazonas	A.T.A. Tamura	2010	Artigo
"Quem procede mal, odeia a luz": as representações religiosas no Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas de João Daniel	R.W. Kleinkauf	2013	Artigo

CAPÍTULO 2

A NATUREZA AMAZÔNICA NO SÉCULO XXI

No prólogo da obra de Elizabeth Kolbert, *A Sexta Extinção* (2015), a autora menciona o surgimento de uma singular espécie restrita, inicialmente, a um território insignificante da África Oriental. “Os membros da espécie não são particularmente ágeis, fortes nem férteis. Demonstram, contudo, uma engenhosidade singular. Aos poucos, avançam para regiões com climas, predadores e presas diferentes” (Kolbert, 2015, p.9). Nenhum obstáculo será suficientemente intransponível para essa espécie que, de forma magistral, ampliará seu território de atuação e conquista. Em sua busca por novos *habitats*, sua caminhada a conduzirá a encontros com outras espécies multiplicadas vezes maior que sua, mas nada a deterá. Sua engenhosidade a fará atravessar mares e oceanos, ocupará ilhas ignotas e habitadas por espécies e animais gigantes e muitos destes animais sucumbirão porque não estarão preparados para o confronto com esses recém-chegados.

Depois de transcorridos mil anos, essa espécie se distribuiu e adaptou-se por praticamente todo o planeta. Nomeada, na Idade Contemporânea, *Homo sapiens*, ela se reproduzirá “numa escala sem precedentes. Num único século, a população duplica; depois duplica outra vez, e de novo. Vastas florestas são destruídas”. Não há como discordar de Elizabeth Kolbert que essa espécie, de forma determinada, sentencia a biosfera a permanentes reorganizações, tudo projetado pela busca da alimentação. Recentemente, as atenções do *Homo sapiens*, ou “seres humanos”, voltaram-se para as reservas de energias subterrâneas e agora, sim, com toda tecnologia disponível para o século XXI, “começam a alterar a composição da atmosfera”, “modificam o clima e a química dos oceanos”, alteram a organização da vida no planeta, das espécies de fauna e flora com grande quantidade de extinções. Nenhuma espécie colocou o planeta em tamanho risco, muito embora, em um passado distante o planeta Terra já tenha estremecido por violentas mudanças. A autora menciona “Cinco Grandes Extinções” e assevera que estamos na eminência de um novo evento – ainda que não seja possível dimensioná-lo – mas ficará “conhecido como Sexta Extinção” (Kolbert, 2015, p.10-11).

As sucessivas gerações das diferentes sociedades deram ao meio ambiente conformidade e aspectos observáveis a que, comumente, chamamos de *progresso*. O aumento demográfico, a necessidade de prover a alimentação, a vestimenta e a moradia impulsionaram ações predatórias sobre os espaços e recursos naturais. A forma como os seres humanos pensam o mundo que os rodeia tem papel fundamental para a legitimidade

do tratamento que lhe tem sido atribuído, fornecendo uma explicação para o seu contínuo papel na estrutura global. A forma de pensar o mundo que se tornou dominante nos últimos séculos teve origem na Europa. “Os seres humanos seriam parte integral da natureza, ou estão completamente separados dela, sendo, de alguma forma, superiores?”. Para responder este questionamento é imprescindível deliberar sobre os diferentes pensadores e religiões responsáveis pela determinação de quais ações humanas são consideradas como moralmente justificáveis. Ainda que consideremos a grande influência da convicção religiosa e filosófica na visão do europeu colonizador e o resto da humanidade é certo que, nos últimos dois séculos, um amplo debate prolifera no mundo contemporâneo fixando normas que seguem o direcionamento da economia internacional.

Clive Ponting (1995), ao mencionar a história da Ilha de Páscoa¹⁷, afirma não se tratar de uma civilização perdida e sequer de conhecimentos esotéricos, mas, sim de um extraordinário exemplo de consequência de danos causados ao ambiente de forma irreversível. Trata-se de um povo que travou uma relação com recursos naturais limitados. Ao construir uma sociedade mais avançada a tecnologia de que dispunham impôs alto preço ao ambiente da ilha. Quando os recursos naturais da ilha não mais conseguiram suportar a pressão, a sociedade que havia surgido tão laboriosamente ao longo de quinhentos anos sucumbiu juntamente com a depredação ambiental. O almirante holandês Roggeveen navegava a borda da embarcação “Del Arena” quando avistou a Ilha em um domingo de ressurreição em 1722. Ele foi o primeiro europeu a visitar a Ilha e já encontrou uma sociedade em um estado deplorável com 3.000 pessoas que viviam em choças de junco e/ou cavernas, entregues a constante estado de guerra, disputas, recorrendo até ao canibalismo na desesperada tentativa de abastecer o reduzido recurso de alimentação de que dispunham na Ilha. Na segunda visita a Ilha, em 1770, a população da Ilha estava ainda mais reduzida e os espanhóis a anexaram, mas, sem maiores interesses que levar da ilha alguns homens para serem escravizados.

Mas, o que teria acontecido com eles? A Ilha de composição vulcânica com um clima muito árido para plantas semitropicais (como, por exemplo, a fruta pão e o coco)

¹⁷ A Ilha de Páscoa (em castelhano: *Isla de Pascua*), em rapanui denominada *Rapa Nui* ("Ilha Grande"), *Te Pito O Te Henúa* ("Umbigo Do Mundo") e *Mata Ki Te Rangī* ("Olhos Fixos No Céu"), é uma ilha da Polinésia oriental, localizada no sul do Oceano Pacífico (27° 7' latitude Sul e 109° 22' longitude Oeste). Está situada a 3 700 km de distância da costa oeste do Chile, constituindo-se uma província do país. Sua população em 2002 era de 3.791 habitantes, sendo que 3.304 dos quais viviam na capital Hanga Roa. É famosa pelas suas enormes estátuas de pedra, os *moais*. Seus dois idiomas oficiais são o Espanhol e o Rapanui.

oferecia muito pouco para os polinésios que provavelmente chegaram na ilha por volta do século V e, na medida em que a população aumentou – a unidade social que era baseada em famílias numerosas –, a formação de linhagens e clãs organizou-se em centros de cerimônias que acatavam grandes monumentos de pedras assentados sobre plataformas chamadas de *ahu*, que, como um pedestal, recebiam os enormes megálitos conhecidos como Moais¹⁸ (Ponting, 1995). Com a construção dessas enormes estátuas, era necessário transportá-las para os locais dos cerimoniais e, com isso, o desmatamento tinha por finalidade fazer deslizar esses enormes megalíticos, além de outras finalidades cotidianas – cozinhar, construção de habitações entre outros. “Os clãs competiam pacificamente tentando superar os outros na construção de plataformas e estátuas. Contudo, esta competição acabou tomando a forma de luta feroz” (Diamond, 2005, p.122).

Segue-se das reflexões acima que o ser humano é parte do ecossistema, ainda que não haja completa conscientização desse fato e das implicações resultantes. Segundo Clive Ponting (1995), os seres humanos possuem uma característica incomum em relação a fauna e flora: ainda que dependam do ecossistema, são a única espécie que colocam em risco o meio em que vivem e que, depois de terem se alastrado por todo o planeta, desenvolveram meios violentos de explorar a superfície terrestres e os mares – ecossistema marinho. A adaptabilidade humana permite a sobrevivência em espaços de condições favoráveis e em condições rigorosas como, por exemplo, o Ártico¹⁹ ou algumas regiões desérticas. Assim, nesse capítulo trato de seguir na direção em que João Daniel nos alçou. Ao trazer as perspectivas jornalísticas pude observar a continuidade de uma exploração nacional e internacional mascarada de preocupação ambiental. Com as

¹⁸ Os Moais são estátuas em formas humanoides construídas na Ilha de Páscoa pelos Rapa Nui, civilização que se desenvolveu nesse local. Os moais possuem um rosto humano e um pequeno tronco. Ao todo, existem cerca de 1000 moais espalhados pela Ilha de Páscoa e muitos outros que ficaram inacabados. Eram construídos de tufo vulcânico em uma pedra que está localizada no vulcão Rano Raraku. Existem moais com cerca de 10 metros de altura e o mais pesado deles possui cerca de 75 toneladas. Os historiadores acreditam que os moais tenham sido construídos entre o período de 1400 a 1650.

¹⁹ Respeitando as devidas mudanças, pois a região do Ártico tem sido afetado pelo aquecimento global de maneira particularmente intensa, aquecendo duas vezes mais rápido que a média global, com importantes repercussões negativas sobre a flora, fauna, economia e a vida de populações nativas e residentes, a região Ártica é geralmente definida como a região do Hemisfério Norte circunscrita pela linha onde a temperatura média do mês mais quente é inferior a 10 °C. A linha isotérmica delimitando esta região coincide aproximadamente com a linha das árvores ártica. A outra definição aponta o Ártico como sendo aquela zona circunscrita pelo Círculo Polar Ártico, contendo o Oceano Ártico e o Polo Norte. Essas definições não coincidem com precisão em termos geográficos. Durante o inverno a área toda é coberta pelo gelo e a temperatura média pode atingir -40 °C. A temperatura mais elevada alguma vez registrada durante o verão foi de 38 °C, em junho de 2020. A tundra é a vegetação principal, mas nas áreas mais aquecidas pode se encontrar salgueiros e bétulas. A vida animal é pobre no tocante ao número de espécies, existindo, por exemplo, ursos-polares, focas árticas, raposas-do-Ártico e bois-almiscarados. Os países da zona têm disputado os recursos da região. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%81rtico>. Acesso em: 02 de nov. de 2024.

considerações da rede social *Instagram*, conseguimos justificar a inserção do historiador nesse novo espaço de atuação e a necessidade de sua participação na interpretação do Antropoceno.

2.1 Olhares a partir da mídia jornalística: a WWF e o G1 (2020-2023)

Da década de 1990 para a de 2020, o avanço dos debates em torno do conceito de sustentabilidade foi decisivo. Daí o esforço de fazer valer a inter-relação entre História Ambiental e História Pública tornou-se mais central, intensificado pelos desafios da globalização e mudanças climáticas. O historiador tem sido solicitado a responder a questões sobre o atendimento ou não das demandas sociais nas políticas de promoção da sustentabilidade, bem como as formas de viabilizar e ampliar o acesso público a elas. Desses objetivos incorre que ele teve de repensar a sua autoridade. Necessitou “equacionar expertise e experiência em um novo modelo decisório, democrático e horizontalizado, no qual os interessados – leia-se a comunidade – devem ser chamados a intervir, opinar e escolher o que e como preservar”, espaço em que os historiadores públicos viram no diálogo com a História Ambiental uma forma de exercitar essa autoridade compartilhada (Sevilha, 2023, p. 321).

Jonas Junior (2018) ponderou que os assuntos relacionados à Amazônia estavam cada vez mais presentes na agenda da política internacional, especialmente nas conferências sobre meio ambiente. Geralmente esse interesse internacional pela região corresponde a questões climáticas, aquecimento global, biodiversidade, desmatamento da floresta tropical e outras. Entidades Ambientalistas Transnacionais atuam no bioma amazônico utilizando recursos midiáticos ou ações de ativismo social para legitimar a atuação na região, disseminar estratégias, divulgar opiniões, interagir com outros organismos sociais e agregar mais adeptos. Dentre essas entidades, destacam-se as Organizações Não-Governamentais (ONGs) Greenpeace e World Wide Fund for Nature (WWF). “Esses atores não governamentais utilizam diversos recursos midiáticos para disseminar a imagem da Amazônia no mundo globalizado, desde a divulgação massiva nos meios de comunicação até ações de ativismo digital nas suas mobilizações” e, por conta disso, “na visão da sociedade, ambas se tornaram representantes da causa ambiental e são consideradas ‘autoridades’ nas questões ambientais da Amazônia” (Junior, 2018, p. 600).

Antonio Diegues (2008), quando estuda a globalização, as ONGs conservacionistas e as populações tradicionais, explica que nas últimas três décadas surgiram várias

tendências no ambientalismo que trazem questões ambientais diversificadas entre si, como é o caso da WWF, a Conservation International (CI), a TNC (Nature Conservancy) e outros movimentos socioambientalistas dos países do Sul. Os enfoques distintos sobre a crise ambiental e as possíveis soluções nos países em desenvolvimento influenciam nos crescentes conflitos entre o ecologismo social e o ecologismo preservacionista (influenciado pelas organizações conservacionistas internacionais). O termo Amazônia é polissêmico, pois, pode fazer referência à Amazônia brasileira, Amazônia legal, Amazônia Ocidental, Pan-Amazônia, Primeira Amazônia, Amazônia Indígena e outras indicações, tais como o bioma e a Floresta Amazônica (Junior, 2018, p. 601-602).

O discurso das ONGs, apesar de significar, em muitos casos, a Floresta, acaba por induzir uma percepção sobre a região como um todo. Apresenta, assim, de forma indistinta a visão de Amazônia, misturando-se amazônias: espaço geopolítico, bioma, região, floresta, povos, nações e estados (Junior, 2018, p. 605). A Amazônia foi construída no imaginário global a partir de diversas interpretações datadas em espaços e tempos diferentes: viajantes, cronistas, cientistas, intelectuais e escritores foram responsáveis pelas primeiras construções imagéticas da região, e, na contemporaneidade, “meios de comunicação ajudam a projetar reverberações daquelas primeiras imagens. Amazônia existe a partir das ideias, dos signos e dos símbolos que foram e são atribuídas a ela” (Junior, 2018, p. 606).

Dessa maneira, a realidade amazônica, na qual está contida uma complexidade de elementos, encontra-se no imaginário por meio de ilusões surgida na formulação dos discursos. As representações da Amazônia, como uma região universal, são ideias que se cristalizam em imagens mobilizadoras. Para evocar um imaginário de “Amazônia” se recorre “a interdiscursos (históricos, literários, científicos, midiáticos e outros) e, sobretudo, aos valores afetivos, sentimentos, emoções e expectativas que se tem em relação a ela. A representação Amazônia é, assim, uma composição múltipla de interdiscursos” (Junior, 2018, p. 607). O imaginário recria e reordena a realidade, encontrando-se no campo da interpretação e da representação. Mas, independentemente das representações, a Amazônia é uma complexidade multiforme marcada por uma sociedade e cultura, com características físicas e sociais específicas, “definidas por dimensões históricas, pelas condições ecológicas e pelos seus contextos socioculturais. A Amazônia só pode ser percebida como uma rede complexa de componentes diversos”, com problemas e soluções (Junior, 2018, p. 609).

Na Conferência de Estocolmo, em 1972, as Organizações Não-Governamentais eram cerca de quatrocentas, enquanto que na Conferência da ONU no Rio de Janeiro, em 1992, somavam, aproximadamente, duas mil, representando a relevância das questões ambientais no mundo contemporâneo internacional. As ONGs aumentaram seu poder de influência em políticas ambientais nacionais e internacionais, mas a cooptação de muitas delas por esferas governamentais tem enfraquecido suas ações (Diegues, 2008). Com a expansão capitalista neoliberal, “bens comuns” como o ar, o mar, são cada vez mais apropriados por interesses privados. Dessa forma, “a ameaça a esses bens comuns, com destruição da biodiversidade, a redução da camada de ozônio, o efeito-estufa e as consequências catastróficas da elevação do mar passaram a ser preocupação dos governos e entidades” científicas, o que resultou na realização de acordos internacionais (Diegues, 2008, p. 161).

Através da análise da superfície discursiva, Jonas Junior (2018, p. 616) constatou que as ONGs transnacionais Greenpeace e WWF “exercem notória influência discursiva sobre a sustentabilidade amazônica por meio das argumentações contidas nos sites institucionais, mídias sociais, vídeos e relatórios”. Para ele, o jogo de poder simbólico está na projeção de uma “imagem de domínio situacional sobre a questão ambiental, sendo um componente importante do exercício e da manutenção do poder ou conhecimento sobre a região”, ultrapassando o sentido ambiental e caracterizando a busca pela legitimidade política na região amazônica (idem).

As ONGs têm poder político, econômico e midiático. Ainda em sua investigação, Junior (2018, p. 617) pontuou que “o poder das ONGs se concentra no poder simbólico que se traduz em formas de dominação que resultam na criação de uma imagem de herói ou guardião da floresta amazônica”. Ou seja, “esse poder simbólico se traduz em influência política, capital intelectual e relacionamentos estratégicos”. De tal maneira, o poder das ONGs se aplica ao discurso como prática social, sendo que ajuda a reproduzir conhecimentos, opiniões, atitudes, ideologias sobre a Amazônia. “O poder intervencionista das ONGs é expresso diretamente por meio do desenvolvimento de diagnósticos situacionais, elaboração de planos, projetos e programas de intervenção ecológica e realização e assessoramentos e recomendações de políticas de desenvolvimento sustentável para a região” (Junior, 2018, p. 617).

Sob a ótica de Junior (2018, p. 619), “na superfície linguística das ONGs Transnacionais, um dos principais sentidos da Sustentabilidade Amazônica está atrelado ao exotismo da natureza”, uma Amazônia de “natureza exótica e exuberante”. Esse

discurso de espetacularização, para ele, é produzido por uma visão eurocêntrica e ainda hegemônica que apresenta traços característicos dos primeiros viajantes da região, no século XVI, quando relatavam uma floresta repleta de espécies, com rica fauna e flora. Isso significa que o discurso da natureza imaginária dos viajantes ainda ecoa nos discursos de ONGs transnacionais.

A Amazônia que é abordada pelos textos do Greenpeace e WWF é o resultado da conjunção de fragmentos de sentidos que envolvem uma perspectiva de globalização ambiental, marcada por discursos que recuperam imagens de natureza exuberante, já contidas em um imaginário coletivo da Amazônia Colonial. Percebe-se que é do Imaginário Colonial que as ONGs transnacionais recuperam e recriam a imagem da Amazônia exótica (Junior, 2018, p. 629).

Essa perspectiva aborda a região como uma incógnita global, mas com potencial de exploração futura, uma reserva de recursos a ser explorada, algo parecido com o que propunha João Daniel no século XVIII. Junior (2018, p. 620) conclui que “a natureza amazônica qualificada como exótica é uma das questões centrais no discurso das ONGs”. Além disso, esse discurso estimula uma interpretação da Amazônia espetacular e significa um deslumbramento pela riqueza natural, incitando ao imaginário amazônico como sendo uma região notadamente “verde”.

O discurso que sustenta os textos é um discurso econômico, ainda que enunciativamente se apresente como uma discussão ambiental. Trata-se abertamente de um discurso neocapitalista, que pensa a presença na Amazônia a partir de uma dimensão geopolítica pautada em interesses econômicos. Ademais, nota-se que a legitimação se dá por um pretenso discurso científico que convalida uma exacerbada visão da Floresta Amazônica e olvida a diversidade sociocultural existente na Amazônia. Esta lógica discursiva produz dois efeitos: a espetacularização do verde amazônico e a reprodução de imaginários sobre a natureza Amazônica (Junior, 2018, p. 627).

As grandes organizações como WWF, CI, e TNC surgiram por volta da década de 1960, mas sua expansão pelo mundo se deu a partir dos anos 1980 com o estabelecimento de filiais nos países do Sul, buscando proteger a biodiversidade, principalmente por meio de áreas protegidas de conservação desabitadas. Diegues (2008) destaca que suas ações são guiadas pelo preservacionismo, pela importância da vida selvagem, pela ecologia profunda e pelo valor direcionado às ciências naturais na identificação de áreas prioritárias de conservação em países do Sul. Entretanto, falta a essas organizações uma crítica mais

profunda ao sistema de produção e consumo da sociedade urbano-industrial. Atualmente, essas organizações transnacionais influenciam tanto nas grandes conferências sobre acordos internacionais promovidos pela ONU, quanto sobre a tomada de decisão de muitos governos nacionais, especialmente do Terceiro Mundo (Diegues, 2008).

Os recursos financeiros combinados da WWF, TNC e CI em 2002 para trabalhar em países do Terceiro Mundo representaram mais da metade dos 1,5 bilhões de dólares disponíveis para conservação naquele ano” (Diegues, 2008, p. 164). “As grandes ONGs transnacionais que no passado trabalhavam isoladamente, hoje dividem o ‘mercado da conservação’ entre elas, cada uma competindo com as outras em determinadas regiões do mundo por programas e recursos financeiros (Diegues, 2008, p. 165).

As ciências sociais exercem um papel relevante na análise de processos socioambientais locais e globais, como a conservação da biodiversidade e as mudanças climáticas. Diegues (2008) dispõe algumas áreas passíveis de receber tais contribuições: a) na análise das relações entre sociedade e natureza; b) na análise do próprio conceito de natureza, enquanto social e culturalmente determinado; c) no estudo da conservação da natureza em seu caráter global e também local; d) na análise das relações entre modelos de desenvolvimento e meio ambiente; e) na constituição de cenários socioambientais decorrentes dos impactos de processos globais; f) aporte dos movimentos ambientais; g) no estudo da formação da opinião pública sobre os problemas globais da desordem da biosfera e sobretudo o papel da mídia nesse processo; h) análise crítica do postulado básico da economia neoliberal de que o mercado é o regulador mais indicado para a solução dos grandes problemas ambientais; i) o global e o local em questões ambientais; j) participação em grupos interdisciplinares de pesquisa; l) contribuir para a construção de novos modelos e práticas de conservação adaptados às condições ecológicas e culturais dos trópicos. Para a análise de como a Amazônia é representada para os públicos pela mídia, considere trechos de notícias ou artigos trazidos nos sites oficiais da WWF²⁰ e g1²¹.

Com sede na Suíça, o site da WWF Brasil explica que a Rede WWF foi criada em 1961 e atualmente é composta por organizações e escritórios em diversos países que têm como característica a presença local e global. Desde 1985, o WWF investiu aproximadamente US\$ 1,165 milhão em mais de 11 mil projetos em 130 países.

²⁰ <https://www.wwf.org.br/>.

²¹ <https://g1.globo.com/>.

Originalmente, a sigla WWF significava *World Wildlife Fund* (em tradução livre: Fundo Mundial para a Vida Selvagem), mas, ao longo do tempo, toda rede atualizou a definição para *World Wide Fund for Nature*, que significa Fundo Mundial Para a Natureza. A única exceção é o escritório dos Estados Unidos que, por razões estritamente locais, manteve o primeiro sentido do nome. Atualmente, a organização de conservação global pode ser conhecida internacionalmente somente pela sigla.

Em seu site, o WWF apresenta-se como uma organização não-governamental (ONG) transnacional sem fins lucrativos que trabalha para mudar a atual trajetória de degradação ambiental e promover um futuro mais justo e saudável para todos, “no qual sociedade e natureza vivam em harmonia”. Para atingir esse objetivo, a organização alega buscar diálogo e articulação com comunidades tradicionais, organizações locais, empresas e governo. No Brasil, o primeiro trabalho de conservação no Brasil aconteceu em 1971, quando atuou em prol do mico-leão-dourado, espécie que, na época, era desconhecida e estava ameaçada de extinção. No caso do WWF, dediquei-me ao Relatório Anual²² do WWF-Brasil, de 2023, que eles apresentam no site sob o título de “Trabalhamos Por Um Mundo Mais Justo e Saudável para as Pessoas e Toda a Biodiversidade”.



Fonte: WWF, 2023.

Neste trecho dedicado às ações da organização na Amazônia ao longo do ano de 2023, ganha destaque a diminuição do desmatamento, a seca do período, o impacto do garimpo ilegal sobre povos indígenas, as riquezas apresentadas pela floresta e a atuação do Arpa (Programa Áreas Protegidas da Amazônia), além de como o WWF-Brasil atuou

²² https://www.wwf.org.br/nossosconteudos/notas_e_releases/?88821-hora-de-passar-de-bons-compromissos-para-acao-e-resultado.

tanto na resposta emergencial aos problemas, quanto na “construção de projetos de resiliência e transição para adequar o país ao enfrentamento da crise climática”. No texto, a organização apresenta que a taxa anual de destruição havia caído 22,3% na comparação com o período anterior. Consideraram que esse recuo coincidiu com o aumento das operações de fiscalização do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e com outras medidas de vigilância e controle adotadas pelo governo federal. Afirmam que apesar disso, “os números seguem preocupantes. Foram derrubados 9.001 km² de florestas entre agosto de 2022 e julho de 2023, o dobro da área desmatada em 2012”, então evocam a ciência para alegar que, nesse ritmo, “em menos de 10 anos algumas porções da Amazônia podem alcançar o ponto de não retorno, processo de degradação irreversível, com graves consequências econômicas e sociais para a região e para o mundo”.

A entidade, assim, demonstra a necessidade de conservação da floresta e, para além disso, o interesse global na região quando afirmam que “o bioma fornece serviços ambientais essenciais para regular o ciclo de chuvas e para a captura do carbono da atmosfera”. Sobre essa condição de seca histórica, explica que a principal razão para uma estiagem tão extrema e duradoura foi a combinação entre mudanças climáticas e a ocorrência do fenômeno *El Niño*. As chuvas abaixo da média histórica provocaram um número importante de queimadas, então, em outubro, municípios amazônidas, incluindo Manaus, chegaram a ficar cobertos por uma espessa nuvem de fumaça, fruto do número recorde de focos de incêndio.



Fonte: WWF, 2023.

Em relação ao garimpo e o impacto entre indígenas, a organização se preocupa em salientar que ele continua a ser um dos principais vetores de destruição da Amazônia, alimentando a violência contra populações locais. Nesse aspecto, o relatório faz uma defesa preocupada a respeito da existência de comunidades tradicionais na região e sobre como poderiam atuar junto a eles na preservação da floresta. Baseados em levantamento próprio, estipularam que o bioma tem mais de 4,1 mil pontos de mineração ilegal. Segundo o relatório, os garimpeiros estão presentes em áreas de conservação natural e têm invadido e desmatado cada vez mais territórios indígenas – as terras dos Kayapós, dos Mundurucus e dos Yanomamis são as mais atingidas.

Estima-se que atualmente 150 toneladas de mercúrio sejam jogadas por ano nos rios da Amazônia brasileira pelos garimpeiros. O uso de mercúrio para separar o ouro dos sedimentos contamina os rios e, assim, afeta a segurança alimentar dos indígenas, já que os peixes são a base de sua dieta. A precária situação dos garimpos, acentuada pelo impedimento ao acesso de equipes de saúde nos territórios, inclusive com o uso de pessoas armadas e violência, aumenta a proliferação de doenças como malária, leishmaniose, sífilis e tuberculose. Tudo isso, somado à desassistência sanitária, levou o povo Yanomami, cerca de 30 mil indígenas, a uma situação de calamidade sanitária, com casos graves de desnutrição e mortes. Entre os Mundurucus, na região do Tapajós, há aldeias em que 9 em cada 10 indígenas apresentam níveis de mercúrio no sangue acima do considerado seguro pela OMS (Organização Mundial da Saúde) (WWF, 2023).

Dessa forma, “a contaminação pode causar danos nos sistemas nervoso, digestivo e imune, além de problemas no coração, pulmões e rins”, sendo importante defender os povos originários, pois, estes “estão entre os mais importantes guardiões das florestas”. Para isso, a organização estabeleceu parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e outras organizações em estudos sobre a presença de mercúrio em comunidades indígenas e tradicionais e seus efeitos deletérios à saúde, além do “apoio a mapeamento sociocultural, econômico e ambiental do Tapajós para ampliar a participação dos povos indígenas no desenvolvimento econômico da região”.



Fonte: WWF, 2023.

A respeito das riquezas ofertadas pela floresta amazônica, o relatório discorre que as comunidades tradicionais e os povos indígenas “têm em seus saberes ancestrais a chave para a conservação da Amazônia e de sua biodiversidade”. Ou seja, o uso sustentável da floresta depende da valorização de suas riquezas, como “a seringueira e a castanheira, com o desenvolvimento e o fortalecimento de cadeias produtivas da bioeconomia”. Essa defesa dos saberes tradicionais vem envolvida por interesses econômicos de exploração. Por exemplo, “a seringueira é uma árvore nativa da região que, dentro da floresta, além de ser a fonte de látex, proporciona serviços ambientais de regulação climática, de produção de água e de diversidade biológica”.

O WWF-Brasil trabalha com parceiros para fortalecer os elos da cadeia de extração de borracha nativa, apoiando e fazendo a ponte entre associações de produtores locais e grandes empresas compradoras dessa matéria-prima, garantindo remuneração e contratos justos. Em 2023, a parceria com a Michelin, uma das líderes do setor de borracha no mundo, proporcionou a venda de mais de 130 toneladas de borracha nativa extraídas por seringueiros de 16 associações de seis municípios do Amazonas. Isso gerou R\$ 1,8 milhão de renda para 500 famílias. Além de fortalecer as comunidades locais, a iniciativa contribuiu diretamente para a conservação de mais de 145 mil hectares na Amazônia e indiretamente para um impacto ambiental positivo em mais de 1,3 milhão de hectares (WWF, 2023).

Para a organização transnacional, este é um modelo de sucesso que deve ser expandido, “pois o WWF-Brasil e a Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé deram início a tratativas para a assinatura de um pacto setorial e uma carta de princípios para compra de borracha nativa com outras grandes empresas”. Em sua percepção, seria esse

“extrativismo justo e sustentável uma via importantíssima para garantir o fortalecimento econômico de povos originários e comunidades tradicionais diante das ameaças de garimpeiros, grileiros e madeireiros”.



Fonte: WWF, 2023.

Por fim, o WWF-Brasil apresenta um “modelo que dá certo” para desenvolver “uma economia que protege a floresta e seus povos”. A organização argumenta que é essencial manter e ampliar políticas de preservação que já se mostraram eficazes, como o Arpa. Criado em 2002 pelo governo federal, o programa assegura recursos financeiros para a gestão e a manutenção de 120 Unidades de Conservação (UCs), que cobrem 62 milhões de hectares na Amazônia. Entre 2008 e 2020, as áreas protegidas pelo programa evitaram o desmatamento de 264 mil hectares. Em unidades de Uso Sustentável, a presença do Arpa levou a uma diminuição adicional de 39% no desmatamento em relação a áreas sem o suporte do programa coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). Quando a organização considera esses números, evidencia a importância não apenas da criação de áreas protegidas, mas de investimentos contínuos e ações que promovam a boa gestão da conservação dessas unidades, com capacitação de pessoal, troca de experiências entre unidades e adoção de protocolos de monitoramento e de tomada de decisão, demonstra consciência da influência que tem nas ações políticas para a região.

Na concepção de Diegues (2008), as ONGs transnacionais conservacionistas crescem em complexidade e apresentam contradições antes impensáveis, começando a ser questionadas por vários segmentos sociais. As causas às quais se dedicam e o investimento na sua imagem costumam imprimir uma aura de legitimidade, simpatia, respeito e poucas

críticas. É raro serem questionadas pelos cidadãos, que, ao contrário, aplaudem suas iniciativas, apoiam-nas e as agradecem por cuidarem da sobrevivência e da segurança de todos os seres vivos.

As críticas que se apresentam às grandes organizações não-governamentais transnacionais é que seus especialistas estudam a conservação e as possíveis soluções para os problemas socioambientais dentro de uma ótica desenvolvimentista, buscando a reestruturação das capacidades e relações sociais-naturais dos países em desenvolvimento para acomodar a expansão do capital transnacional. Assim, seriam uma nova face de dominação e imperialismo. Avançando em nossa análise, o g1 é descrito, no próprio site, como “o portal de notícias da Globo e líder de audiência no jornalismo digital no Brasil”. Entrou no ar no dia 18 de setembro de 2006, com uma estrutura híbrida que contava com profissionais, conhecimento e infraestrutura tanto do jornalismo da TV Globo quanto da globo.com – empresa criada em 2000 pelas Organizações Globo para o provimento de serviços e conteúdo na internet. Dessa forma, o g1 foi a primeira iniciativa de conteúdo jornalístico da Globo criada e pensada para o digital, estruturado com uma redação própria inteiramente dedicada à cobertura noticiosa em tempo integral. Para encontrar notícias a respeito da região amazônica, usei a palavra-chave “Amazônia e meio ambiente²³” na ferramenta de busca do site, delimitando o ano de 2023.



Fonte: g1, 2024.

²³ <https://g1.globo.com/meio-ambiente/amazonia/>.

Em 06 de janeiro de 2023, foi noticiado que *Área sob alerta de desmatamento na Amazônia em 2022 é a maior já registrada, aponta Inpe*²⁴. A preocupação central da matéria era apresentar que o acumulado de alertas de desmatamento na Amazônia Legal foi de 10.267 km² no ano de 2022, sendo que só em dezembro havia sido 218,41 km², equivalente ao tamanho da cidade do Recife (PE), pontuando uma crítica ao governo federal de 2019-2022, no qual o desmatamento cresceu 59,5%. Na notícia são trazidos diversos dados e índices, que podemos interpretar como uma tarefa necessária para combater as inúmeras desinformações que foram divulgadas nesse período. Seguindo nessa perspectiva, o texto é encerrado trazendo um “compromisso desafiador”:

Os alertas de queimadas na Amazônia também foram pelo mesmo caminho nesses quatro anos de governo Bolsonaro. Em setembro deste ano, mesmo sem fechar o mês, superamos o total registrado em todo 2021. As queimadas são consequência do aumento do desmatamento na Amazônia. Também no governo Bolsonaro e em 2022, a Amazônia teve o pior dia de queimadas em 15 anos, com 3,3 mil focos. Antes, o dia mais recente no 'ranking' era 30 de setembro de 2007. E o Cerrado também queimou. Entre janeiro e setembro de 2022, somou 5.408.154 hectares desmatados. O segundo maior bioma do Brasil é fundamental para evitar racionamento de água e energia. Ao assumir o ministério do Meio Ambiente pela segunda vez, Marina Silva criticou a política ambiental dos últimos anos (g1, 2024).

A notícia *O que está em jogo na cúpula que discute o futuro da Amazônia*²⁵ foi veiculada em 05 de agosto de 2023. A centralidade do texto buscou apresentar o que é a Cúpula da Amazônia, o que é a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), o que seria discutido na cúpula e quem estaria lá, a importância de a cúpula ser realizada em Belém e quais resultados poderiam esperados dela. Contextualizou, então, que a Cúpula da Amazônia seria um encontro entre os presidentes de oito países amazônicos em Belém, no Pará, nos dias 8 e 9 de agosto de 2023, sendo esses países integrantes da referida Organização. Dessa maneira, a notícia contribui para a concepção de é necessário um esforço conjunto nas atividades de proteção do bioma, considerando especialmente a sua diversidade e grandiosidade territorial, como podemos observar no trecho a seguir.

²⁴ <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2023/01/06/alertas-de-desmate-na-amazonia-tem-terceiro-pior-dezembro-na-serie-historica-aponta-inpe.ghtml>.

²⁵ <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2023/08/05/o-que-esta-em-jogo-na-cupula-que-discute-o-futuro-da-amazonia.ghtml>.

O propósito central dessa cúpula é então fortalecer a cooperação entre essas nações, com foco no desenvolvimento sustentável da região amazônica. Ao estabelecer políticas conjuntas de cooperação, o encontro pretende impulsionar não só a atuação da OTCA como o diálogo regional e fortalecer parcerias estratégicas entre os órgãos governamentais desses países e a sociedade civil (g1, 2024).

No dia 09 de novembro de 2023, o site divulgou a notícia *Inpe: taxa de desmatamento na Amazônia cai 22%*. Tratando sobre a perspectiva política do desmatamento para a mudança do governo federal, comentaram:

Agora no primeiro ano do terceiro governo de Lula (PT), que enfrenta desafios herdados da gestão anterior marcada por recordes negativos na área ambiental, como o aumento do desmatamento, emissões recordes de gases estufa, invasão de terras indígenas e a paralisação do Fundo Amazônia, observa-se uma nova redução no desmatamento no bioma, já indicadas nas estatísticas do Deter, a partir de janeiro de 2023. [...] Apesar da queda na taxa oficial, há meses o bioma amazônico sofre com os efeitos do desmatamento ilegal e da seca histórica que atinge a região. Por causa disso, desde setembro o Amazonas está em estado de emergência ambiental (g1, 2024).

Podemos considerar que a cobertura de temas ambientais, que tem ramificações econômicas, políticas, sociológicas e de saúde pública, é uma atividade complexa. A função social dessa atividade poderia ser propor-se política, social e culturalmente engajado com a causa do desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

2.2 Olhares de públicos no *Instagram*

A História Ambiental foi institucionalizada a partir da demanda de uma sociedade que via seus recursos naturais em constante transformação no desenvolvimento acelerado da economia capitalista. Emergiu chamando para si a função social de denunciar a devastação da natureza e os impactos do sistema capitalista sobre as sociedades. Diante disso, projetos de preservação histórica e sustentabilidade ambiental fracassados aproximaram a História Pública da História Ambiental de maneira mais direta (Sevilha, 2023). A rede social possibilita o estabelecimento de pontes entre a academia e os públicos para articular os objetivos da História Ambiental.

As redes sociais na Internet representam um novo e complexo universo de fenômenos comunicativos, sociais e discursivos, e sua reinscrição no ciberespaço

apresenta novos elementos e novas dinâmicas para seu estudo. Para avaliar esse espaço, é necessário debruçar sobre alguns conceitos que são distintos do campo da História. Raquel Recuero define site de rede social como aquela “ferramenta online que provê os usuários com três elementos: a construção de um perfil público ou semipúblico, a publicização das suas redes sociais e a navegação por dentro dessas redes por outras pessoas” (Recuero, 2014, p. 61).

O conceito de rede social não surgiu com os estudos do ciberespaço. Ao contrário, está atrelado a uma perspectiva de estudo que é demarcada fortemente pelo conjunto de trabalhos que vai fundamentar o próprio paradigma da Análise de Redes Sociais. Trata-se, assim, de uma forma de observar a estrutura social, construída a partir dos dados relacionais dos atores sociais (indivíduos ou instituições e grupos) e suas interrelações (Recuero, 2014, p. 62).

As redes sociais, em sua representação no ciberespaço, são um pouco diferentes das redes sociais no espaço *off-line*, fora do espaço digital. Primeiramente, porque as conversações e as trocas sociais deixam rastro no online, os quais são publicados, arquivados, e, portanto, são recuperáveis e buscáveis. Segundo, são diferentes porque a própria representação do grupo social no ciberespaço altera o grupo em si. As redes representadas nessas ferramentas, assim, sofrem menos com a temporalidade das relações *offline*. “Não têm, por exemplo, seus laços desgastados pela falta de contato”, então “constituem-se em redes mais estáveis e, com isso, mais complexas, maiores e compreendendo uma pluralidade de relações mais ampla que aquela das redes *offline*” (Recuero, 2014, p. 62).

Então, “os sites de rede social publicizaram as conexões, mas também proporcionaram que os laços sociais (e as interações e relações) representados nos mapas se tornassem mais permanentes, menos fluidos, mais estáveis” (Recuero, 2014, p. 62). Raquel Recuero (2012, p. 205) expõe que o conteúdo é influenciado pelo meio, pois configura e controla a proporção e a forma das ações e associações humanas. Esses meios influenciam a sociedade independentemente de seu conteúdo. Dessa forma, “as redes são a mensagem”, focando as redes sociais na Internet, suportadas pelos sistemas digitais, como meios de difusão de informações. Em grupos, os indivíduos elencam e filtram informações que consideram de seu interesse e o resultado é que coletivamente as redes vão construindo, delimitando e influenciando as mensagens que ali são propagadas. Por

isso, para compreender os efeitos da difusão de informações nessas redes não basta pensá-las como grupos, é preciso pensá-las enquanto meios.

As redes sociais na Internet são escaláveis, por isso a coleta de dados completa pode tornar-se difícil. É preciso ou coletar toda a rede ou optar por um estudo de caso de um determinado grupo. Assim, coletam-se os dados: (i) Através da rede ego centrada e seus graus de separação - aqui coletam-se os dados a partir de um ator-ego e suas conexões (grau); (ii) Através de uma rede inteira - coletam-se todos os dados de uma determinada rede que está limitada de alguma forma no ciberespaço (Recuero, 2014, p. 63). As redes sociais na Internet são constituídas de forma diferente das redes *offline*, justamente por conta da mediação. As redes sociais online são apresentadas através de representações dos atores sociais. Ao invés de acesso a um indivíduo, tem-se acesso à uma representação dele. Então, “as conexões entre os indivíduos não são apenas laços sociais constituídos de relações sociais. No meio digital, as conexões entre os atores são marcadas pelas ferramentas que proporcionam a emergência dessas representações” (Recuero, 2012, p. 206).

Segundo observa Recuero (2012, 206), há duas mudanças importantes na representação dos grupos sociais no espaço digital: na primeira, que diz respeito aos atores, pois dominam de modo muito mais próximo as impressões que são construídas para a audiência e um mesmo sujeito pode ter várias representações dentro da mesma rede; e a segunda mudança, que diz respeito as conexões nas redes sociais *online*, mostra que elas são diferentes daquelas das redes *offline*, pois as conexões são também mantidas pelos sistemas, como os sites de rede social. As conexões *online* exigem menos investimento dos atores e são mais facilmente mantidas. Com isso, “as redes sociais *online* tendem a ser muito mais amplas e interconectadas que as redes *offline*. Por conta disso, chamamos a esses laços de laços associativos, para diferenciá-los daqueles que são mantidos pela interação” em que “a própria organização da rede, enquanto forma social, capacita os atores de forma a agir coletivamente sem hierarquia, adaptáveis a novas topologias” (Recuero, 2012, p. 207).

As redes sociais na Internet proporcionam acesso a diversos valores relevantes para os atores envolvidos, valores que atuam como elemento motivador e, ao mesmo tempo, resultado da participação nessas redes. Esse valor é chamado de capital social - em geral designado como “recursos sociais” (Recuero, 2012, p. 207). Assim, a participação nas redes sociais *online* é uma forma de acessar recursos. E parte desses recursos está relacionada, diretamente, com o acesso à informação. As conexões chamadas “mais

fracas” são aquelas com menor intimidade e sentimento são aquelas responsáveis pelas interconexões entre os grupos de amigos e pelo tráfego de informações entre os grupos.

Então, quanto maior a quantidade de laços fracos de alguém, maiores as chances de se receber informações diversificadas que podem representar oportunidades. Para Recuero (2012, p. 208) “a circulação de informações em uma rede social é realizada pelo envolvimento dos atores, que investem tempo e esforço na seleção e divulgação de determinados elementos e que necessita também de atenção para que sejam replicados”. As redes sociais na Internet acabam por constituir e consumir capital social, na medida em que o produzem através de ações de cooperação e competição. Um dos efeitos mais relevantes do surgimento das redes sociais no espaço *online* é a difusão de informações. “Esses processos de difusão de informações são geralmente emergentes nesses espaços, ativados por ações de cada nó na rede que vai repassar determinadas informações a suas conexões” (Recuero, 2012, p. 209).

As redes sociais online, com suas estruturas características, assim, atuam como um complexo dinâmico, capaz de levar informações a nós mais distantes. O coletivo de atores, interconectado, assim, funciona como um meio, por onde a informação transita. Embora a rede social seja um conjunto de atores e suas conexões, suas propriedades, enquanto sistema, vão além da soma desses elementos. É assim que essas redes atuam como suportes para a difusão de informação (Recuero, 2012, p. 209).

Nesse sentido, é necessário afirmar que rede social é meio de difusão de informações, funcionando também como meios de comunicação. Cada laço estabelecido no ciberespaço é, deste modo, “um canal de trânsito de informações entre sujeitos e entre coletivos. Redes sociais *online* constituem-se, portanto, em mídia emergente, fruto de dinâmicas coletivas dos atores na difusão de informações no espaço digital” (Recuero, 2012, p. 209). As redes sociais na Internet interferem na circulação de informações, *offline* ou *online*. Como essas redes são mais associativas, através do espaço *offline* há um menor custo nas conexões. Além disso, “a permanência dessas conexões faz com que mais gente tenha acesso a informação, pois há naturalmente mais caminhos por onde a informação pode circular” (Recuero, 2012, p. 210).

Os efeitos desses meios causam impacto no conteúdo. Na concepção de Raquel Recuero (2012, p. 210-216) esses efeitos que compreendem o impacto dos meios como formas de impactar os sentidos e de influenciar os sujeitos são os seguintes: (a) Cascatas: a rede proporciona aos indivíduos influenciarem-se uns aos outros, a cascata é um efeito

da circulação de informações em um determinado grupo, gerado pela imitação; (b) Descentralização e Filtros: isso significa que várias estruturas são emergentes e permitem, ao contrário das mídias tradicionais, que vários atores possam emitir mensagens que serão difundidas pela rede, estruturas mais descentralizadas permitem uma maior ação ativa na propagação de informações consideradas relevantes por pequenos grupos com interesses similares; (c) Públicos em Rede: as redes sociais *online* não apenas ocupam o polo do emissor no processo de comunicação mas, igualmente, aquele do canal e do receptor. Enquanto constituídas em um sistema que replica e filtra mensagens, repassando aquelas consideradas relevantes pela coletividade, esses grupos também constituem em audiências. Essas audiências são relevantes porque constituem-se parte do processo, dando contexto à difusão de informações; (d) O conteúdo é outro meio: pensa a replicação de informações que são constituídas de outro meio, então as redes sociais na *Internet* atuam de forma a hipermediar as informações, trazendo-lhes ainda efeitos mais complexos justamente, por conta deste conteúdo (Recuero, 2012, p. 210-216).

As redes sociais online vão atuar como extensões dos nossos sentidos. Através das ferramentas que as suportam, como os sites de rede social, essas redes estendem as capacidades dos nós. Assim, os atores, através de suas representações, são capazes de constituir uma ampla gama de conexões associativas, que implicam diretamente em diferentes formas de acesso a informações. A ação dos atores, nesse caso, tem valor significativo. É somente essa ação que é capaz de constituir essas redes em elementos emergentes, dinâmicos e capazes de replicar, propagar e filtrar informações (Recuero, 2012, p. 220).

No caso do *Instagram*, apesar de não ser uma plataforma frequentemente associada ao consumo de notícias, o relatório da *Reuters Institute* mostrou que quase um terço dos respondentes brasileiros (30%) utiliza essa rede social para se informar – a frente, por exemplo, do *X/Twitter* (17%) (Soares *et al*, 2021, p. 90). Soares (*et al*, 2021, p. 91) compreende que, no contexto das mídias sociais, as plataformas não são meras intermediárias nos processos de interação. As práticas sociais nesses espaços estão relacionadas com as apropriações dos usuários das funcionalidades técnicas das plataformas. Isto quer dizer que a noção de plataforma considera que os artefatos tecnológicos e as práticas sociais se influenciam mutuamente. Os sites de redes sociais são caracterizados por usuários que possuem perfis únicos e identificáveis, articulam conexões com outros usuários e consomem, produzem e/ou interagem com fluxos de conteúdos produzidos por eles próprios e suas conexões. “A ideia de plataformas vai além

desta perspectiva interacional e observa também a influência de elementos computacionais, econômicos e políticos destes artefatos tecnológicos” (Soares *et al*, 2021, p. 91).

O *Instagram* foi lançado em outubro de 2010, tendo como proposta original de ser um espaço para compartilhamento de imagens simples, capturadas em momentos cotidianos com as lentes do celular. Porém, com o passar do tempo, a plataforma foi sendo apropriada de formas diversas, subvertendo as práticas inicialmente previstas em seu design, já que hoje, por exemplo, as imagens são frequentemente publicadas após o processamento de inúmeros filtros e edições (Soares *et al*, 2021, p. 92). Assim como outras plataformas de mídia social, ela mudou muito durante os anos, impactando as práticas sociais dos usuários. Ela permite que o usuário capture, edite e publique fotos, veja fotos de outros usuários, interaja com elas, explore outras postagens pela ferramenta de pesquisa, etc., mas é preciso reconhecer que ela é utilizada por pessoas diferentes, e de formas diferentes.

Essa mídia é baseada em compartilhamento de imagens e vídeos em formatos pré-estabelecidos, além de legendas com textos verbais, *emojis* e *hashtags*. Esses diferentes modos de discurso podem ser compreendidos pelo conceito de multimodalidade, considerando que qualquer texto percebido por meio de mais de um modo ou código é multimodal (Soares *et al*, 2021, p. 91). Ou seja, imagens e vídeos em formatos pré-estabelecidos, além de legendas com textos verbais, *emojis* e *hashtags*. Com o uso do *Instagram* é possível alcançar muito mais pessoas que se interessam por um determinado assunto e/ou estão procurando por determinadas informações. A informação estática não é mais suficiente, “há necessidade de interação, troca de postagens em tempo real, vídeos e imagens rápidas que passem a mensagem de forma acessível e fácil”. Os anseios e necessidade de respostas para seus objetos de investigação podem ser direcionados especificamente “de acordo com a seleção do conteúdo das postagens após as buscas, por assuntos, que por exemplo ainda não estejam publicados de maneira formal em livros ou artigos científicos” (Redig; Mascaro, 2021, p. 140).

Bruno Leal e Elton Antunes (2015, p. 220-221 e 226) sintetizam que tomar o “testemunho midiático” como uma “figura de historicidade” pressupõe problematizar a ilusão referencial e o conhecimento do mundo produzido nas relações midiáticas, tomando-os como lugares de tensão, perpassados por relações temporais diversas. Por conta disso, é preciso reconhecê-los como uma espécie de liga de processos mais amplos. O texto midiático sedimenta as camadas de mediação, em seu processo de emergência.

Representa uma unidade não aleatória de informações, trabalho, acontecimentos, representações, conhecimentos, dispositivos de enunciação, procedimentos narrativos, o mundo tornado signo, enfim. Assim, essa processualidade do texto tem, na sua forma, um caráter constitutivo de relações temporais. É necessário observar e refletir como as relações temporais figuram nos fenômenos de tensões, em que os diferentes atores que os integram agem e interagem entre si. Pensar uma “figura de historicidade” implica considerar a forma que as relações temporais adquirem, “em relação ao evento narrado, aos agentes produtores, à lógica midiática, à configuração narrativa, à expectativa de recepção e os modos como os indivíduos e grupos se apropriam desses textos e referências”.

O testemunho midiático é um fenômeno culturalmente significativo, que diz respeito não somente à produção midiática, mas as novas modalidades de interação entre mídias e públicos, modificando as maneiras de permitir a experiência social. Ele tem uma relação íntima com a historicidade, constituindo-se como um modo a partir do qual algumas das relações temporais que perpassam os produtos midiáticos e os processos comunicacionais adquirem forma, “figuram-se” (Leal; Antunes, p. 215).

Na análise de publicações no Instagram, a multimodalidade do discurso ganha destaque: apenas imagem (com sobreposição textual), legenda e imagem sem sobreposição textual, legenda e sobreposição textual na imagem, legenda e sobreposição textual na imagem e legenda e sobreposição textual no vídeo (Soares *et al*, 2021, p. 95). A sobreposição textual cria uma nova camada de sentidos para as publicações. Além disso, também eram utilizadas para adicionar algum conteúdo no espaço da imagem, que recebe maior destaque no Instagram (Soares *et al*, 2021, p. 96).

Através da Biblioteca de Anúncios da Meta²⁶, realizamos uma busca por publicações contendo a combinação “Amazônia” + “desmatamento” entre os dias 1º de fevereiro e 30 de novembro de 2023. No total, a plataforma apresentou 420 publicações de perfis públicos no *Instagram*. Para a construção de nossa análise, selecionamos as 5 publicações com maior número de público atingido, sendo um total de aproximadamente 800 mil impressões apresentadas.

²⁶ www.facebook.com/ads/library/

Detalhes do anúncio

Identificação da biblioteca: 1067165644302867

🚫 Inativo

24 de out de 2023 a 24 de out de 2023

Plataformas 📱

Categorias 🗨️

👤 Tamanho estimado do público: >1 mi ⓘ

💰 Valor gasto (BRL): <R\$100 ⓘ

👁️ Impressões: <1 mil ⓘ

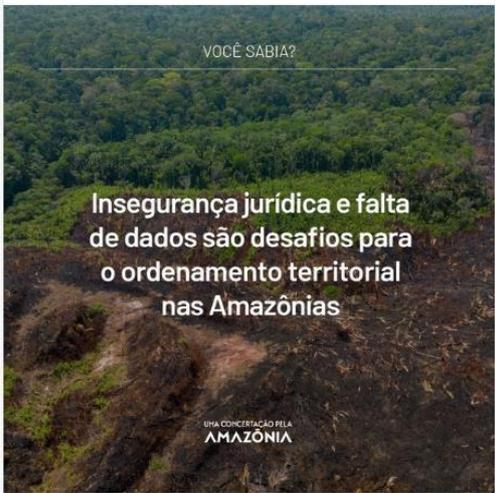
Uma Concertação pela Amazônia

Patrocinado • Pago por Instituto Arapyaú de Educação e Desenvolvimento Sustentável

Identificação da biblioteca: 1067165644302867

Ordenamento territorial é uma ferramenta de planejamento e gestão de territórios que tem o objetivo de viabilizar políticas econômicas, sociais e ambientais.

Na Amazônia Legal, os esforços de Ordenamento Territorial esbarram em inúmeros gargalos, resultantes das diferentes políticas de ocupação e uso do solo, implementadas ao longo da...



Fonte: Biblioteca de Anúncios Meta, 2024.

Na publicação acima, por exemplo, conseguimos observar que a publicação recebeu um investimento aproximado de R\$100,00 para ser divulgada pela plataforma. O público estimado para ser atingido pela informação era de 1 milhão de usuários, dos quais mais de mil foram alcançados efetivamente. O texto da legenda focou em informar o seu público sobre o uso do Ordenamento Territorial, o qual foi apontado como ferramenta de planejamento e gestão. A imagem da publicação trouxe uma sobreposição textual, em que a imagem de uma área queimada é complementada por uma crítica à insegurança jurídica e a falta de dados como barreira para o Ordenamento Territorial. O uso da legenda e sobreposição textual na imagem contribuem para a disseminação mais efetiva da informação.

Resumo de dados

2 versões de anúncios

Identificação da biblioteca: 352825410753595 ...

● Inativo

9 de nov de 2023 a 17 de nov de 2023

Plataformas  Categorias 

 Tamanho estimado do público: **500 mil a 1 mi** 

 Valor gasto (BRL): **R\$100 a R\$199** 

 Impressões: **90 mil a 100 mil** 

Ver detalhes do anúncio

**oliberal.com**

Patrocinado · Pago por oliberal.com

FUMAÇA

Desde o começo do mês de novembro, uma nova onda de fumaça persiste na cidade de Manaus. Na quinta-feira (3), o governador do Amazonas, Wilson Lima, publicou um vídeo afirmando que a fumaça vem de queimadas em municípios do oeste do Pará – informação reiterada por seu secretário de Meio Ambiente. O pesquisador Lucas Ferrante, coordenador de um projeto que monitora o desmatamento no estado, desmente as afirmações. De acordo com ele, a fumaça vem das proximidades da BR-319.

Ferrante analisou dados públicos do Instituto Nacional de Meteorologia e verificou que o Amazonas está experimentando uma calmaria de ventos, proporcionada pelo fenômeno El Niño, que também está por trás da seca histórica que atinge a região. Segundo o pesquisador da Universidade Federal do Amazonas, a origem da fumaça são os municípios amazonenses de Careiro e Autazes, mais especificamente as regiões próximas à chamada Rodovia Manaus–Porto Velho.

 Confira a matéria completa clicando no link em nossa bio.

 Canva #fumaça #poluição #saude #meioambiente #manaus #amazonia #oliberal



OLIBERAL.COM

Fonte: Biblioteca de Anúncios Meta, 2024.

A publicação da página O Liberal também faz uso da legenda e sobreposição textual na imagem para tratar sobre as queimadas que afetaram a Floresta Amazônica no ano de 2023. Segundo os dados apresentados, esta publicação recebeu um investimento aproximado de R\$100,00 e R\$200,00 para que a plataforma a divulgasse. O público estimado para ser atingido pela informação era de 500 mil a 1 milhão de usuários, dos quais 90 a 100 mil foram alcançados efetivamente. No texto da legenda podemos ponderar que a página focou em apresentar os elementos do *El Niño*, intensificados pelas consequências das mudanças climáticas na região.

Detalhes do anúncio

Identificação da biblioteca: 1777057996058997

🚫 Inativo

26 de set de 2023 a 30 de set de 2023

Plataformas 📺

Categorias 🗨️

👤 Tamanho estimado do público: >1 mi ⓘ

💰 Valor gasto (BRL): R\$100 a R\$199 ⓘ

👁️ Impressões: 100 mil a 125 mil ⓘ

FAS - Fundação Amazônia Sustentável

Patrocinado · Pago por Fundação Amazonia Sustentável

Identificação da biblioteca: 1777057996058997

Em artigo publicado neste sábado no @portalacritica, o superintendente geral da FAS, @virgilioviana, comenta sobre a situação da fumaça que tem coberto Manaus com frequência e como a redução da poluição do ar deveria ser uma aspiração de todos, acima das diferenças ideológicas e político-partidárias. Afinal, segundo Virgílio, "a poluição do ar é contra o interesse nacional e faz mal para a saúde e a economia de todas pessoas que vivem na Amazônia".

Confira o artigo na íntegra no portal, no link na bio. 📄

#fumaça #queimadas #amazonia #poluicao




ACRITICA.COM
Learn More
ACRITICA.COM

Fonte: Biblioteca de Anúncios Meta, 2024.

Avaliando os dados disponibilizados a respeito da publicação da Fundação Amazônia Sustentável, conseguimos apontar que ela recebeu um investimento aproximado de R\$100,00 a R\$ 200,00 para ser divulgado pela plataforma. O público estimado para ser atingido pela informação era de 1 milhão de usuários, dos quais 100 a 125 mil foram alcançados efetivamente. A publicação teve como objetivo divulgar um artigo publicado no Portal a Crítica, o qual tratava a respeito da fumaça que cobria Manaus durante as queimadas na região no ano de 2023. A imagem da publicação trouxe a manchete do artigo acompanhado de uma legenda, caracterizando o uso de legenda e sobreposição textual na imagem.

Detalhes do anúncio

Identificação da biblioteca: 1018549339191530

🚫 Inativo

9 de ago de 2023 a 11 de ago de 2023

Plataformas 📺

Categorias 🗨️

👤 Tamanho estimado do público: 500 mil a 1 mi ⓘ

💰 Valor gasto (BRL): <R\$100 ⓘ

👁️ Impressões: <1 mil ⓘ

Revista Semana Online

Patrocinado · Pago por Revista Semana On

Identificação da biblioteca: 1018549339191530

Países amazônicos concordam em evitar colapso da floresta, mas discordam de como fazê-lo.
Cúpula da Amazônia termina sem acordo para zerar desmatamento nem menção ao fim da exploração de petróleo.



[SEMANAON.COM.BR](#)

Países amazônicos concordam em evitar colapso da floresta, mas discordam de co...
Uma declaração extensa, mas sem metas concretas, foi o primeiro resultado da Cúpula da...

Saiba mais

Fonte: Biblioteca de Anúncios Meta, 2024.

A publicação da Revista Semana Online se caracteriza como tendo legenda e imagem sem sobreposição textual. Esta publicação recebeu um investimento aproximado de R\$100,00 para ser divulgada. O público possível de ser atingido pela informação era de 500 mil a 1 milhão de usuários, dos quais mil foram alcançados efetivamente. O objetivo da publicação foi apresentar que a reunião da Cúpula da Amazônia não conseguia um denominador comum a respeito da redução do desmatamento e do fim da exploração de petróleo da região.

Detalhes do anúncio

Identificação da biblioteca: 921882422241984

● Inativo

17 de jul de 2023 a 1 de ago de 2023

Plataformas 📱

Categorias 📁

👤 Tamanho estimado do público: >1 mi ⓘ

💰 Valor gasto (BRL): R\$400 a R\$499 ⓘ

👁 Impressões: 100 mil a 125 mil ⓘ

Uma Concertação pela Amazônia

Patrocinado · Pago por Instituto Arapyaú de Educação e Desenvolvimento Sustentável

Identificação da biblioteca: 921882422241984

Comemorado anualmente no dia 17 de julho, o Dia de Proteção às Florestas foi criado para chamar a atenção da sociedade brasileira para a importância da conservação de biomas e suas biodiversidades. Em 2023, os dados de alerta de desmatamento do sistema Deter na Amazônia Legal oferecem motivos para celebração, mostrando que a tendência de alta observada nos últimos quatro anos foi interrompida no primeiro semestre deste ano.

Na comparação com os primeiros seis meses de 2022, este ano foi registrado 33,6% de redução na área desmatada. Se considerarmos apenas o mês de junho, a queda foi de 41%.

Antes uma das unidades da federação que apresentavam altos índices de desmatamento, o estado do Amazonas teve queda de 55,2% no total dos alertas no ano, tornando-se o campeão da redução em 2023.

O sistema Deter foi desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe - @inpe.official) para dar suporte à fiscalização e controle de desmatamento e degradação florestal pelos órgãos competentes. Com base nessas e outras informações, somente no primeiro trimestre de 2023 o Ibama (@ibamagov) aumentou em 219% as multas por desmatamento e outras infrações na região amazônica.

#umaconcertacaopelaamazonia #amazonconcertation
 #concertacaoamazonia #amazonia #diadeprotecaoasflorestas
 #florestaamazonica #protecaoasflorestas
 #combateadesmatamento #sistemadeter #conservacaoambiental
 #amazonialegal #desmatamentoamazonia #paratodosverem

Fonte: Biblioteca de Anúncios Meta, 2024.

Na última publicação, destacamos que se caracteriza como tendo legenda e imagem com sobreposição textual. Ela recebeu um investimento aproximado de R\$400,00 a R\$ 500,00 para ser divulgada pela plataforma. O público estimado para ser atingido pela informação era de 1 milhão de usuários, dos quais 100 a 125 mil foram alcançados. Na leitura da legenda, conseguimos destacar que o objetivo foi apresentar o Dia de Proteção às Florestas, apresentando os dados sobre a diminuição significativa do desmatamento na Amazônia Legal no ano de 2023 em relação ao ano de 2022.

As discussões políticas assim como as questões socioambientais no Instagram são atravessadas pela participação de políticos e influenciadores que se apropriam da plataforma para mobilização de discursos políticos. Neste sentido, os políticos utilizam as características da plataforma como parte de uma campanha permanente, o que pode influenciar discussões políticas e, conseqüentemente, a opinião pública. Segundo Soares

(et al, 2021, p. 92), usuários do Instagram apontam que mensagens de líderes políticos com os quais concordam tem influência em suas opiniões. Os usuários ainda mencionam que, além de curtir as publicações dos líderes políticos, também procuram informações por eles recomendadas. Essa influência de líderes políticos pode gerar consequências negativas quando produzem um discurso desinformativo. Assim, percebe-se que as práticas, os diferentes profissionais, as linguagens e os públicos da História Pública tradicional “beneficiaram-se enormemente da conexão em rede para modificar as práticas de comunicação dirigidas a públicos diversos” (Noiret, 2015, p. 42).

2.3 História Pública no *Antropoceno*

Para Siewierski (2008, p. 39), uma preocupação ecológica se manifesta quando o jesuíta Pe. João Daniel elogia os espanhóis por não cortarem as árvores para extrair o óleo de copaíba, como faziam os portugueses. João Daniel considerava um exagero comparar a América com o paraíso, mas, segundo ele, o estado do Amazonas e Grão-Pará se assemelha a “uma bem cultivada quinta, a um bem adereçado jardim, ou a uma bem vistosa e alegre floresta” (Daniel, v. 1, p. 410). Após ele mostrar a grandeza do tesouro do Amazonas, preocupou-se em apresentar novos métodos de cultivo, economia e política social a serem implementados para o melhor aproveitamento do tesouro e para que, conseqüentemente, o futuro fosse a medida do potencial paradisíaco que o Amazonas representa. Esses eram novos e mais eficientes modos de exploração.

Então, “*O Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas* é, acima de tudo, um projeto que pretendia propor métodos para o melhor aproveitamento de suas riquezas” (Lobato, 2009, p. 65). “João Daniel descreveu sua natureza, seus habitantes e suas práticas para, por fim, respaldado na *experiência*, apresentar propostas para fazer aumentar o estado e povoar a região”. Seu ponto central é a crítica às práticas econômicas pouco racionais de aproveitamento dos *tesouros*, que acabam por manter seus habitantes em estado de miséria, apesar da opulência do mundo natural. Sofrendo o drama da perseguição contra a Companhia de Jesus pelo governo pombalino, “João Daniel defende a adoção de uma economia pautada no trabalho livre, mas não no trabalho indígena. As causas da miséria da região não estariam na falta de mão-de-obra, mas no modo como as riquezas eram apropriadas. Era preciso mudar o modelo” (Lobato, 2009, p. 137).

A leitura histórica dos problemas ambientais aponta a possibilidade de sua replicação onde quer que se adotem padrões semelhantes de uso destrutivo da terra. Nos

séculos XVIII e XIX inicia-se um movimento histórico mais amplo e difuso de construção da sensibilidade ecológica no universo da modernidade com reflexões históricas sobre as consequências ambientais do agir humano. No contexto cultural, por exemplo, o brasileiro José Bonifácio de Andrada e Silva, ao escrever em 1815, adotou uma perspectiva histórica ampla sobre o problema da perda de bosques em Portugal. Não é o caso de afirmar que esses autores estavam praticando uma historiografia “ambiental”, mas, “uma percepção histórica sobre processos de mudança ambiental, produzidos por uma interação entre fatores humanos e naturais, estava sendo claramente delineada” (Pádua, 2010, p. 86). A história ambiental deve ser vista como uma ampliação da análise histórica, pois, não trata da redução da análise histórica ao biofísico, “mas de incorporá-lo de maneira forte junto com outras dimensões na busca por uma abordagem cada vez mais ampla e inclusiva de investigação histórica” (Pádua, 2010, p. 94). Isso nos permite interpretar a natureza em permanente movimento e transformação ao longo do tempo. Essas disputas, nos direcionam para a noção de *Antropoceno*, a concepção de uma nova época geológica.

Atualmente, a narrativa científica de origem do termo Antropoceno envolve Eugene Stoermer, um ecólogo que, na segunda metade do século XX, se dedicou a pesquisa sobre diatomáceas²⁷ nos Grandes Lagos da América do Norte. Durante seus trabalhos, deu-se conta de que, independentemente de onde coletasse as amostras, encontrava naqueles organismos materiais de origem artificial, produzidos industrialmente. Ele concluiu que o mesmo, provavelmente, aconteceria em qualquer lugar do planeta e em qualquer tipo de organismo. Stoermer foi quem cunhou o termo Antropoceno, mas foi em sua interlocução com Paul Crutzen, químico da atmosfera, que a ideia ganhou pretensões formais. Crutzen percebeu que o *insight* poderia ser aplicado não apenas as formas orgânicas, mas a todas as dimensões do que hoje se conhece como sistema terrestre (Marras; Taddei, 2022).

Em 2009, foi criado o Grupo de Trabalho do Antropoceno, na Subcomissão de Estratigrafia Quaternária, que compõe a Comissão Internacional de Estratigrafia da União Internacional de Ciências Geológicas. Este Grupo de Trabalho, presidido por Zalasiewicz desde sua criação até 2020, “ratificou em maio de 2019 as evidências que justificam a proposição da incorporação do Antropoceno no cânone geológico e definiu as detonações

²⁷ Microrganismos eucariontes unicelulares que ocorrem nos mais diversos ambientes úmidos e aquáticos, suspensos na coluna d'água ou aderidos a diversos substratos: macrófitas (epifíticas), rochas (epilíticas), animais (epizóicas), grãos de areia (episâmicas), sedimento (epipélicas). Ver sobre em: <https://docs.ufpr.br/~veiga/ficologia/diatomaceas.html>

nucleares das décadas de 1940 e 1950 como momento inicial para a nova época”. Stelio Marras e Renzo Taddei apontam que, em termos formais, “o conceito de Antropoceno faz referência a uma época geológica evidenciada por registros estratigráficos, ou seja, pela maneira como as camadas de solo se formam pela deposição de matéria” (Marras; Taddei, 2022, p. 10).

As evidências que sustentam a adoção do conceito referem-se as maneiras como a atividade industrial alterou a composição química da atmosfera, seu padrão de radioatividade e parte representativa dos materiais que ocupam a superfície do planeta. Considerando os níveis excessivamente altos de dióxido de carbono, metano e outros gases do efeito estufa, e também que os organismos que possuem ossos e dentes apresentam níveis alterados de radioatividade e que, somado a isso, em 2020, a quantidade de materiais artificiais presentes na superfície do planeta, em massa, ultrapassou a de toda a biosfera, o conceito de Antropoceno aponta para as perigosas alterações materiais em escala e velocidade promovidas pela modernização do mundo (Marras; Taddei, 2022, p. 10-11).

Renato Sztutman (2022, p. 130, 143) corrobora a ideia do Antropoceno como sendo a época geológica na qual a humanidade se tornou a força predominante, colocando em risco a integridade do planeta. Entretanto, debruça-se sobre o lugar da especulação e da imaginação na elaboração de respostas à crise instaurada por essa nova época, ou seja, onde criam ou fabulam a partir de situações vividas, levantando possibilidades e elencando mundos possíveis. O autor distingue imaginação e especulação e o chamado regime da “pós-verdade”, que advém da crise das ciências, da modernidade e do humanismo. Para ele, a pós-verdade é inimiga da imaginação e da especulação, “pois estas se guiam pelo espírito da experimentação, ao passo que aquela eleva um fato desprovido de teste a uma nova certeza”. Dessa forma, imaginação e especulação se veem comprometidas em pensar diferentes mundos possíveis diante da catástrofe social e ambiental. Interessam-se menos pelo “o que é” (uma ontologia propriamente dita) do que por “o que poderia ser” (uma ontoespeculação, uma ontoimaginação) (Sztutman, 2022, p. 134). O Antropoceno, que nubla as fronteiras entre “natureza” e “ação humana”, muda significativamente o lugar das ciências modernas (Sztutman, 2022, p. 131).

Para Pedro Paulo Pimenta, a expressão Antropoceno “refere-se de uma situação concreta, identificada a partir do efeito da atividade tecnológica humana sobre as condições de vida no planeta – atividade cujos vestígios são encontrados nas camadas do solo” (Pimenta, 2022, p. 31). Buscar por uma definição única seria vão, pois é uma ideia

que admite diferentes combinações de conteúdos particulares. Além disso, não é uma ideia neutra. Seu conteúdo encontra-se em aberto e em disputa por diferentes “partidos” no debate público. Falar em Antropoceno implica reconhecer que o estado atual da terra e do que ela comporta é efeito de um processo cujo ritmo não é inteiramente ditado pelos humanos ou nem mesmo pelos seres vivos, mas por elementos – químicos, minerais, geológicos, atmosféricos – alheios a manutenção dessas estruturas fisiológicas e anatômicas que são os organismos (Pimenta, 2022, p. 32).

O Antropoceno é uma etapa singular na história da Terra detalhada na taxonomia geológica, uma vez que a identificação é feita pelos humanos que reconhecem que sua própria atividade é responsável por alterar as condições de vida no planeta “a ponto de se tornar pertinente falar numa nova época numa sequência de tempo que, desde sempre, foi indiferente a sua atividade (muito recente) e a própria vida (também ela um fenômeno relativamente novo na história da Terra)” (Pimenta, 2022, p. 32). Além das condições teórico-científicas, existem as questões políticas na disputa pela definição do presente e do futuro que se projeta a partir dele. As cada vez mais numerosas reflexões propostas a respeito, convergentes ou contraditórias, parecem indispensáveis à compreensão “de um momento crítico em que, de alguma forma, está em jogo o próprio destino da vida na terra (ou, se não quisermos exagerar: de uma parte da vida humana no planeta, o que já é suficientemente grave)” (Pimenta, 2022, p. 45).

Elizabeth Kolbert (2015) explica que nos últimos quinhentos milhões de anos o mundo foi assolado por cinco grandes extinções em massa, as quais diminuiriam significativamente a biodiversidade. Sua obra revela que significativas quantidades de espécies desapareceram ou estão na iminência da extinção. Segundo seu levantamento, a sexta extinção está em curso, considerada por cientistas como a possivelmente mais devastadora desde aquela que deu fim aos dinossauros. No lugar de um elemento advindo do espaço, os seres humanos são a catástrofe. Isso, pois, os seres humanos alteraram a vida no planeta de maneira que nenhuma outra espécie fez anteriormente.

Falar em Antropoceno, ou propor termos alternativos a ele, a propósito de história geológica e biológica, é, de certa maneira, um disparate. Pois, com isso, a espécie humana – que impõe seus valores a Natureza (no sentido antes mencionado) e a reconfigura, aplicando a ela o poderoso instrumento da linguagem discursiva, enunciando-a conforme os padrões de uma racionalidade particular que, embora não seja a medida de todas as coisas, se arroga para si mesma essa prerrogativa – ressurge, mais uma vez, como o padrão ao qual a geologia e a biologia se veem absurdamente reduzidas. Com isso, estamos mais uma vez a beira de uma escatologia

num mundo sem Deus, vestígio de um humanismo que muitos têm razão para julgar como um retrocesso conceitual inaceitável. E, no entanto, faz sentido, do ponto de vista geológico, introduzir o humano como elemento definidor da sucessão das épocas da natureza: os vestígios estão aí, nas camadas do solo, para que o futuro possa lê-los ou se preferir ignorá-los. Não é porque foram produzidos por uma atividade intencional que eles têm um sentido. A denominação Antropoceno, e outras correlatas, é uma tentativa de produzir tal sentido no tempo atual, de torná-lo uma marca biológica da espécie, evitando sua extinção e a das outras que vão se extinguindo a mercê da sua atividade. Paradoxalmente, portanto, os pontos de vista geológico e biológico autorizam uma nova espécie de antropocentrismo, deslocado, porém, da perspectiva onisciente de outrora, e reduzido a um imperativo fisiológico da espécie (Pimenta, 2022, p. 45).

O debate da nova época geológica fomenta a percepção da humanidade como “agente primordial de uma mudança geológica que comporta decisivas inter-relações entre fenômenos ambientais e processos socioeconômicos” (Natalio, 2022, p. 186). Nesse debate, os marcadores científicos para a análise da nova época geológica passam pelo cruzamento de dados naturais - como aumento da emissão de gases de carbono, aumento do nível dos mares, aumento global da temperatura, aumento da velocidade do degelo, aumento da extinção das espécies e da acidificação dos oceanos - e com dados humanos - como aumento da população humana, aumento do Produto Interno Bruto - criando o fenômeno que hoje é denominado por cientistas como Grande Aceleração (Natalio, 2022, p. 187).

Rita Natalio (2022, p. 189) comenta que, por aproximação, tenta marcar o conceito de Antropoceno como colapso do *vivido até aqui*, ou como inversão de distinções absolutizadas pela modernidade entre humanidade e natureza. Apesar de ser evasivo, talvez em razão da ambiguidade imensa e do potencial polissêmico que carrega em si, o tema do Antropoceno circula. Ganhou atenção pública, demonstrado que a questão englobava mais que a geologia, ganhando espaço especialmente nas ciências humanas e nas sociais. A partir da disseminação para outras áreas, o esforço de elaboração desta crítica proporcionou desenvolvimentos conceituais importantes e com implicações que vão muito além das questões que originaram o debate.

O seu ponto de partida “diz respeito ao que a geologia e as ciências da natureza imputam ao ser humano quando o sufixo *antropos* é escolhido para nomear uma época geológica” (Marras; Taddei, 2022, p. 11). O *antropos* evocado funcionou como atrator e o universo das humanidades e das ciências sociais percebeu-se diretamente implicado e reagiu. No ano 2000, o ambientalismo já estava vivo e atuante, como movimento

internacional, há décadas alegando que o colapso ambiental era o futuro previsível do planeta e consequência das ações antrópicas (esse *antropos* ecológico é mais velho do que o geológico). Nesse contexto, o adjetivo “ambiental”, associado à filosofia, sociologia, antropologia ou história, identificava subcampos de atuação marginalizados dentro das próprias disciplinas. O ambiente tendia a ser entendido como palco inerte da ação humana, portanto, pouco relevante conceitualmente. O ponto de virada ocorreu em razão da conjunção de uma série de fatores, o que fez com as humanidades percebessem que a ideia de Antropoceno poderia potencializar a reprodução de assimetrias e distorções, tal a naturalização tácita de uma certa compreensão da condição humana (Marras; Taddei, 2022, p. 13).

Pimenta (2022, p. 33) afirma que existem muitos critérios possíveis de classificação, ou de determinação do período de início da nova era geológica. Mas, assume que o mais interessante, para ele, é o que recomenda a década de 1940 a 1950, que “além de ser um marco claramente definido em termos de estatísticas, causa também uma vertigem em seres vivos que se veem subitamente precipitados na aurora de um novo tempo”. Ao analisar como a situação foi sendo produzida e tornando-se possível, ele traz argumentos a respeito das reviravoltas que permitiram a aquisição de certos hábitos de pensamento no que se refere à questão das idades do planeta Terra. A base para essa sua constatação é que isso aconteceu quando, na passagem do século XVIII para o XIX, ‘a ideia de ‘Natureza’ (ou de experiência como sistema), desvinculada de um princípio de intencionalidade, foi associada a ideia de ‘História’, até então reservada a narrativa dos fatos políticos”.

No levantamento feito ao longo de seu trabalho, Elizabeth Kolbert (2015) compreendeu que desde o início da Revolução Industrial, os seres humanos queimaram combustíveis fósseis o suficiente para adicionar 365 bilhões de toneladas de carbono na atmosfera – somente o desmatamento contribuiu com 180 bilhões de toneladas. A concentração de dióxido de carbono no ar, hoje, é superior à dos últimos oitocentos mil anos. Essa concentração representa também um crescimento da temperatura global cerca de 1,9 e 3,8°C, fenômeno capaz de alterar o mundo. Apesar dessa parte ser suficientemente ruim, os seres humanos também estão contribuindo com o aumento significativo de dióxido de carbono aos mares – aproximadamente 150 bilhões de toneladas absorvidas do que havia sido lançado no ar.

As águas da superfície, hoje, estão cerca de 30% mais ácidas que em 1800. Esta acidificação dos oceanos é extremamente perigosa, principalmente por poder afetar o

metabolismo, a atividade enzimática e a função proteica dos organismos. Então, “ao queimarem carvão e reservas de petróleo, os seres humanos estão devolvendo à atmosfera o carbono que foi mantido isolado por dezenas de milhões de anos” (Kolbert, 2015, p. 133). Caracteristicamente, o Antropoceno causa uma bagunça nos princípios de distribuição geográfica: rodovias, desmatamentos e plantações de soja criam ilhas que antes não existiam; o comércio e as viagens globais fazem o caminho inverso (Kolbert, 2015). Ao perturbarmos os sistemas derrubando árvores tropicais, alterando a composição da atmosfera e acidificando os oceanos, estamos colocando em risco nossa própria sobrevivência (Kolbert, 2015, p. 278).

Stelio Marras e Renzo Taddei consideram que “não se trata do que se sabia ou se sabe sobre os processos ambientais, mas das relações sociais, políticas e econômicas que constroem (e destroem) ecossistemas e sujeitos”. A partir disso, declaram que no caso do colonialismo atlântico, tais relações se constituíram através de processos de *domesticação generalizada*, em que paisagens, ecologias, os elementos, populações humanas e não humanas, são reduzidas a objetos de exploração econômica. No Caribe e no resto das Américas, isto se materializou através da instituição das *plantations*. O que gera a crise ecológica, desta forma, é o fato de que padrões destrutivos de relação com a alteridade, constitutivos das relações coloniais, produz uma crise que é simultaneamente humana e ecológica.

A raiz do problema reside em hábitos de pensamento e ação no mundo que, a uma só vez, são naturalizados por visões reificadoras e universalizantes, e constituem imensa violência aos processos ecológicos e às relações que mantem a vida (Marras; Taddei, 2022, p. 19). Na era do Antropoceno, por efeito deliberado ou não da ação tecnológica humana, a liberdade fisiológica se tornou quase uma impossibilidade. Isso vale, evidentemente, não apenas para os humanos, mas também para todo ser vivo e que agora se vê ameaçado em consequência da incontestável supremacia da espécie humana sobre o planeta, a começar pelo domínio populacional em relação as suas rivais mais imediatas (Pimenta, 2022, p. 46).

Andrés Bailão (2022, p. 53) comenta que nos séculos XVIII e XIX as ruínas arquitetônicas e os desertos, como decorrências históricas imprevistas da presença humana no planeta, ganharam um ímpeto imaginativo com a geração romântica na virada dos séculos e passaram a povoar obras científicas, filosóficas, literárias e artísticas. Mostravam-se atraentes à geração romântica por indicarem uma constante batalha entre a natureza e a cultura, “em que as forças naturais impedem ou derrotam as tentativas

humanas de domá-la”. Criadas pelas pessoas, elas tornam-se parte da paisagem “em constante transformação, sob efeito da ressurgência natural em meio aos escombros, através da ação das plantas, da chuva e do vento, assemelhando-se cada vez mais as rochas e as montanhas” (Bailão, 2022, p. 53). Além da nostalgia, permitiram fabulações de um tempo vindouro “inevitável”.

Além das ruínas arquitetônicas, nos séculos XVIII e XIX houve esforços paralelos e independentes nas ciências, na História e nas artes no Ocidente de compreender o arruinamento das paisagens, ou seja, a degradação ambiental histórica. Muitas das primeiras pesquisas e escritos, que hoje chamaríamos de ambientais, “perceberam as íntimas relações entre o colonialismo e as práticas extrativistas, como *plantations* escravistas e a mineração, e os processos de desmatamento, de erosão, de perda de fertilidade do solo e de esgotamento de fontes hídricas”, num contexto em que “a expansão colonial havia agido de maneira devastadora em territórios ao redor do mundo e parte das elites coloniais passaram a documentar suas consequências” (Bailão, 2022, p. 54).

O final do século XVIII e o século XIX testemunharam uma profícua elaboração literária, científica e política sobre os desertos e as ruínas como terras devastadas, oriundas das atividades humanas. Para muitos naturalistas, filósofos, escritores e gestores coloniais, a humanidade parecia ter se tornado uma força em escala planetária, antecipando e abrindo caminho para o atual debate acerca do Antropoceno (Bailão, 2022, p. 55).

Andrés Bailão se preocupou em demonstrar que “inúmeros viajantes, naturalistas, funcionários estatais e administradores coloniais escreviam sobre as possíveis consequências dos rápidos e extensos desmatamentos causados pela colonização desde o século XV, mas mais frequentemente entre o final do século XVIII até o final do XIX”. Em ilhas como as Canárias e Açores, e nas colônias americanas, muitos observavam como a produção de cana-de-açúcar, algodão e a pecuária praticada pelos colonizadores europeus afetavam os solos, os cursos d’águas e os mananciais e, possivelmente, até mesmo os climas.

Conforme as plantações escravistas avançavam violentamente sobre a paisagem, “os rios e fontes secavam, os solos eram lavados e erodidos, deixando para trás terras inférteis e pedregosas, pondo em risco a própria continuidade das colônias e entrepostos marítimos” (Bailão, 2022, p. 56-57). Diante dessas discussões começaram a surgir legislações, que hoje possivelmente chamaríamos de ambientais, buscando proibir “as

queimadas, proteger as florestas e estimular o plantio de árvores de modo a impedir a erosão, as voçorocas, a perda de fertilidade do solo e até mesmo buscavam atrair chuvas”. Seu propósito, contudo, “não era a defesa das vegetações nativas, como no conservacionismo contemporâneo, mas garantir a sobrevivência a longo prazo das próprias plantações e das colônias” (Bailão, 2022, p. 58). As ilhas degradadas pelo colonialismo iam se tornando exemplos de alerta para outras regiões. Se nada for feito para reverter as mudanças climáticas, o estado de degradação geral dos ecossistemas decorrentes da “poluição industrial-urbana e do avanço da produção monocultora capitalista, assim como da extinção massiva de espécies, a humanidade se encontrará solitária ou acompanhada apenas de poucas outras espécies num mundo empobrecido” (Bailão, 2022, p. 71-72).

A acumulação primitiva é o modo como o capitalismo integra a exploração racial e ecológica, uma vez que é a engrenagem que opera a conquista de pessoas, florestas, territórios etc., tornando certos sujeitos (homens brancos europeus) senhores do que não lhes pertencia, de tudo aquilo que é “outro” – dos negros, das mulheres, dos povos indígenas e da natureza (Oliveira; Marini, 2022, p. 98). Existe uma calamidade que é o “insidioso hábito de fazer dos fenômenos ditos naturais um pretexto para se livrar dos pobres da Terra”. Pois, “longe de ser uma fatalidade, um desastre natural, a verdadeira gênese das catástrofes advém dos abusos e crimes contra a humanidade” (Shiratori, 2022, p. 109). Karen Shiratori alerta, a despeito da cadeia intrincada de eventos, que não restam dúvidas de que os desastres não resultam de causas naturais, mas, em maior ou menor grau, de “habitar a terra e explorá-la tirando proveito dos destroços e das calamidades humana e não humana”. Isso corrobora a perspectiva de que a crise ambiental não afeta a todos da mesma maneira e nem apaga os colapsos sociais em curso, “tampouco as iniquidades pretéritas” (Shiratori, 2022, p. 110).

Nesse mar turbulento, a modernidade colonial é enquadrada no epicentro da crise ecológica, por ser a força que produz suas tempestades, o que nos permite entender, de forma evidente, de qual crise se trata. Uma crise simultaneamente humana e ecológica, não uma crise das sociedades humanas, por um lado, e uma crise ambiental, por outro, mas uma crise das nossas relações com os seres vivos e não vivos, do nosso hábito relacional, um modo de relação pretensamente universal com a alteridade (Shiratori, 2022, p. 111).

O mundo capitalista e sua exploração ambiental foram forjados pelo colonialismo e pela escravização (Shiratori, 2022, p. 111). Se a emancipação humana e a luta ecológica

configuram uma só luta, então não há hierarquia ou competição entre seres e causas, questões humanitárias e causa ambiental. “Os caminhos através dos quais essas pautas se reaproximam resultam diferentes modos de suturar a cisão entre história humana e natural” (Shiratori, 2022, p. 111). O Antropoceno, segundo não poucas críticas, “revela ser o fardo do homem branco tentando se salvar de si mesmo revitalizando caducas ilusões sobre a natureza humana, usurpando sua pluralidade e um destino comum com a partilha das responsabilidades desiguais”. Não é de se estranhar que a luta ambiental assim formulada produza engajamentos vacilantes e desconfiança, afetos fracos, daqueles que lutam por reconhecimento identitários, por igualdade e justiça como se a agenda ambiental fosse uma “utopia branca” perante um “antropoceno branco” (Shiratori, 2022, p. 118).

Uma das principais polêmicas para o conceito Antropoceno reside em apontar quando teria ocorrido a passagem da época geológica anterior - Holoceno - ao Antropoceno: com a revolução industrial no século XVIII, mais precisamente em 1784 com o projeto da máquina a vapor de James Watt, segundo a proposição de Crutzen; com os primeiros testes nucleares; com o capitalismo; com a colonização; com o manejo do fogo e da agricultura; e por aí vai. De qualquer modo, “é consenso a responsabilidade do homem em desencadear esses desarranjos irreversíveis do sistema Terra que, no entanto, ao que tudo indica, ele não será capaz de impedir”. A força do conceito Antropoceno “possui uma qualidade problemática, por supor que a crise ecológica possa ser traduzida de maneiras semelhantes em todos os lugares, uma suposição de universalidade, a despeito da variabilidade da percepção dos fenômenos” (Shiratori, 2022, p. 119).

Se, na típica fronteira histórica colonial, os colonos brancos e seu mundo chegaram cheios de certezas (desastrosas) sobre a realidade, no presente, um esforço sem precedentes de uma multidão de cientistas, oriundos de uma enorme variedade de disciplinas, trabalha de sol a sol na tentativa de entender o ecossistema da Amazônia como nunca feito no passado. As certezas desastrosas não desapareceram: a pesquisa científica ocorre paralelamente a devastação criada pela mineração, exploração madeireira, extração de petróleo e produção de soja e carne bovina. E toda a violência a essas coisas associada (Taddei, 2022, p. 214).

A quantidade de investimentos em pesquisa científica na Amazônia, conforme constatou Renzo Taddei, aumentou dramaticamente nas últimas três décadas. Objetivam avançar na compreensão de como o bioma afeta o sistema terrestre e como os atuais padrões de mudança de uso da terra e o clima afetam seus aspectos físicos, biológicos e processos químicos (Taddei, 2022, p. 214-215). A floresta Amazônica produz um rio de

umidade na atmosfera que transporta mais água que o rio Amazonas (Taddei, 2022, p. 215). Por isso, outras vozes também precisam se unir as das ciências nas principais arenas ambientais, buscando contribuir com a necessidade de desconstrução e reconstrução da maneira como as pessoas pensam a percepção e a realidade, como condição prévia para poder abordar de forma inovadora o meio ambiente (Taddei, 2022, p. 216-221).

As catástrofes ambientais e ecológicas estão levando ao reposicionar de considerações e críticas sobre as desigualdades sociais mundo afora. “É como se esse tempo quente que vivemos esquentasse a usina do pensamento contemporâneo. Ou como se as queimadas não tradicionais de biomas reguladores do clima atuassem na desregulação do clima da história” (Marras, 2022, p. 243). Stelio Marras (2022, p. 244-245) defende o Antropoceno como um nome que aponta “para os panes das condições de habitabilidade humana na terra (assim como, no mesmo passo, os de tantas outras espécies, muitas já sob crescente perigo de extinção em massa)”, “é como se o aquecimento atmosférico crescente fizesse ferver o debate intelectual, de cientistas ou não, cada vez mais incontornável”.

Tais panes ambientais, também socioambientais, ajudam a dar conta de que a história depende do clima, que por sua vez depende da história. O autor sugere que a definição de Antropoceno se prenda ao chamado por traçar ressonâncias entre séries distintas. Traçar *co-respondências* entre os acontecimentos do planeta sensível e respondente e os acontecimentos contemporâneos no pensamento, pois, “quando a natureza não se mostra mais a mesma, também a sociedade se transforma”. É necessário considerar que “o avanço desmedido e inconsequente junto a espécies selvagens como junto a espécies domesticadas designa a própria assinatura do humano (capitalista, modernista, industrialista, consumista etc.) na origem mesma das doenças causadas pela exposição a esses patógenos” (Marras, 2022, p. 251). Mas, Stelio Marras (2022, p. 253) pondera que “nós, modernos, povo da ciência, dependemos, nas nossas experimentações, da arte de restabelecer fronteiras entre humanos e não humanos como condição para o desenvolvimento de terapêuticas e imunizações artificiais, como no caso da Covid-19, ou para desenvolver frentes as ameaças do Antropoceno”.

CAPÍTULO 3

EDUCAÇÃO AMBIENTAL POR MEIO DA HISTÓRIA PÚBLICA AMBIENTAL

Ao conceituar a Educação Ambiental e trazermos para ela a perspectiva histórica como contribuição da História, encontramos uma série de possibilidades para serem exploradas. A instituição da Educação Ambiental e da História Ambiental foi resultado do processo de busca por novos paradigmas para a superação da crise socioecológica configurada a partir da década de 1970. Seus princípios e fundamentos interconectam-se, entrecruzam-se e complementam-se no espaço de intersecção dos estudos interdisciplinares relacionados na complexidade ambiental. Dessa forma, os diálogos e entrecruzamentos entre a história e a educação “no campo dos estudos ambientais contribuem para a escolarização humana e para a construção de novas posturas proativas no que diz respeito à relação da natureza humana com a natureza não humana” (Estevam, 2017, p. 136-137).

Temas históricos, como os projetos de João Daniel e o seu contexto, permitem-nos trabalhar a Educação Ambiental de modo informal no *Instagram*. “O uso das redes sociais tem se mostrado como ferramenta que favorece a aprendizagem individual e coletiva, potencializando a autonomia, a problematização e o contato com materiais diversos”. Nessa perspectiva, a ferramenta, a princípio, usada no cultivo de relacionamentos diversos (amigos, pessoas com interesses em comum, casais, dentre outros), expandiu-se e passou a desempenhar um papel alternativo. A Educação Ambiental é uma área de conhecimento que apresenta caráter interdisciplinar e que pode se aproveitar desse potencial das redes sociais, contribuindo para a construção de sujeitos ecológicos e políticos. Assim, “as redes sociais são espaços que podem contribuir para a instrumentalização de diálogos, debates e desenvolvimento de ações concretas e emancipatórias referentes à questão ambiental” (Souza; Figueiredo, 2021, p. 140-141).

3.1 A Educação Ambiental na perspectiva histórica

José Augusto Drummond (1991) e José Augusto Pádua (2010), Pereira e Lopes (2024, p. 10) destacam que, até o século XVIII, as indagações sobre o tema giravam em torno de como a natureza influencia a história humana. Com o advento da Revolução Industrial e a diversificação das formas de apropriação do mundo natural, “as indagações começaram a girar em outro sentido, pautadas em sua maioria na racionalidade do uso

indiscriminado dos elementos naturais”. O juízo de que a ação humana poderia interferir no meio natural e até causar desastres “surgiu no final do século XIX, mas só se disseminou mundialmente no início da década de 1970”.

Deste modo, a história ambiental tem que lidar com um mundo cada vez mais complexo e em constante transformação. Um clamor da história ambiental desde seu surgimento tem sido a necessidade de se incluir o mundo biofísico nas análises históricas em geral. Não é preciso que todo historiador seja um historiador ambiental, contudo, “o mundo natural não pode mais figurar como plano de fundo da ação humana, é preciso considerar que seres humanos e natureza se condicionam mutuamente” (Pereira; Lopes, 2024, p. 15). A questão ambiental, que para Juliana Pereira Pino (2024) “perpassa diversos espaços sociais”, compõe um dos temas mais recorrentes e ao mesmo tempo mais complexos da sociedade contemporânea.

A questão ambiental constitui uma das mais importantes dimensões de atenção e análise por parte dos múltiplos seguimentos, grupos e classes sociais que compõem a sociedade contemporânea. Isto pode ser observado no aumento expressivo, tanto qualitativo quanto quantitativo, de debates, produção teórica e manifestações sociais abordando a temática, desde a década de 1970. Por diferentes motivações e necessidades, praticamente todo o sujeito individual e coletivo menciona e reconhece o ambiente como dimensão indissociável da vida humana e base para a manutenção e preservação da vida (Loureiro, 2006, p.11). Fabíola Sevilha (2023, p. 313) demonstra que, para *Rachel Carson Center for Environmental History*, a História Ambiental é particularmente atraente para o público porque tem finalidade moral e valor político. Já para o *National Council on Public History* os historiadores públicos podem contribuir na compreensão das conexões entre a memória popular e as complexas relações dos humanos com o seu ambiente e com ambientes desconhecidos.

Para Estevam (2017, p. 146) o adjetivo “ambiental”, anexado ao vocábulo “História”, vem constituindo-se “como um novo campo de possibilidades teóricas e metodológicas na qual o historiador e o professor de História se embasam para construir suas práticas de ensino de educação ambiental”. Na origem da história ambiental está a compreensão de que existe o risco de extinção da humanidade e de destruição do planeta. Ela “[...] surgiu da necessidade de uma maior politização do ensino e da pesquisa histórica frente às crises provocadas pelo modelo de sociedade industrial e capitalista”. Essa perspectiva está ligada às concepções de Lucien Febvre e de outros historiadores da renomada revista francesa *Annales*, que sustentam que os historiadores e educadores de História não

operam de maneira isolada em relação ao seu entorno, frequentemente abordando e ensinando sobre o “passado” a partir das questões e desafios relevantes que surgem no presente (Pádua, 2010, p. 81). Direta ou indiretamente, “é evidente que o debate público vem incitando os professores de História e historiadores a tomar seu lugar no campo ambiental” (Estevam, 2017, p. 145).

A crise ambiental “deixa claro que a forma e a velocidade com que os seres humanos consomem os recursos naturais do planeta pode levar à extinção da própria espécie. A história, no estudo desse tema, trata da interferência humana na natureza e vice-versa”. A história ambiental busca compreender como as interações humanos-natureza se alteraram na longa duração, por influência de processos econômicos, políticos, sociais e culturais” considerando, além disso, “um foco de análise importante tem sido como percepções, éticas e comportamentos humanos em relação aos elementos naturais foram concebidos ao longo do tempo” (Pereira; Lopes, 2024, p. 8). No contexto em que a técnica e a economia definem os caminhos e utilizações dos recursos naturais e meio ambiente no planeta globalizado, a história ambiental apareceu nos Estados Unidos se apropriando de conceitos oriundos da história social e história cultural. Nesse sentido, a história ambiental consegue tornar a disciplina História mais inclusiva, pois, como aponta Worster (1991, p. 199), “a história ambiental rejeita a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie distinta ‘supernatural’, de que as consequências ecológicas de seus feitos passados podem ser ignoradas” (Pereira; Lopes, 2024, p. 8).

Graziella Praça Orosco de Souza e Antonio Fluminhan (2015, p. 24) consideram que no cenário desesperador de aceleração cada vez maior no processo de degradação ambiental, a Educação Ambiental surgiu como uma possibilidade de enfrentamento da crise ambiental que se disseminou no mundo moderno. A Educação Ambiental no Brasil se consolidou por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), no final da década de 1990, devendo ser trabalhada de modo a ressaltar os aspectos sociais, políticos, econômicos e ecológicos. Ao considerar que, por conta de seu caráter transversal e pela falta de integração dos assuntos ambientais ao cotidiano escolar, notamos que os temas da Educação Ambiental acabam por favorecer a visão desarticulada da relação entre o ser humano e a natureza, o que favorece a efetivação da Educação Ambiental em espaços não-formais. Assim, “[...] para as finalidades mercadológicas, o Meio Ambiente foi por muito tempo considerado um recurso do qual pode se extrair lucro”. Essa forma de pensar fez com que as relações humanas com o meio ambiente se tornassem um processo de total abstração, ou

seja, o homem deixou de se sentir parte da natureza e passou a assimilar sem maiores preocupações. Esta visão fragmentada comprometeu tanto o ambiente natural que “tornou necessária a implantação de medidas corretivas e preventivas, por parte de órgãos governamentais mundiais, na esperança de minorar o problema” (Souza; Fluminhan, 2015, p. 25-26).

Ao levantar questões de ordem social, econômica e política, a Educação Ambiental questiona o modo de vida da sociedade atual e sua relação com a natureza. Pois, “ao levantar os problemas oriundos da produção, como a questão da geração dos resíduos sólidos, poluição atmosférica, desmatamento, poluição das águas e solo”, acaba por questionar de que forma este modelo de produção pode continuar a contemplar as reais necessidades da sociedade atual (Souza; Fluminhan, 2015, p. 26).

A História da Educação Ambiental no Brasil está atrelada às tendências ditadas pela ONU, em especial a Organização Internacional para a Educação Ciência e Cultura – UNESCO. As conferências internacionais realizadas pela ONU influenciaram a educação ambiental brasileira. Dessa forma, no que tange às orientações da ONU para a Educação Ambiental, encontramos na década de 1970 o momento em que foram formuladas as três principais declarações que fizeram com que o Brasil se posicionasse com relação ao meio ambiente natural (Pino, 2024, p. 4). Em 1974 foi realizado o Seminário de Educação Ambiental em Jammi, Finlândia, pela Comissão Nacional Finlandesa para a UNESCO, no qual se afirmou que a Educação Ambiental permite alcançar os objetivos de proteção ambiental e que não se trata de um ramo da ciência ou uma matéria de estudos separada, mas de uma educação integral permanente. A Carta de Belgrado, elaborada em 1975 pela UNESCO após um encontro em Belgrado, capital da então Iugoslávia, foi resultado da colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Meio ambiente (PNUMA), e criou o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA). A carta afirma que “o crescimento econômico é inevitável, e que cabe a E.A. preparar cidadãos para um futuro em que a felicidade humana deve ser o centro do desenvolvimento, reafirmando o compromisso deste campo com a manutenção do capitalismo” (Pino, 2024, p. 5).

A Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental ocorreu em outubro de 1977, em Tbilisi, na extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Nela foram definidos os objetivos e reafirmado a Educação Ambiental como um elemento essencial da educação global para a resolução dos problemas, além de se colocar em favor do bem-estar da comunidade humana por meio da participação ativa dos educandos na educação formal e não-formal. O seu objetivo seria preparar os indivíduos e grupos para

resolver problemas através de uma abordagem abrangente, fundamentos éticos com uma ampla base interdisciplinar (Pino, 2024, p. 6). No Brasil, em 1977 foi criado o primeiro documento brasileiro sobre Educação Ambiental, assinado pela Secretaria Especial do Meio Ambiente e pelo Ministério do Interior. O texto aborda o significado do termo “Educação Ambiental” baseado na Conferência Internacional de Tbilisi. As contribuições para a instituição da Educação Ambiental que ocorreram na década de 1970 foram a base das políticas públicas posteriores que contribuíram para formular a visão de Ambiente que permeia os textos das leis que orientaram a obrigatoriedade da Educação Ambiental no Brasil (Pino, 2024, p. 7).

A História Ambiental e a Educação Ambiental se imbricam dentro do campo dos estudos sociais e ambientais que podem ser associados de forma a se complementarem e relacionarem, contribuindo, desse modo, para enriquecer as pesquisas, o ensino e a formação de uma nova consciência social e ecológica política progressista. Da mesma forma, podem contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, cidadã e sustentável, ou seja, uma utopia que poderá vir a ser concretizada fora dos padrões societários do capitalismo. Nesse sentido, desenvolvida a partir dos anos 1970, a categoria “ambiental” se refere à relação entre sociedades humanas e natureza, territorial e temporalmente localizadas em um contexto geo-histórico-natural, não podendo ser confundida com a visão clássica das ciências naturais e das perspectivas tecnocráticas do setor público (Estado) e do setor privado (Mercado), que excluía a dinâmica social deste processo de concepção e participação de mundo da vida (Estevam, 2017, p. 136).

A partir disso, é preciso considerar que existem diferentes concepções sobre o que é o Meio Ambiente e de ações para a melhoria da qualidade de vida. Elas estão ligadas às diferentes correntes da Educação Ambiental. Por isso é importante compreender o papel da História no contexto da mudança de atitudes e de reflexão que o mundo contemporâneo apresenta (Pino, 2024, p. 3). Considerando essas diferentes concepções sobre Meio Ambiente, as quais constituem um repertório de correntes dentro da Educação Ambiental, lancemos mão do breve esboço de Pino (2024, p. 9-16) a respeito da cartografia das correntes da educação ambiental escrita por Lucie Sauvé (2005), o que está disposto na tabela abaixo:

Corrente	Descrição
Corrente Naturalista	Tem sua concepção de ambiente centrada na natureza com enfoque educativo cognitivo, sensorial, experiencial, afetivo,

	criativo/estético. Essa corrente tem o objetivo de reconstruir a ligação entre o ser humano e a natureza por meio de estratégias de imersão, interpretação, jogos sensoriais, atividades de descoberta.
Corrente Conservacionista/recursista	Essa corrente compreende o Meio Ambiente como recurso, e tem como objetivo adotar comportamentos de conservação e desenvolver habilidades relativas à gestão ambiental. Possui enfoque cognitivo e pragmático.
Corrente Resolutiva	Adota a visão central de educação ambiental proposta pela UNESCO no contexto de seu programa Internacional de Educação Ambiental (1975-1995), compreendendo o Meio Ambiente como um problema (<i>environmental issues</i>), tendo como objetivos desenvolver habilidades de resolução dos problemas desde o diagnóstico até a ação com enfoque cognitivo e pragmático.
Corrente Sistêmica	Concebe o meio ambiente como sistema e tem como objetivo desenvolver o pensamento sistêmico que consiste na análise e síntese para uma visão global, além de compreender as realidades ambientais para realizar decisões apropriadas. Adota-se um modo de trabalho interdisciplinar para levar em conta a complexidade dos fenômenos estudado.
Corrente Científica	Possui uma compreensão de Meio Ambiente como objeto de estudos, e tem como objetivos adquirir conhecimentos em ciências ambientais e desenvolver habilidades relativas a experiência científica com enfoque cognitivo experimental. Tem como exemplos de estratégia o estudo de fenômenos, a observação, a demonstração, a experimentação, as atividades de pesquisa hipotético-dedutiva.
Corrente Humanista	Concebe o Meio Ambiente como um meio de vida, tendo como enfoques dominantes o sensorial, cognitivo, afetivo, experimental, criativo e estético, e, como objetivos, conhecer melhor o meio de vida e a si mesmo em relação ao meio e também desenvolver um sistema de pertença. Dessa forma configura-se como exemplo de estratégia os estudos do meio, os itinerários ambientais e leituras de paisagem. Dá ênfase à dimensão humana do meio ambiente valorizando a relação entre natureza e da cultura.
Corrente Moral/Ética	Possui uma concepção de meio ambiente como objeto de valores, e seus objetivos são de dar prova de eco civismo, conjunto de comportamentos socialmente desejáveis de uma moral ambiental e desenvolver um

	sistema ético. Suas estratégias de ação compreendem a análise de valores, definição de valores e a crítica de valores sociais, tendo como enfoques dominantes o sensorial, cognitivo, afetivo, experimental, criativo e estético.
Corrente Holística	Compreende-se o Meio Ambiente como o todo, o ser, como algo total. Seus múltiplos enfoques podem ser o holístico, orgânico, intuitivo ou criativo, com o objetivo de desenvolver as diferentes dimensões do ser em interação com o conjunto de dimensões do Meio Ambiente e também desenvolver um conhecimento orgânico do mundo, a fim de uma atuação participativa em e com o Meio Ambiente.
Corrente Biorregionalista	A concepção de meio ambiente é ligada ao lugar de pertença e ao projeto comunitário. Tem como objetivos desenvolver competências em ecodesenvolvimento comunitário, local ou regional, tendo como enfoques dominantes o cognitivo, o afetivo, o experiencial, pragmático e o enfoque criativo.
Corrente Prática	Concepção de Meio Ambiente é a de um conjunto de ação/reflexão. Os objetivos desta modalidade de Educação Ambiental são de aprender em ação, pela ação, e para ação, além de desenvolver competências de reflexão. O enfoque é prático, e o exemplo de estratégia é o da pesquisa ação.
Corrente de Crítica Social	Concebe o Meio Ambiente como um lugar de transformação, um lugar de emancipação. Tem como objetivos a desconstrução das realidades socioambientais visando transformar o que causa os problemas. Possui enfoques práticos, reflexivos e dialogísticos.
Corrente Feminista	O Meio Ambiente é compreendido como objeto de solicitude. Esta corrente adota a análise e a denúncia das relações de poder dentro dos grupos sociais com base na teoria crítica, estabelecendo uma ligação íntima entre a dominação das mulheres e a da natureza. Esta corrente compreende que o estabelecimento das relações harmônicas com a natureza deve estar associado a um projeto social que aponte para a harmonização das relações entre seres humanos.
Corrente Etnográfica	O Meio Ambiente é compreendido como território, lugar de identidade, natureza, cultura. Tem como objetivos reconhecer a íntima relação entre natureza e cultura, evidenciar a dimensão cultural da relação com a natureza. Os enfoques predominantes desta corrente são o experiencial, intuitivo, simbólico, espiritual, criativo e estético.

Corrente de Eco Educação	Nesta corrente o Meio Ambiente é compreendido como polo de interação para formação de pessoas, como um conjunto que forma a identidade, uma esfera de relações essenciais para eco-formação e eco-ontogênese. Seus objetivos são de experimentar para formar-se e construir uma melhor relação com o mundo.
Corrente da Sustentabilidade	Concebe-se o Meio Ambiente como os recursos necessários para o desenvolvimento econômico ou como um conjunto de recursos compartilhados. Tendo como objetivos promover o desenvolvimento econômico que respeite o Meio Ambiente e contribuir para esse desenvolvimento, utiliza estratégias como estudos de caso, experiências de resolução de problemas e projetos de desenvolvimento, tendo como enfoques predominantes o pragmático e o cognitivo.

Fonte: Pino, 2024.

Bread Soares Estevam (2017, p. 137) considera que História Ambiental e Educação Ambiental “se retroalimentam e podem contribuir para a construção de novos comportamentos e atitudes, no que diz respeito à forma de relacionamento do ser humano com os elementos naturais que subsidiam a vida no ambiente planetário”. A relevância da educação tanto formal quanto não formal para a causa ambiental foi enfatizada desde a gênese dos movimentos ambientalistas. Os movimentos ecológicos “ocupavam as ruas, manifestavam-se através dos diversos meios de comunicação da época, como jornais, revistas, rádios e programas de televisão”.

A importância da educação se destacava por meio da realização destes manifestos, de modo que as próprias estratégias de luta podiam ser vistas como “educativas”, “como práticas de subjetivação formadoras dos sujeitos críticos”. O educativo-ambiental surgiu nos espaços não formais, fora dos espaços oficiais que se materializaram através de conferências e documentos internacionais. A formação e construção da opinião pública através de “colunas ecológicas” e “notícias ambientais”, as lutas e reivindicações dos militantes do movimento, “as entrevistas nos programas de rádio e televisão podem ser consideradas como ações educativo-ambientais, ou seja, como práticas de Educação Ambiental em espaços não formais da sociedade”. A partir desse processo é que ocorreu a institucionalização e a formalização da Educação Ambiental. “Estabeleceu-se um movimento de mão dupla, em que as produções científicas influenciaram e foram influenciadas pelas ações públicas” (Pádua, 2010, p. 82). Nesse sentido, a Educação

Ambiental, mesmo formal, é um projeto político pedagógico inter e transdisciplinar que perpassa todas as áreas do conhecimento. Uma das formas de o historiador e professor de História trabalhar a Educação Ambiental é através da História Ambiental (Estevam, 2017, p. 143-144).

A História Ambiental é a forma de os historiadores ambientais e professores de História (educadores ambientais do campo da História) “fazerem educação ambiental, isto é, pensamos, a tarefa do ensino de História Ambiental é desenvolver na humanidade uma consciência histórica ambiental” (Estevam, 2017, p.154). A partir dela, temos a investigação única e dinâmica na qual natureza, organização social e econômica, pensamento e desejo “são tratados como um todo que muda conforme as dinâmicas das sociedades e das naturezas, numa dialética que atravessa o passado (espaço de experiência [tese]), o presente (participação; ação; intervenção [antítese]) até projetar o futuro (horizonte de expectativa [síntese])” (Estevam, 2017, p. 151).

Estevam (2017, p. 153) concebe a História Ambiental como a forma de o historiador e o professor de História fazer Educação Ambiental. Ela se expressa como um campo de diálogos e embates, saberes e práticas, princípios e valores que remetem a um projeto de educação que visa à transformação da sociedade em diferentes níveis: econômico, político, cultural, social, educativo e histórico. Com isso, os historiadores ambientais poderiam dar a sua contribuição para construir uma sociedade nos seguintes pilares: “desenvolvimento econômico solidário, justiça social e equitativa, preservação e conservação do patrimônio histórico-ambiental e espiritualização das representações humanas acerca da concepção de natureza”.

3.2 Educação ambiental *para e com* os públicos

Com o advento da sociedade e da cultura moderna no final do século XV e a consolidação do modo de produção capitalista nos séculos XVIII e XIX, desde o capitalismo comercial, sob a política econômica do mercantilismo e/ou liberalismo, até o atual capitalismo industrial, sob a política econômica estatal-desenvolvimentista e/ou neoliberal, acentuaram-se, intensamente, as ações de transformação da natureza. Anteriores à sociedade moderna capitalista-urbano-industrial, as relações e comportamentos humanos já geravam múltiplas crises ambientais. A ação humana gerou significativos impactos ambientais nos diferentes momentos históricos, de modo que as transformações ocorridas no âmbito das sociedades “alteraram as paisagens e provocaram a intensa exploração dos elementos naturais e a pegada

ecológica foi progressivamente se intensificando, gerando, assim, guerras, expansão territorial em busca de recursos naturais”. A sociedade capitalista não foi a primeira a provocar intensas alterações na natureza, entretanto, a expansão colonial europeia, o aumento populacional, o acelerado ritmo de produção e consumo, assim como os profundos impactos negativos sobre o ambiente ao longo dos séculos, “geraram progressivas e irreversíveis perdas da biodiversidade e da sociodiversidade cultural do planeta” (Estevam, 2017, p. 137).

Elenita Malta Pereira e Alfredo Ricardo Silva Lopes (2024, p. 3-6) consideram que as possibilidades da extinção da espécie humana e da destruição do planeta foram eventos marcantes para o surgimento da história ambiental, principalmente com degradação ambiental e da velocidade com que os seres humanos se apropriam dos elementos naturais. Os autores expõem que uma das críticas direcionada à história ambiental é a vinculação às demandas sociais, “contudo, percebemos que esse tipo de argumento tem sua base nas teorias positivistas do final do século XIX, pois no presente não há sentido algum em encastelar a disciplina em alguma torre de marfim”. O desenvolvimento de campos como História Pública e história do tempo presente dialoga diretamente com o contexto de demandas sociais por história fora das universidades. Então, “podemos perceber isso na profusão de revistas especializadas e de livros com temática histórica; nos inúmeros *websites*, *podcasts* e canais no *YouTube* dedicados à história”, apresentam uma demanda social muito grande por conteúdos históricos.

O impacto da ação humana no planeta oferece subsídios para reestruturar o entendimento sobre as demandas sociais, especialmente no contexto global da segunda metade do século XX, quando as consequências desse impacto passam a ser percebidas numa escala global (Pereira; Lopes, 2024, p. 7). Ao conhecer a História da Educação Ambiental de forma geral e em nosso país, percebemos a viabilidade e a conectividade entre a História e a Educação Ambiental. O esforço que garante esta conexão ocorre por meio das pesquisas da História Ambiental, pela qual se reforça a premissa de que a História por sua natureza é ambiental, em razão da conexão do homem com o meio em que vive, produz sua existência e faz a sua própria História (Buczenko, 2022, p. 329-330). A perspectiva crítica e emancipadora, fundamental tanto para a História quanto para a Educação Ambiental, apresenta a condição de buscar uma nova concepção de sociedade. Utilizando espaços formais ou não, pode-se formar o cidadão crítico, reflexivo e político, construindo uma nova concepção de mundo, no qual a sua relação com o meio que vive, além de histórica, passa a ser de coexistência, em razão da finitude, principalmente, do ser humano (Buczenko, 2022, p. 330).

Fabíola Sevilha (2023, p. 324-325) traz a compreensão de que se a História Social foi uma das vias pela qual a História Ambiental adentrou a historiografia brasileira, seria, também,

“plausível supor que foi pelas mãos da História Oral, trazida pelo chão comum que estabelece com a História Social, que a História Pública entrou para a História Ambiental no Brasil”.

É urgente nos interrogarmos sobre alguns pontos: de que maneira os trabalhos de História Ambiental no Brasil têm logrado ou não atingir uma “atitude historiadora” compartilhada? Em outras palavras, nós, historiadores ambientais, temos, no sentido pleno de uma História Pública, atuado na resposta a demandas públicas, na publicização de resultados da pesquisa, na transposição de uma operação historiográfica para o campo dos produtos culturais de destinação pública (Mauad, 2018)? Quais são os ganhos desta perspectiva pública para a historiografia ambiental de um país com dimensão continental, indiscutível biodiversidade, mas que tem na concentração de renda e na desigualdade social uma das principais causas de degradação ambiental? Estas são importantes questões que ainda não foram analisadas nem pela historiografia dedicada à História Ambiental, nem pela historiografia centrada na História Pública no Brasil (Sevilha, 2023, p. 326).

A partir da década de 1970, a preocupação ambiental emergiu no Brasil como uma questão política. Ela passou a ser integrada na agenda dos problemas nacionais e os problemas ambientais começaram a ocupar espaço crescente nos meios de comunicação e na opinião pública, mobilizando-se grupos em torno da defesa ambiental, o que apresenta uma formação possível de denominar como consciência ambiental no país. No contexto nacional, temos a Lei Federal nº 6.938/1981, responsável por estabelecer a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) e o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNEA), “formalizando a educação ambiental em todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade no sentido de prepará-la para uma participação mais efetiva em defesa do meio ambiente”. Em 1988, com a nova Carta Constitucional, surge pela primeira vez o termo “Educação Ambiental” e o propósito firmado no Art. 225, §1º, inciso VI, determinando que a Educação Ambiental, somada à promoção da conscientização social para a defesa do meio ambiente, é dever do poder público (Buczenko, 2022, p. 324, 325).

Gerson Luiz Buczenko (2022, p. 325-326), ao fazer um balanço da legislação nacional a respeito da Educação Ambiental, apresenta que em 1991 tivemos a Portaria nº 678/1991 estabelecendo que a Educação Ambiental deve estar contemplada no currículo escolar em todos os níveis e modalidades de ensino. Merece destaque também a criação do Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), em 1994, marcando um sensível avanço para a Educação Ambiental no Brasil. Em 1996, entra em vigor a Lei nº 9.394/1996 de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que também valoriza a abordagem da educação ambiental, seja na educação básica, seja no ensino superior. Em 1999, temos também a Lei Federal nº 9.795/1999 e o Decreto Federal nº 428, que a regulamentam, respectivamente, o Plano Nacional de Educação

Ambiental - que estabelece a política nacional de Educação Ambiental - e a criação do órgão gestor responsável pela política Nacional de Educação Ambiental, que terá a direção dos Ministérios da Educação e Cultura e do Meio Ambiente. A Resolução CNE/CP nº 02/2012, regularizou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, a serem observadas pelos sistemas de ensino e suas instituições de educação básica e de ensino superior. A Educação Ambiental, debate recente em nossa história, passou a estar presente na educação de uma forma ampla tanto no ensino formal quanto no informal (Buczenko, 2022, p. 326).

A crise contemporânea vem exigindo um posicionamento ético do historiador, sobretudo, do historiador ambiental que se relaciona com os públicos. Isso, pois, a história ambiental tem muito a ganhar se incorporar as discussões trazidas pela história pública, no anseio de construir uma história para e com os públicos. Os historiadores ambientais produzem um conhecimento significativo sobre meio ambiente e podem contribuir no cenário desafiador que está dado no tempo presente. Para isso, precisam estar “munidos de reflexão teórica sobre como sua área articula as múltiplas percepções sobre o tempo e a força do presente na composição das análises históricas”. Dessa forma, podemos entender a “catástrofe” não somente como um evento a delimitar e caracterizar o nosso tempo, “mas como mobilizador de um engajamento público da historiadora e do historiador ambiental, socializando seu conhecimento para ajudar a atender as demandas sociais urgentes que afetam a continuidade da vida como a conhecemos” (Pereira; Lopes, 2024, p. 16).

Por isso, precisamos pensar as conexões possíveis e necessárias entre a História e a Educação Ambiental, buscando o despertar para uma nova concepção de mundo (Buczenko, 2022, p. 322). Nessa direção, destaca-se que “a produção e discussão de materiais e conteúdos, assim como todos os processos educativos, são formas eficazes de intervir na realidade social, cultural e ambiental, reverberando na construção de práticas ambientais sustentáveis”. Em um contexto de múltiplas formas de diálogos e interações como a promovida pelas redes sociais, a figura do historiador, enquanto agente no processo, é fundamental, dada a necessidade de sua intervenção, não apenas como avaliador, mas como aliado dos públicos na construção do conhecimento lapidado (Souza; Figueiredo, 2021, p. 148).

A História Ambiental, como modo de pensamento, é uma ferramenta para o estudo da interação humana com o ambiente físico natural e construído (Sevilha, 2023). A História Pública, como meio de ação compartilhada, permite considerar a ideia de uma Educação Ambiental transformadora que afirma a educação enquanto práxis sociais, e contribui no processo de construção de uma nova sociedade pautada por “novos patamares civilizacionais e societários diferentes dos atuais, em que a sustentabilidade da vida e a ética ecológica sejam

seu cerne”. A História tem um papel fundamental no processo de repensar de forma crítica a relação do homem com a natureza a partir de sua visão privilegiada por conta da amplitude que possui ao olhar para o caminho histórico percorrido pela humanidade. Portanto, a conexão entre História e Educação Ambiental é direta, uma vez que o ser humano está diretamente relacionado com o meio que o cerca (Buczenko, 2022, p. 327). Para Pádua (apud Carvalho; Laverdi, 2014, p. 464), “não existe história que não seja ambiental, esse ponto é importante de ser colocado”. Assim, percebemos a interconexão entre História e Educação Ambiental para se constituir uma nova forma de pensar a relação do homem com a natureza. “A História conectada à Educação Ambiental em sua perspectiva crítica constitui um momento importante para a busca de novas reflexões acerca da relação homem e natureza” (Buczenko, 2022, p. 329), condição emergencial para o futuro próximo da humanidade.

Ao longo da história, estabeleceram-se práticas culturais múltiplas de interação do homem com a Natureza que não consistiram apenas em devastá-la. Isso apresenta necessidade de se abordar as problemáticas ambientais no ensino e na pesquisa com base não somente sob o enfoque das catástrofes, mas “da urgência de se adotar novas posturas de relacionamento do ser humano com o mundo natural capazes de propiciar a preservação e a salvação do patrimônio que ainda resta às presentes gerações”. O contexto de emergência da história ambiental foi a segunda metade do século XX. Esse movimento visa o diagnóstico de problemas ambientais, mas, além disso, incorpora “transformações no pensamento humano e nas percepções sobre a relação sociedade e natureza no ambiente” (Estevam, 2017, p. 148). Então,

[...] a principal tarefa da História Ambiental consiste em buscar as permanências e mudanças significativas ocorridas nas intervenções da sociedade sobre o ambiente, estratégia que nos permite compreender o significado da Natureza na história humana e vice-versa. Para os professores de História e os historiadores (educadores ambientais do campo da História), de um modo geral, o conceito fundamental e orientado de qualquer análise histórica é a categoria Tempo. Esse conceito é primordial para a identidade de uma análise histórica e uma prática pedagógica seja ela qual for. Nesse sentido, não poderia ser diferente no campo da História Ambiental. Para o historiador ambiental, segundo Drummond (1991, p. 177), “em especial, o tempo é um crucial fio condutor das mudanças e continuidades que lhe propiciaram os seus objetos de estudo, quando não os seus conceitos”. Pensar as temporalidades é um instrumento básico do ofício de historiador e do professor de História (Estevam, 2017, p. 149).

Ao considerarmos que os temas pesquisados pela História Ambiental possuem o potencial de ampliar e enriquecer a Educação Ambiental formal e não formal, incentivamos a busca de contribuição às mudanças no pensamento social e histórico em relação ao mundo

natural, tendo como principais premissas situar e problematizar os assuntos ambientais no espaço e tempo (Estevam, 2017, p. 153). O sentido prático da História Pública é dado quando ela colabora para o registro de inúmeras vozes, propondo a insurgência das histórias dissidentes para a mediação na resolução de problemas sociais, para o debate em torno do patrimônio, de questões identitárias, ampliando olhares para aqueles que são mantidos como invisíveis de uma história heterogênea, pensando uma forma de dinamizar e ultrapassar a textualidade historiográfica encarcerada nos muros acadêmicos. A História Pública deve servir às controvérsias, evidenciando territórios e interesses particulares e coletivos (Rovai, 2020), ressaltando o público como além de receptores da história. A noção de História Pública, enquanto dispositivo capaz de animar uma reflexão com consequências práticas, convida diferentes pesquisadores a revisitar suas investigações passadas ou suas práticas de trabalho correntes. Assim, podemos refletir sobre o processo de construção do conhecimento que descortina a sua dimensão pública, estimulando a revisão e a revitalização dos princípios e das práticas do pesquisador (Santhiago, 2018, p. 294, 305).

Marta Rovai (2020) é cuidadosa quando afirma que a História Pública não é a “solução ou salvação para nenhuma prática como pesquisadores ou educadores, nem para qualquer reivindicação ou problema social”, pois ela deve ser um espaço de reflexão a quem pretende “desencastelar-se de seu espaço de produção de conhecimento e ensino e que se abram ao diálogo com o público”. O historiador público intelectual está atento para a dinâmica que envolve o tempo no qual estamos inseridos e as demandas que emergem no cenário político e social. Somos tomados pela pressão política de grupos plurais demandando por seus direitos sociais e identitários e pelo registro de sua própria memória e história, narradas na primeira pessoa e não mais por outros. Somos “deslocados de certo conforto diante de uma temporalidade que exige ações rápidas frente à grande quantidade de informações (muitas vezes equivocadas ou falseadas) e respostas imediatas a elas” (Rovai, 2020, p. 132-133).

A História Pública tem “promovido inúmeras formas de atuação em antigos e novos espaços, em que o historiador deve-se fazer presente, no intuito de ser um provocador, mediador e colaborador da reflexão histórica” (Rovai, 2020, p. 145). Kelley (1978), por exemplo, considera que a História Pública se refere ao emprego de historiadores e ao método histórico fora da academia [...]. Então, historiadores públicos estão no trabalho sempre que, em sua capacidade profissional, são parte do processo público, a exemplo da construção de políticas públicas. Para ele, “o método histórico de análise não é relevante simplesmente para o destino de nações, ou para problemas de guerra e paz. Ele é essencial a cada tipo de situação prática imediata” (1978, p. 17). A História Pública não está somente para grandes conflitos, mas,

também, para os debates inerentes da sociedade marginalizada ou renegada pela história oficial. Na História Pública, o historiador responde questões postas por outros, pelo debate público e pela sua prática social, mas “existem épocas quando interesses intelectuais de historiadores acadêmicos e as necessidades do público fluem naturalmente juntos” (1978, p. 18).

Por priorizar o conhecimento histórico produzido em diálogo com públicos, o historiador assume um papel na democratização do registro, do acesso, da divulgação e na produção de respeito à alteridade humana (Rovai, 2018). A produção e a divulgação, feitas em um processo democrático, não devem se submeter aos interesses do mercado ou serem seduzidas pelas histórias sem analisá-las, banalizando os acontecimentos e as memórias, pois compartilhar *não é simplificar*. Além de a História Pública ter um papel fundamental para encontrar brechas que permitam superar o diagnóstico concomitante do aumento dos casos de depressão e ausência de perspectivas profissionais e do neoliberalismo reduzir a pluralidade dos sujeitos, os historiadores devem buscar se tornar um sujeito ativo que deve participar inteiramente, engajar-se plenamente, entregar-se por completo à sua atividade profissional. Na perspectiva de Fabíola Sevilha, para a História Ambiental, o diálogo com a História Pública apresenta-se como uma forma de recuperar o seu compromisso moral e político inicial (Sevilha, 2023, p. 322).

Numa tentativa feita a partir de “dentro” para se comunicar com o que está “lá fora”, considero que ao reconhecer a pluralidade das formas de atuação de historiadoras e historiadores e reconquistar a subjetividade do espectro do neoliberalismo, a História Pública auxiliaria na introdução de “habilidades” e “competências” que nos ajudassem a atuar junto ao público. O problema da relevância do conhecimento histórico passa pela necessidade de repensar sua justificativa num momento no qual o conceito moderno de história perdeu sua obviedade e muito de sua efetividade. Mas, a pertinência do saber histórico em sua capacidade de contribuir para a justiça social pode ser avaliada, sendo sempre uma questão pública (Silveira, 2020).

Dessa forma, interagir com os públicos através do *Instagram*, pressupõe que o processo de produção e divulgação do conhecimento dialogado considere a viabilização de experiências. A experiência é a possibilidade de que algo nos aconteça, ou nos *toque*, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm. Isso é sensibilidade: só desejamos lutar pela mudança daquilo que temos afeto. “Requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade”, o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os

olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, “cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço” (Larossa, 2002, p. 24). As redes sociais contribuem pedagogicamente ao possibilitarem uma variedade de postagens de materiais distintos, por isso não devemos apresentar aos públicos algo que só passe ou meramente entretenha, mas que permita atravessar e experienciar.

3.3 Reflexão sobre as relações com os públicos

O historiador ambiental pode trazer grande contribuição para a Educação Ambiental ao selecionar elementos pretéritos para tratar de questões de seu tempo, como fiz com João Daniel nessa dissertação e com outros elementos no *Instagram*. O *Instagram*, no contexto educativo, “possibilita otimizar ações pedagógicas, por meio de textos curtos, imagens e vídeos” (Pereira *et al.*, 2019, p. 5). Nesta empreitada de se promover uma nova visão na relação ser humano/natureza por meio da Educação Ambiental, “os historiadores ambientais, além de ocupar-se com a preservação e recuperação do patrimônio histórico, também colaboram com esta transformação social e cultural”. A base histórica da questão ambiental pode servir como ponto de partida para metodologias em Educação Ambiental “ao permitir a contextualização, origem e temporalização de inúmeras questões pontuais normalmente tratadas por este tema transversal”. O relacionamento entre a disciplina História Ambiental e a Educação Ambiental se fortalece na medida em que a Educação Ambiental vem tentando modificar a forma do homem se relacionar com o mundo natural e a História ao tratar do papel e do lugar da natureza na vida humana (Souza; Fluminhan, 2015, p. 27-28). Dentro desta perspectiva, é possível ponderar, junto com Drummond, que a economia e a sociedade brasileiras continuam a ser extremamente dependentes dos recursos naturais.

Nosso futuro depende desses recursos, dos valores que lhes emprestamos e dos usos que lhes damos. Não temos ética do lucro, nem ética da produtividade, nem ética do trabalho; não somos criadores de tecnologia de ponta, nem de processos produtivos; não temos capital para viver de rendas; a nossa modernidade industrial e pós-industrial é tão impressionante quanto é frágil. Grandes setores da nossa população e da nossa economia continuam a depender do uso extensivo e raramente prudente de recursos naturais: novas terras agrícolas e pecuárias, novos empreendimentos de mineração, novos produtos extrativos, novas usinas hidrelétricas. O mercado mundial está pagando cada vez menos por esses recursos naturais” [...]. É minha opinião que a história ambiental pode dar uma contribuição decisiva para entendermos o nosso passado e o nosso presente de país rico em recursos naturais e assolado por dívidas sociais (Drummond, 1991, p. 194).

No século XX, o conceito de natureza predominante na cultura ocidental moderna capitalista começou a ser questionado a partir do surgimento do movimento ambientalista. Nesse contexto histórico de fins dos anos 1960 e início da década de 1970, marcado pelo questionamento das, até então, sólidas estruturas social, política e cultural, surge o movimento político ambientalista, e, no contexto acadêmico, a Educação Ambiental e a História Ambiental. Ao lado de outras vertentes do conhecimento voltadas para o estudo das inter-relações entre “o ser humano e a natureza, ambas as áreas surgem com a proposta de contribuir para responder ao desafio de construção de novos paradigmas de pensamento e de práticas das sociedades em relação ao mundo natural” (Estevam, 2017, p. 138-139).

Nesse processo histórico de formação e consolidação dos movimentos ecológicos, princípios “educativos” começaram a enfatizar discussões acerca do campo ambiental. Assim, é possível observar a dimensão educativa articulada à construção do pensamento e das práticas dos militantes ambientalistas. Os caminhos à construção de novas posturas e comportamentos em relação à “apropriação social dos elementos naturais e para a solução dos principais problemas ambientais encontram-se na educação, em suas perspectivas, formal e não formal” (Estevam, 2017, p. 143).

A história ambiental busca repensar o ser humano dentro do quadro mais amplo da história do planeta, “pensar o ser humano na totalidade tensa e complexa de suas dimensões biológica e sociocultural” (Pádua, 2010, p. 91-92). A história ambiental procura formas menos dualistas de perceber e relacionar natureza e cultura, com o intuito de reconhecer a historicidade dos sistemas naturais (Pereira; Lopes, 2024, p. 10). De acordo com isso, Pereira e Lopes (2024, p. 11-12) consideram necessário o engajamento do historiador, pois, “é impossível não se posicionar diante da devastação ambiental contemporânea”. Na coletânea *O futuro da história ambiental: necessidades e oportunidades*, organizada por Kimberly Coulter e Christof Mauch (2011), alguns artigos defendem, diante da catástrofe climática, que a história ambiental deve se manter ativista, e que “a participação no discurso público oferece a melhor esperança para o futuro do ramo”.

A atuação da história ambiental “pode e deve incorporar as características da História Pública para melhor dialogar com a sociedade sobre as urgentes temáticas ambientais”. Diante da crise ambiental, a história ambiental está posicionada para desempenhar um papel de ponte entre as humanidades e outras disciplinas, “capaz de agregar relevância social, por meio de uma narrativa convincente, que é a marca registrada da erudição histórica”. As atuais preocupações globais têm cada vez mais a ver com condições fundamentais da existência humana no planeta. Essas questões não podem ser unicamente tratadas pelas ciências naturais, portanto, “é nesse

sentido que a história ambiental tem uma grande contribuição pública a dar, e os historiadores ambientais não devem se furtar a esse papel”. Dos diálogos entre a História Pública e a História Ambiental, podemos destacar que ambas foram institucionalizadas na década de 1970 nos Estados Unidos, num cenário que as marcou de maneira indelével com um compromisso ético e político, e que “engajamento social, ‘desencastelamento’ e compromisso político são palavras de ordem tanto da História Ambiental quanto da História Pública” (Sevilha, 2023, p. 312). As inter-relações entre História Ambiental e História Pública, “apesar das afinidades evidentes e do terreno comum, não se deram de maneira automática. Pode-se mesmo dizer que o processo ainda está em curso” (Sevilha, 2023, p. 319). Mas, articuladas, “a História Pública e a História Ambiental apresentam-se como uma promissora ferramenta para estudar interação humana com o ambiente físico (natural e construído) que enfatiza a comunicação e o público” (Sevilha, 2023, p. 321).

No debate recente, o conceito de Antropoceno ganhou fôlego, como nova era de transformações extremas no planeta, em que a agência humana tem papel central. A ênfase recai sobre a humanidade e/ou seu sistema econômico e atividades mais destrutivas, no qual a produção de alimentos e o sistema econômico em si são percebidos como responsáveis pela catástrofe climática atual. Uma crítica ao conceito é de que “ele está sendo aceito na academia pela sua capacidade de inocentar os grupos sociais que mais promoveram a exploração social e degradação ambiental”. É necessário que o conceito seja aplicado “a contextos e grupos sociais específicos e que a geologia tome partido e defina o começo do Antropoceno a partir da migração forçada de africanos para compor força de trabalho na América” (Pereira; Lopes, 2024, p. 13-14).

Sílvia Ricardo Gouveia Cadena (2017) alude que precisamos reconhecer o Ciberespaço como espaço de vivência e de acesso às informações no cotidiano dos públicos. A internet passou a fazer parte do cotidiano das pessoas por meio de vários dispositivos, mesmo que elas não atentem para tal fato. Dessa forma, a História tem ocupado outros espaços que não o escolar e o acadêmico, nos quais o sucesso de páginas com conteúdos históricos atenta para a carência do conhecimento histórico e suas novas formas de se manifestarem. Também, as peculiaridades disciplinares da história digital e as práticas digitais do historiador devem ser valorizadas: a pesquisa de diferentes fontes e as diversas tramas narrativas da web. A história digital que se propõe a visualizar a história e construir narrativas não apenas e essencialmente baseadas no texto (Noiret, 2015). O historiador público deve poder fazer mediação com as formas públicas de conhecimento do passado que a rede oferece, “contribuindo na primeira pessoa à narrativa do passado em meios virtuais”. Construir uma História Pública digital que seja “capaz de fazer

frente e de mediar de modo crítico a manifestação incessante das memórias privadas – e das memórias coletivas embalsamadas – é certamente um papel profissional destinado ao trabalho do ‘*public historian*’” (Noiret, 2015, p. 40).

Dessa forma, mais do que simplesmente fazer uma história por meios digitais, algo que em alguma medida se tornou inevitável na contemporaneidade, “é preciso que se pratique uma história digital, ou seja, que se problematize e se reflita sobre os distintos aspectos que envolvem os usos sociais das tecnologias digitais”. Ela é imprescindível para a compreensão das experiências humanas nesta era da internet, “bem como para ampliar e tornar ainda mais plural o campo do conhecimento histórico”. Problemas a serem levados em consideração nesse frutífero espaço investigativo são representados pela ênfase dada aos sentimentos e opiniões dos indivíduos, pela perda de importância da verdade factual e a crescente difusão de *fake news*. Esses elementos favorecem algumas dinâmicas de produção, circulação e consumo de informações na internet (Prado, 2021, p. 30-32).

A personalização de conteúdo, por exemplo, é um obstáculo construído por algoritmos de inteligência artificial que coletam dados pessoais²⁸ com a finalidade de analisar a navegação de cada indivíduo e traçar o seu perfil. Em seguida, com base na previsão algorítmica, “são estabelecidos filtros de personalização de conteúdo que são um dos principais responsáveis pela maximização dos lucros com publicidade on-line pelas grandes empresas de tecnologia, uma vez que os anunciantes conseguem oferecer e vender produtos”, além de serviços direcionados especificamente às necessidades e aos desejos de cada usuário. Em relação ao consumo das informações apresentadas nas mídias sociais, os filtros de personalização de conteúdo fazem com que cada usuário receba recomendações exclusivas dos “produtos e assuntos dos quais gosta ou pelos quais se interessa, bem como de pessoas e perspectivas político-ideológicas com as quais se identifica” (Prado, 2021, p. 23-25). Assim, há vários modos de coleta de dados para estudos de análise de redes.

Destaca-se disso a necessidade de trabalhar tendo a experiência da colaboração como guia do trabalho historiográfico nesse espaço. Para que o papel formador da experiência tenha um sentido, é preciso a possibilidade de articulação entre o que poderia ser saberes, conhecimentos mais e algo que tenha igualmente a dimensão de um saber, mas que não teria o mesmo estatuto, dado pelos públicos. O saber está sujeito à experiência²⁹ e se desenvolve a

²⁸ Essa coleta acontece partir das buscas realizadas pelos usuários e de seus cliques, *likes*, compartilhamentos, etc.

²⁹ “Se a experiência é o que nos acontece e se o saber da experiência tem a ver com a elaboração do sentido ou do sem-sentido do que nos acontece, trata-se de um saber finito, ligado à existência de um indivíduo ou de uma comunidade humana particular; ou, de um modo ainda mais explícito, trata-se de um saber que revela ao homem concreto e singular, entendido individual ou coletivamente, o sentido ou o sem-sentido de sua própria existência,

partir dela, fluindo em direção à um possível despertar dos públicos para a compreensão crítica de sua história e de sua ação concreta no mundo. O sujeito da experiência é um território de passagem, um lugar a que chegam as coisas, sobretudo um espaço onde têm lugar os acontecimentos. Portanto, é experiência aquilo que “nos passa”, nos toca, nos acontece, e ao nos passar nos forma e nos transforma. O sujeito da experiência está aberto à sua própria transformação (Schwartz, 2010; Schueler, 2014; Dewey, 2023; Bondía, 2002).

Mas, é preciso evitar o equívoco de que não é necessária mediação profissional para se aprender sobre os conteúdos históricos. Apesar das desconfianças com a divulgação na História, ela é benéfica tanto para a comunidade acadêmica, que a produz, quanto para o público em geral, que acessa e se beneficia das pesquisas mais facilmente. A História Pública demonstra ser um caminho frutuoso para essa “devolução”. A interação com os públicos se fundamenta nas concepções da História Pública, para além da divulgação científica da história, em que “a relevância das redes sociais se dá em parte pela autonomia e praticidade que elas trazem para a criação de conteúdos e documentos, sejam fotos, textos ou vídeos, e a proximidade entre quem produz conteúdo e quem consome” (Rocha; Araújo, 2024, p. 203). A plataforma possibilita uma grande gama de ferramentas que “facilitam o contato com os seguidores, a exemplo das interações por *stories*: enquetes, votações, caixas de perguntas, etc; da seção de comentários das postagens; e dos *reels*” (Soares *et al*, 2024, p. 177, 186). O uso do *Instagram* possibilita a promoção de aprendizado, seja por meio do planejamento educativo com participação da acadêmica ou com outros setores da sociedade (Pereira *et al*, 2019, p. 14). A seguir observaremos alguns elementos que foram dados aos públicos do perfil para refletirem, ponderando sua produção e disposição³⁰.

de sua própria finitude. Por isso, o saber da experiência é um saber particular, subjetivo, relativo, contingente, pessoal. Se a experiência não é o que acontece, mas o que nos acontece, duas pessoas, ainda que enfrentem o mesmo acontecimento, não fazem a mesma experiência. O acontecimento é comum, mas a experiência é para cada qual sua, singular e de alguma maneira impossível de ser repetida. O saber da experiência é um saber que não pode separar-se do indivíduo concreto em quem encarna. Não está, como o conhecimento científico, fora de nós, mas somente tem sentido no modo como configura uma personalidade, um caráter, uma sensibilidade ou, em definitivo, uma forma humana singular de estar no mundo, que é por sua vez uma ética (um modo de conduzir-se) e uma estética (um estilo). Por isso, também o saber da experiência não pode beneficiar-se de qualquer alforria, quer dizer, ninguém pode aprender da experiência de outro, a menos que essa experiência seja de algum modo revivida e tornada própria. [...] Se o experimento é genérico, a experiência é singular” (Bondía, 2002, p. 27-28).

³⁰ Preferimos usar esse termo em vez de *divulgação* aqui para afirmar o sentido de os conteúdos serem algo disposto aos públicos, aberto às possíveis interações, entregues para pensar e colaborar.



Fonte: *Instagram*, 2025.

Nas últimas décadas temos observado o declínio das populações de abelhas, gerando até mesmo especulações distópicas³¹ de como seria o planeta sem esses insetos. Um alerta sobre o risco de desaparecimento das abelhas foi lançado em 2006, quando apicultores notaram que a população de abelhas estava diminuindo, por isso o declínio de populações de abelhas silvestres e o colapso de colônias de *Apis mellifera* têm preocupado pesquisadores. A síndrome do colapso das abelhas, que corresponde ao desaparecimento repentino das abelhas ou sua redução em poucos dias, tem levado às possíveis causas desses problemas - como nutrição, manejo, patógenos, parasitas e efeitos de agrotóxicos.

No Brasil, casos de enfraquecimento, declínio e colapso têm sido registrados, principalmente nos estados de São Paulo e Santa Catarina, que somam grandes perdas apresentadas em estudos principalmente sobre agrotóxicos utilizados na agricultura e patógenos e parasitas. Desse cenário, trouxemos os apontamentos apontados no livro V das Ordenanças Filipinas (1670) e as interpretações de Keith Thomas sobre a relação das culturas humanas com abelhas em *O homem e o mundo natural* (1988). Com isso, apresentamos tanto conteúdos pretéritos quanto aspectos atuais para os públicos.

³¹ Conferir mais em: <https://ecoa.org.br/a-frase-isso-e-muito-black-mirror-nunca-fez-tanto-sentido/>.



Fonte: Instagram, 2025.

Como já abordado nessa dissertação, o Antropoceno na história e na historiografia está em constante revisão, incorporando e ressignificando elementos de análise. Na história ambiental, essa incorporação foi mais forte devido à característica eminentemente interdisciplinar que esse campo tem. No campo da história intelectual, o Antropoceno é retroalimentado pelas reflexões sobre a crise das temporalidades³² e delimitações da contemporaneidade, bem como sobre o estatuto da história em um contexto de emergência de pós-humanismo.

Levar o conceito para os públicos representa viabilizar reflexões sobre um Antropoceno consciente de si, que tem sido aquele responsável pela produção filosófica, científica, artística e teológica, acompanhadas de ativismos e mobilizações em torno das questões climáticas globais. Parece evidente que estamos vivendo um momento em que o planeta - na sua concretude e diversidade - está se tornando uma questão inescapável para o pensamento social e as humanidades. A Terra agora aparece com vigor no campo de possibilidades da consciência histórica contemporânea. Qualquer que seja o futuro dos seres humanos, cada vez fica mais claro que ele se entrelaça com o destino da própria Terra. Apresentar aos públicos é considerar

³² “[...] a definição de uma época geológica provocada pela ação humana no planeta instaura uma crise na experiência e reflexão históricas. Tal crise se traduz em impasse político, uma vez que as instituições, concepções e parâmetros referentes à história humana para ele são insuficientes para lidar com fenômeno de magnitude geológica que extrapola a dinâmica do capitalismo, as desigualdades que ele engendra e as aspirações humanas de liberdade, igualdade e emancipação. Fraturas no pensamento originam-se da dificuldade em articular as dimensões histórica, biológica e geológica dos humanos enquanto sujeitos do Antropoceno”. Conferir: SILVA, A. F.; LOPES, G. Entre Horizontes e Sedimentos: o Impacto do Antropoceno na História a partir de Chakrabarty e seus Interlocutores. *Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) revista de la Solcha*, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 348–396, 2021. Disponível em: <https://www.halacsolcha.org/index.php/halac/article/view/487>.

que o presente de crise tem permitido leituras alternativas e críticas que apontam para saídas e futuros ambientalmente viáveis³³.



Fonte: *Instagram*, 2025.

Um importante recurso da educação ambiental é a utilização das trilhas interpretativas da natureza com o auxílio dos condutores. A conscientização da sociedade em relação aos temas ambientais, a percepção mundial sobre a necessidade de proteger e conservar os recursos naturais, e a fuga do estresse da vida moderna nos grandes centros urbanos estão entre os principais fatores que justificam o crescimento da demanda pelo turismo na natureza³⁴. As unidades de conservação apresentam grande potencial para a educação ambiental porque oferecem as paisagens ecossistêmicas mais preservadas. A educação ambiental é um processo ao longo da vida por meio do qual indivíduos e comunidades se conscientizam sobre seu ambiente e adquirem conhecimento, valores, habilidades e experiências que os capacitam a agir e resolver problemas ambientais atuais e futuros. A conscientização necessária para a mudança de comportamento desejada no contexto da educação ambiental muitas vezes envolve um contato profundo com a natureza, seja guiado ou não³⁵.

Os elementos para essa publicação vieram a partir de uma excursão realizadas com os alunos do 1º ano do Ensino Médio do Colégio Estadual Cívico-Militar Santos Dumont da cidade de Santa Cruz de Monte Castelo, Paraná. Em nossa visita conseguimos observar e nos relacionar com incontáveis aspectos naturais e culturais que provocaram reflexões sobre concepções

³³ Aprofundar em: <https://doi.org/10.22562/2023.59.03> e <https://doi.org/10.1590/2237-101X02405401>.

³⁴ Conferir: https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos_restritos/files/documento/2020-09/livro_pevv_arrumado.pdf.

³⁵ Veja mais em: <https://doi.org/10.36026/rpgeo.v6i2.3197>.

diversas de nossas vivências. Diante disso percebi os aspectos trazidos por Letenski *et al* (2009)³⁶, sejam eles: o (1) científico, atribuído às feições de caráter investigativo que contribuem com a interpretação dos processos no ambiente; o (2) didático, que trata dos usos para transmitir o ensinamento dos processos ocorridos e na interpretação do ambiente; e o (3) turístico, que aponta para a atrativa beleza e/ou ligados ao imaginário humano.

Então, ao pensar o *Instagram* como rede inteira³⁷, podemos coletar dados de modo qualitativo (através de entrevistas com os atores da rede, por exemplo) ou quantitativo (através da coleta de dados de redes existentes), o escolhido para essa pesquisa. Esse modo foca em bases de dados preexistentes (por exemplo, dados de interação de ferramentas de mídia social), mesmo que seja cada vez mais raro que bases de dados possuam dados completamente acessíveis aos pesquisadores (Recuero, 2017).

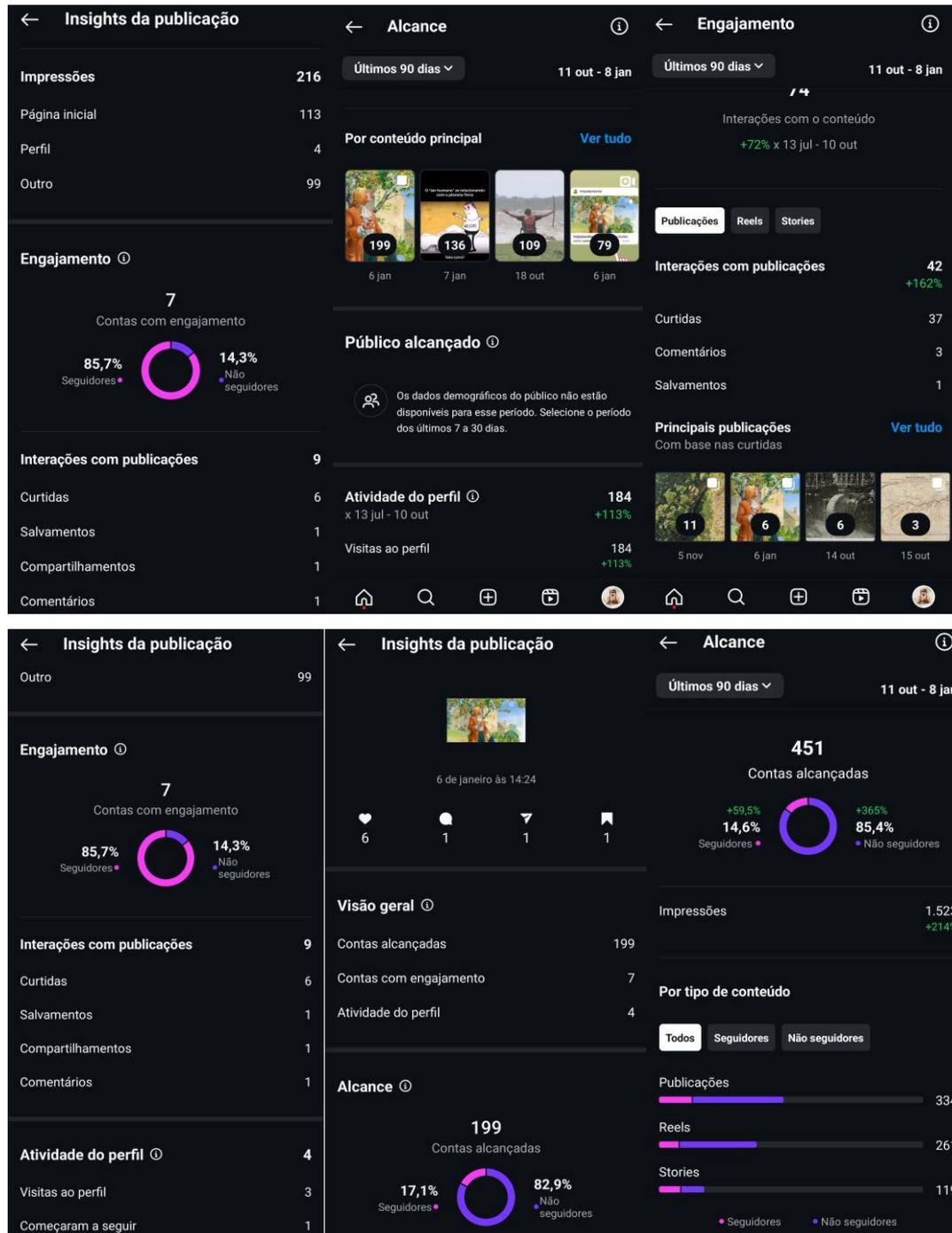
As mídias sociais nos dão subsídios para desenvolver trabalhos e campanhas devidamente direcionadas e capazes de atingir um público em específico, com maiores chances de conversão para os negócios. Os públicos agem como mobilizadoras para os conteúdos oferecidos nas mídias, e assim, além de *consumirem*, também acabam gerando novos conteúdos quando participam de postagens nas mídias interativas. A ferramenta *Instagram Insights*³⁸ possibilita desenvolver conteúdos referentes às métricas necessárias para análise de desempenho do perfil e avaliações de desempenho por meio de relatórios permitindo nortear próximas ações. Ela mensura os resultados com relação ao engajamento e postagens, mostrando métricas como melhores postagens, alcance e impressões (Martins *et al*, 2018). Vejamos brevemente as métricas oferecidas pelo *Instagram Insights* do perfil História Pública Ambiental.

³⁶ Conferir em: https://digitalcommons.usf.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=5716&context=kip_articles#page=7.

³⁷ “A rede inteira é aquela que é mapeada na sua integridade, normalmente quando é possível limitar essa rede de modo externo (por exemplo, todos os indivíduos que fazem parte de uma determinada instituição, ou todos os indivíduos que fazem parte de um grupo X)” (Recuero, 2017, p. 37-38).

³⁸ “Três ferramentas são destaques para a pessoa física ou pessoa jurídica que quer se promover no Instagram: o *Business profiles*: ferramenta gratuita para empresas que querem ser reconhecidas como tal no Instagram; *Insights*: é uma ferramenta gratuita que melhor mensura os resultados das postagens com relação ao engajamento. Os insights permitem que se tenham métricas em relação ao alcance das publicações, o engajamento do público com elas e características da audiência; *Promoção*: é uma ferramenta paga que permite transformar postagens em anúncios diretamente dentro do aplicativo. É possível escolher uma publicação já postada e assim acrescentar um botão para incentivar o público a interagir, podendo selecionar o público ou deixar que o *Instagram* o faça. Feito isso, a postagem será promovida pelo período de tempo escolhido pela empresa”. Conferir em: CARNAVOS, I. C.; PEIXOTO, M. M. da C. L.; MAGALHÃES, Y. T. de; GONÇALVES, C. A. Análise do comportamento dos consumidores em relação aos anúncios patrocinados no Instagram. **International Journal of Business and Marketing**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 78–91, 2022. Disponível em: <https://www.ijbmkt.org/ijbmkt/article/view/209>. Acesso em: 7 jan. 2025.

Abaixo conseguimos observar os *Insights* gerais das publicações feitas no período compreendido entre 11 de outubro de 2024 e 8 de janeiro de 2025. Com essas informações, podemos perceber quais publicações atraem mais a atenção dos públicos e identificar qual postagem mais teve interação dos usuários com curtidas, comentários, compartilhamentos, salvamentos, visitas ao perfil, entre outros.



Fonte: Instagram, 2025.

As publicações conseguiram apresentar 216 impressões para análise. As contas com engajamento significativo foram 7, das quais 85,7% correspondiam a seguidores. As publicações com maiores interações corresponderam a 199, 136 e 109, respectivamente. Ao registrar 184 visitas ao perfil através das publicações, temos 74 interações com conteúdos sendo 37 curtidas, 3 comentários e 1 salvamento. No visto, tivemos um alcance de 451 contas, sendo 85,4% não seguidores e 1.523 impressões. Assim, as publicações foram responsáveis por 334 impressões, os *reels*, 261, e os *stories*, 119. Ao observarmos a publicação com maior engajamento, podemos destacar que foram realizados 6 curtidas, 1 salvamento, 1 compartilhamento e 1 comentário. A partir daí foram realizadas 4 atividades no perfil, 3 visitas e 1 começar a seguir, resultados de 199 contas alcançadas e 7 contas com engajamentos.



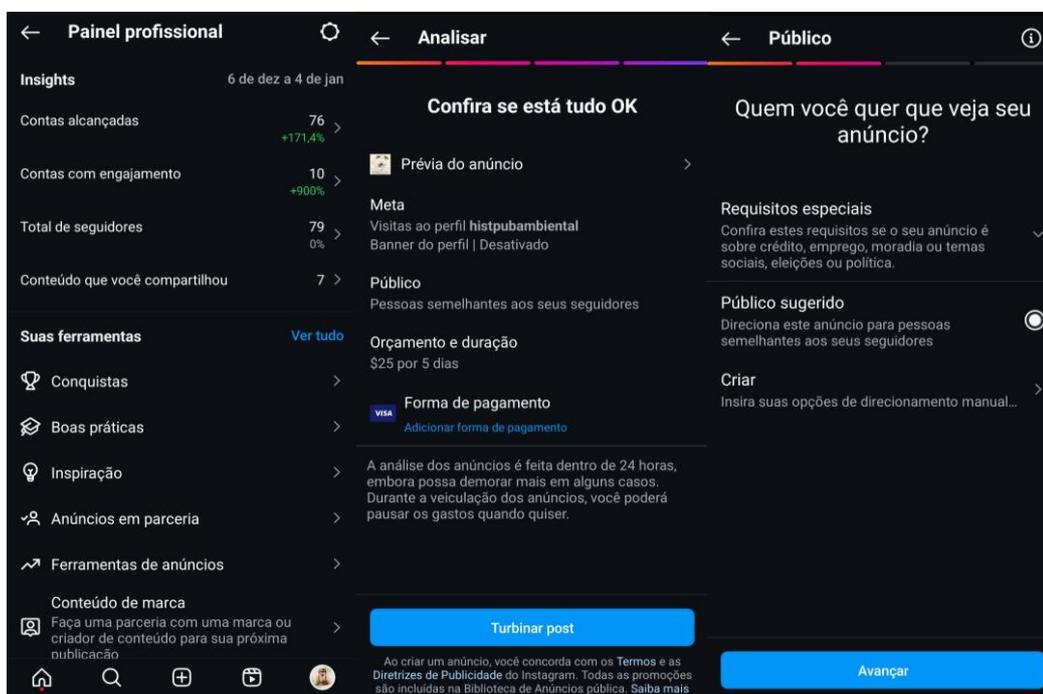
Fonte: Instagram, 2025.

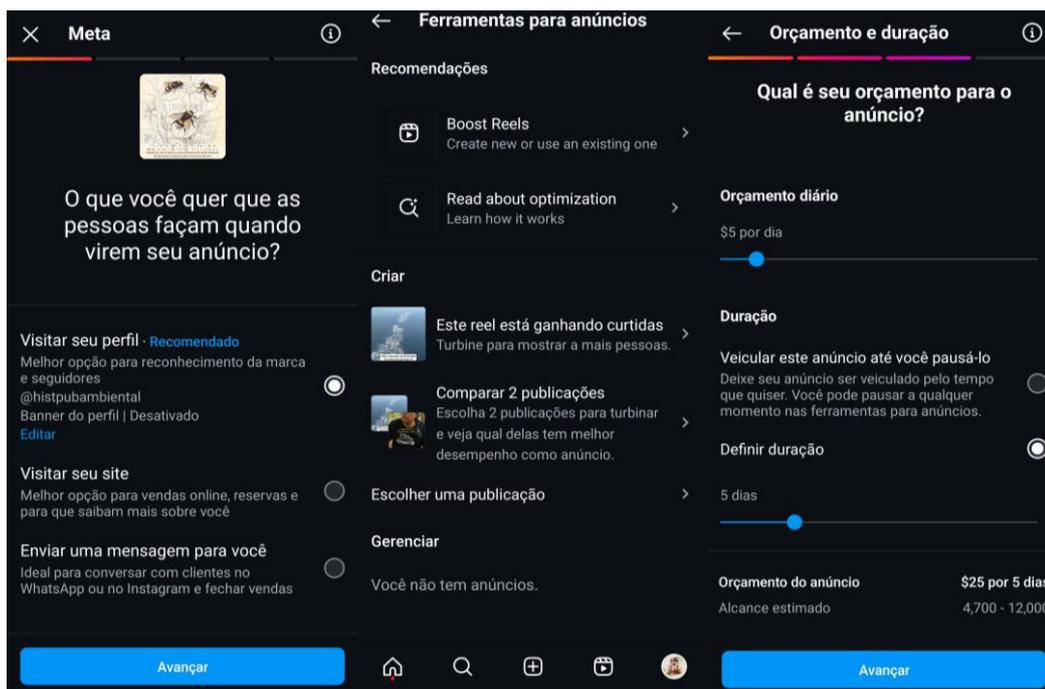
Nos *Insights* do perfil podemos comparar publicações que tiveram maior alcance e, dessa forma, direcionar temas relacionados que possam atingir mais públicos. Também delimitamos o período de 11 de outubro de 2024 e 8 de janeiro de 2025, reafirmando que pensamos os elementos dados a indivíduos para que utilizem o *Instagram* para além do fortalecimento dos ideais da sociedade de consumidores, para possam se transformar em sujeitos críticos na sociedade e não meras mercadorias forçadas a se autopromover³⁹. Assim, o

³⁹ Para saber mais sobre usuários como consumidores nas redes sociais na internet: LIMA, H. O Instagram e a sociedade de consumidores. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 18, 2013. Bauru. *Anais...* São Paulo: Intercom/Sociedade Brasileira de Estudos em Comunicação, 2013.

Instagram Insights ofereceu a vantagem de todas as informações serem disponibilizadas dentro do próprio *Instagram*, possibilitando reconhecer as particularidades dos seus públicos, analisar os resultados das suas estratégias de ação e focar em publicações que tragam resultados colaborativos. Por fim, “com os insights referentes às publicações, é possível perceber quais publicações atraem mais a atenção do público, onde com a métrica de envolvimento se identifica qual postagem mais teve interação dos usuários” (Martins *et al*, 2018, p. 12, 13).

Outra ferramenta interessante da plataforma que usamos é a possibilidade de turbinar as publicações através de anúncios financiados, fazendo com que o algoritmo da plataforma entregue o conteúdo para mais usuários. Ao usar o *Instagram* percebemos que, navegando pelo *story* ou pelo *feed*, são vistos diversos anúncios que aparecem com o nome de *Patrocinado* abaixo do nome do perfil. São diversos anúncios de todos os tipos, geralmente direcionados para pessoas que possivelmente possam ter interesse no objeto anunciado, despertando muitas vezes curiosidade para clicar e obter maiores informações sobre o conteúdo do anúncio (*Instagram*, 2021). A grosso modo, para promover uma publicação basta escolher a que se deseja divulgar, clicar em *Promover*, escolher uma meta, definir o público e por fim, definir o orçamento, que é escolhido de acordo com a quantidade de pessoas a serem alcançadas e com o tempo que irá durar a promoção do anúncio (Carnavo *et al*, 2022). Abaixo exemplifico com a sequência de imagens.





Fonte: Instagram, 2025.

Apesar de utilizar essa rede social há, pelo menos, 12 anos, estava apenas como usuário. Interagir na perspectiva de *produtor de conteúdo* trouxe novas perspectivas, com dificuldades e aprendizados. É difícil estar atento às demandas que vão surgindo diariamente dos públicos e dar conta delas. Gerar textos minimamente atrativos e que apresentem algo significativo é uma atividade que necessita empenho na pesquisa, confecção e apresentação. Mas, apesar dos números apresentados acima não chegarem próximo nem de longe aos apresentados pelos grandes perfis, é satisfatório fazer algo com a afetividade de querer dar inquietações, ferramentas de reflexões aos públicos para que eles possam atuar na produção do conhecimento e quiçá na transformação dos rumos socioambientais.

Por isso compreendo que os horizontes para o ofício do historiador público têm se apresentado como amplos. Um exemplo é que, como vimos, “as redes sociais têm sido uma área de atuação interessante, tendo em vista as repercussões de conteúdos históricos, equivocados ou não, no *Tiktok*, *Twitter*, *Facebook* e *Instagram*”. Apesar da mediação do historiador nem sempre ser desejada nessas situações, possivelmente é nelas que a presença seja mais necessária, principalmente quando compreendemos que, na produção do conhecimento histórico na *web*, as interações dos seguidores são de importância superior do que meramente o aumento no engajamento (Soares *et al*, 2024, p. 180, 186-187).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação é um convite aos historiadores e historiadoras a participarem desses novos espaços, atuando em conjunto aos públicos nos debates e na produção do conhecimento histórico. Nas discussões desta dissertação pudemos ponderar como temas históricos podem ser selecionados enquanto fio condutor e uma possibilidade de Educação Ambiental na perspectiva histórica. No caso exemplificado do jesuíta João Daniel, enquanto esteve na região Amazônica, conseguiu conhecer variados aspectos da fauna e da flora. Quando expulso para Portugal, pelas políticas reformistas do Marquês de Pombal, foi preso, mas, usou a passagem lenta dos dias para escrever e relatar o que havia vivido, experienciado e conhecido.

Ao avaliarmos o padre João Daniel e seu contexto histórico a partir da História Pública Ambiental, tive como preocupação principal trazer os públicos para o debate e levar o debate para os públicos, relacionando, especialmente, o que o João Daniel pensou, no século XVIII, com o que pode ser pensado pelos públicos no século XXI. É evidente que existe uma infinidade de temas que podem servir de fio condutor dentro dessa perspectiva, mas as articulações trazidas entorno do jesuíta abarcou aquilo que nos disponibilizamos a pensar, fazer e apresentar.

O termo História Pública, de acordo com Sevilha (2023, p. 315), é escorregadio, mas importa pensar que “o seu debate conceitual se dá em um período em que o historiador era chamado a interagir de novas maneiras na preservação de lugares históricos”. Para além do alto de sua “torre de marfim”, ele poderia utilizar a “sua expertise em prol de políticas públicas de salvaguarda e preservação do patrimônio. Um bom pontapé para pensarmos as relações entre História Pública e História Ambiental”. A constatação de que o objeto de estudo do historiador ambiental estava na dialética entre o natural e o construído trouxe algumas modificações relevantes para o diálogo com a História Pública. Ao enfoque na natureza e regiões modificadas pelo ser humano foram acrescentadas preocupações relativas à *cultura*, à *política* e à *economia*.

Em 1983, Keith Thomas concluiu que, entre 1500 e 1800, observa-se modificações significativas no modo como homens e mulheres de todos os níveis sociais percebiam e classificavam o mundo natural, sendo o questionamento da visão antropocêntrica uma das mais importantes. Warren Dean, em 1995, trabalhou com a longa duração considerando os aspectos geológicos, ecossistêmicos, culturais, sociais, políticos e econômicos que influenciaram a intervenção humana na Mata Atlântica. Essas perspectivas corroboram a noção de que a inter-relação de fatores culturais, econômicos e políticos é fundamental para compreender a dinâmica de construção, apropriação e exploração do ambiente físico (Sevilha, 2023).

Nessa jornada, conseguimos validar a Educação Ambiental de acordo com algumas contribuições possíveis trazidas pela perspectiva histórica, uma forma de interagir com públicos. Considerar uma História Pública Ambiental é pontuar a necessidade de trazer para o debate com os públicos a preocupação histórica com o ambiente atravessado pelos sujeitos e suas relações. Se por um lado a História Ambiental se preocupa com as interações entre vida social e mundo natural, as sociedades e os meios naturais, as culturas e o biofísico, por outro ela faz parte de um movimento maior das ciências humanas, de tentativa de construção de modelos mais dinâmicos, interativos. É indispensável pensar o mundo para além de um palco estático no qual se desenrola a história humana enquanto a natureza é tudo menos estática. Com ela sempre em transformação, temos que adotar visões mais interativas e menos dualistas entre o que é cultura e o que é mundo biofísico. Por isso, quando consideramos a mudança dinâmica entre cultura e biofísico, concluímos que um futuro sustentável e socialmente responsável é possível quando os sujeitos têm suas preocupações perpassadas afetivamente pelo espaço que cultiva.

Quando nos relacionamos com elementos que existem no planeta, essa não é uma relação imediata. É uma relação que passa pelos sistemas de cognição culturais, na qual sempre há uma interação (Pádua, 2011). Sobre os debates que vimos dos séculos XVIII e XIX, José Augusto Pádua afirma que não os denomina esses pensadores como pioneiros, mas considera que a formação da sensibilidade ecológica na modernidade não é um processo de algumas décadas, mas de alguns séculos. Está ligada ao processo de expansão europeia, a expansão do mundo na globalização. Nas regiões colonizadas, houve um processo muito intenso de desflorestamento, que tornava o tema do debate a respeito do mundo natural muito visível (Pádua, 2011). Sujeitos e meio natural estabelecem relações de trocas profundas, nas quais não é só o meio que atua no sujeito da mesma forma que não é só o sujeito que atua no meio. Essa dinâmica profunda de troca faz com que sujeitos se transformem ao passo que transformam a natureza.

A ferramenta que utilizei para fazer as articulações com os públicos foi o *Instagram*, uma rede social que surgiu com objetivos específicos de armazenamento de imagens e vídeos, entretanto, representa uma das formas principais em que os sujeitos (usuários), têm utilizado para se informar sobre temas como política, economia e diversos assuntos, dentre estes assuntos relacionados com o ambiente como as climáticas mudanças e a região amazônica. A intenção foi pensar e estabelecer relações entre momentos e preocupações do século XVIII com preocupações do século XXI. Evitei cair em qualquer forma de anacronismo, mas entendo que existem elementos de longa duração que podemos explorar na Educação Ambiental para que interesse e integre cada vez mais os públicos. Ao trazemos excertos de documentos pretéritos, com preocupações que permanecem, oferecemos a possibilidade de refletir e participar do

processo de construção do conhecimento. É importante, nessa relação, não trazer um conhecimento pronto e rígido, mas estar aberto à articulação e reflexão conjunta, através das maneiras de interação que a plataforma oferece. Então, destaco que “a web deve ser compreendida como história ‘viva’ e ‘pública’, praticada de forma interativa por todos”, onde historiador público deve se oferecer como intermediário nas atividades do grande público com a história e a memória na rede (Noiret, 2015, p. 34, 39).

As redes sociais são espaços cada vez mais utilizados pela sociedade contemporânea, que ganham relevância quando entendemos que o saber de experiência se dá na relação entre o conhecimento e a vida humana. Uma das características dessas redes “é favorecer espaços para compartilhar fotos, notícias e opiniões. Os variados aspectos multimídia dentro das redes sociais oportuniza a aprendizagem significativa” (Pereira *et al*, 2019, p. 5). Utilizá-las no contexto historiográfico possibilita ampliar os espaços de articulação com públicos, pois a utilização das redes sociais como ferramenta para a promoção da Educação Ambiental se insere no campo das possibilidades, dentre outras tantas, de discussão dessas temáticas.

A História Pública é particularmente política graças às suas raízes e intenções ativistas, com historiadores públicos envolvidos em investigações históricas que ultrapassam as fronteiras acadêmicas. A crise climática tem sido alimentada por danos históricos e pela negação desses danos, contexto frutífero para os profissionais da história se apresentarem como fundamentais e necessários. A Grande Aceleração do Antropoceno destacou, de forma desigual, questões como a poluição, injustiça ambiental, a intensa disputa por recursos naturais, extinções e riscos que se configuram como eventos históricos. No entanto, essas claras evidências da atual crise também possibilitaram interpretações diferentes, críticas que sugerem soluções e futuros sustentáveis para o meio ambiente.

FONTES

DANIEL, João Pe. **Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas**. T.1 e T.2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

HARZING, Anne-Wil. **Publish or Perish (PoP)** (Versão 8.14.4703). [Software]. 2007.

História Pública Ambiental. **Instagram**: @histpubambiental. Disponível em: <https://www.instagram.com/histpubambiental/>. Acesso em: 10 de julho de 2024.

INSTAGRAM. Disponível em: <https://instagram.com>. Acesso em: 18 de outubro de 2024.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina**. Rio de Janeiro, 1963.

PARIS, Edmond. **A História Secreta dos Jesuítas**. Tradução: Josef Sued. Ed. Chick Publicações, 2000.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; GUSMÃO, Cainã. História Pública do movimento ambientalista na cidade de Niterói. In: **Anais Eletrônicos do XI Encontro da Regional Sudeste de História Oral**. Niterói, RJ: UFF/ABHO, 2015.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Um Tesouro Descoberto: Imagens do Índio na Obra de João Daniel. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 3, n° 5, 198, pp. 147-160, 1996.
- BUCZENKO, Gerson Luiz. História e educação ambiental: um caminho compartilhado. In: **Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente: Avanços, Retrocessos e Novas Perspectivas**-Volume 2. Editora Científica Digital, 2022. p. 319-331.
- CAPISTRANO DE ABREU, J. **Capítulos de História Colonial: 1500-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília; 1982.
- CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. História Pública e Redes Sociais na Internet: Elementos Iniciais Para Um Debate Contemporâneo. **Transversos: Revista de História**. Rio de Janeiro, v. 07, n. 07, set. 2016.
- CASTRO, Edna Ramos de; CAMPOS, Índio (orgs). **Formação Socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015.
- CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: editora Forense Universitária, 1982.
- CHARTIER, Roger. **A Aventura do Livro: do leitor ao navegador**. Tradução: Reginaldo Carmello Correa de Moraes. São Paulo: Editora UNESP. 1998.
- CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília: Editora UnB, 1994.
- CONDE, Miguel – Globo Universidade. **Entrevista: Professor José Augusto Pádua fala sobre História Ambiental**. 2011. Disponível em: <https://redeglobo.globo.com/globouniversidade/noticia/2011/09/entrevista-professor-jose-augusto-padua-fala-sobre-historia-ambiental.html>. Acesso em: 12 de julho de 2024.
- COSTA, Kelerson Semerene. Natureza, colonização e utopia na obra de João Daniel. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, 1997, v. 14, suplemento, p. 95 - 112, dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v14s0/05.pdf>. Acesso em: 15 de fev. 2022.
- COSTA, Kelerson Semerene. Natureza, colonização e utopia na obra de João Daniel. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, 1997, v. 14, suplemento, p. 95 - 112, dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v14s0/05.pdf>. Acesso em: 15 de fev. 2022.
- CRESTANI, Leandro de Araújo. Ensino de história, História Pública e as TDICS na construção do saber histórico. **Anais Eletrônico do XIII Encontro Estadual de História: "História e mídias: narrativas em disputas"**, 2020.

DA CUNHA BORGES, Carlos Eduardo. A HISTÓRIA PÚBLICA COMO UMA FORMA DE ATIVISMO? REFLEXÕES SOBRE JUSTIÇA SOCIAL E O PAPEL DO HISTORIADOR PÚBLICO. **Horizontes Históricos**, v. 9, n. 2, p. 139-159, 2024.

DE ALMEIDA ROCHA, Juliana; ARAÚJO, Juliano José de. História Pública produzida pelo povo indígena Paiteer Suruí: apresentação da etnia na rede social Instagram @paiteer_surui. **Revista Histórias Públicas**, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 196–217, 2024. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/historiaspublicas/article/view/8393>. Acesso em: 7 jan. 2025.

DE SOUZA, Laís Machado; FIGUEIREDO, Roniel Santos. Desdobramentos pedagógicos da utilização do instagram para a promoção da Educação Ambiental. **Revista Interdisciplinar Sulear**, p. 138-152, 2021.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DEWEY, John. **Experiência e educação**. Editora vozes, 2023.

DIAMOND, Jared. **Colapso**: Como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso. Tradução: Alexandre Raposo. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

DIAS, Manuel Nunes. Colonização da Amazônia (1755-1778). **Revista de História**, v. 34, n. 70, p. 471-490, 1967.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant’Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. 6ª ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

DRUMMOND, José Augusto. A HISTÓRIA AMBIENTAL: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991. p. 177-197.

DRUMMOND, José Augusto. **Devastação e preservação ambiental**: os parques nacionais do estado do Rio de Janeiro. Niterói: EDUFF, 1997.

ESTEVAM, Bread Soares. Da crise ambiental ao despertar da consciência ecológica: Diálogos entre a História Ambiental e a Educação Ambiental. **Revista do Lhiste-Laboratório de Ensino de História e Educação**, v. 4, n. 6, 2017.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (Sob a direção). — **História Geral da Civilização Brasileira**. I. — A época colonial. — Do Descobrimento à expansão territorial. — Administração, Economia, Sociedade. São Paulo, 1960. Difusão Europeia do Livro. 2 vols. 16 il. Notas de MARIA REGINA DA CUNHA RODRIGUES. p. 547 – 551.

HOLANDA, S.B. de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1995.

JUNIOR, Jonas da Silva Gomes. Imaginários, representações e Amazônia: análise da Construção de sentidos nos discursivos das ONGs Greenpeace e WWF. **Revista Observatório**, Palmas, v. 4, n. 5, p. 597- 633, ago. 2018.

KOLBERT, Elizabeth. **A sexta extinção**: uma história não natural. Tradução: Mauro Pinheiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

KURY, Lorelai. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). **História, ciências, saúde**, Manguinhos, v. 11, p. 109-129, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão et al. Campinas: Unicamp, 1990.

LEAL, Bruno Souza; ANTUNES, Elton O testemunho midiático como figura de historicidade: implicações teórico-metodológicas Chasqui. **Revista Latinoamericana de Comunicación**, n. 129, agosto-noviembre, 2015, p. 213-228

LOBATO, Ana Emília da Luz. **O tesouro escondido na Amazônia**: um estudo sobre natureza, trabalho e riqueza na obra do jesuíta João Daniel. Tese (Mestrado – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-graduação em História Social). São Paulo, 2009.

MARRAS, Stelio; TADDEI, Renzo (orgs). **O Antropoceno**: sobre modos de compor mundos. Belo Horizonte: Fino Traço, 2022.

MARTINS, Bárbara Isis; ALBUQUERQUE, Lívia Cristina Enders; NEVES, Manoella. Instagram insights: ferramenta de análise de resultados como nova estratégia de marketing digital. **Intercom**, v. 1, p. 1-13, 2018.

MARTINS, Diego de Cambraia. A economia amazônica na longa duração (c.1680-1807). **Anais do XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas**. Niterói: UFF/ABPHE, 2017.

MENDES, Ana Stela Vieira. A RELAÇÃO HOMEM-NATUREZA ATRAVÉS DOS TEMPOS: a necessidade da visão transdisciplinar como fundamento do direito ambiental. **Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI**. Fortaleza, 2010.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Lei nº 9.795**, de 27 de abril de 1999. Diário Oficial da União, Brasília, 2000.

MONTEIRO, Emily Vitória Neves; ROCHA, Denilton Gabriel Ambrosio da. História Pública, Ciência e Intelectualidade. In: IV Jornada Internacional Sobre Educação e Ensino em Momentos de Transformações Sociais: Passado e Presente - Educação, Ciência e Inovação Tecnológica na perspectiva histórica, 4, 2024, Paranavaí. **Anais**, Paranavaí-PR: Unespar, 2024. p. 239-247.

MORAES, Eulália Maria Aparecida de; ROCHA, Denilton Gabriel Ambrosio da. Os Tesouros da Amazônia e a “Utopia” de uma Agricultura Próspera no Século XVIII: Educação e método nas memórias do jesuíta João Daniel (1722 – 1776). **RELPE**: Revista Leituras em Pedagogia e Educação, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 154–173, 2022. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/relpe/article/view/14964>. Acesso em: 27 set. 2024.

NOIRET, Serge. História Pública Digital. **Liinc em Revista**, [S. l.], v. 11, n. 1, 2015. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3634>. Acesso em: 27 set. 2024.

PÁDUA, José A. Vivendo no Antropoceno: incertezas, riscos e oportunidades. In: **museu do amanhã**. Disponível em: <https://museudoamanha.org.br/livro/10vivendo-noantropoceno.html>. Rio de Janeiro: MA, 2015.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos avançados**, 24 (68), p. 81-101, 2010.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PÁDUA, José Augusto; CARVALHO, Alessandra Izabel de. A construção de um país tropical: apresentação da historiografia ambiental sobre o Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.27, n.4, out.-dez. 2020, p.1311-1340.

PÁDUA, José Augusto; SARAMAGO, Victoria. O Antropoceno na perspectiva da análise histórica: uma introdução. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 24, n. 54, p. 659-669, 2023.

PASCHOAL, Tainá Guimarães. O Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas (1741-1757) de João Daniel e a História da Alimentação. **XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH**. Natal – RN. p. 1-8, 2013.

PEREIRA, Elenita Malta; LOPES, Alfredo Ricardo Silva. A última catástrofe planetária? História ambiental e história do tempo presente, uma aproximação necessária. **Tempo**, v. 30, n. 1, 2024.

PEREIRA, Priscila Campos; BORGES, Flavio Ferreira; BATISTA, Valquíria Perilo S.; TELES, Lucio França. Identificando práticas educacionais no Instagram: uma revisão sistemática. **Itinerarius Reflectionis**, Jataí-GO., v. 15, n. 2, p. 01-19, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufj.edu.br/rir/article/view/55543>. Acesso em: 2 jan. 2025.

PINO, J. P. História ambiental e ensino de história: caminhos possíveis. **Brazilian Journal of Animal and Environmental Research**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 1-17, 2024.

PONTING, Clive. **Uma história verde do mundo**. Tradução: Ana Zelma Campos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

PORRO, Antonio. Um “tesouro” redescoberto: os capítulos inéditos da Amazônia de João Daniel. **Revista do IEB**, São Paulo, n. 43, p. 127-147, set. 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=405641265006>. Acesso em: 15 de fev. 2022.

PRADO, Giliard da Silva. Por uma história digital: o ofício de historiador na era da internet. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 13, n. 34, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180313342021e0201>. Acesso em: 27 set. 2024.

PRATT, M. L. **Os olhos do império, relatos de viagem e transculturação**. Tradução: Jézio Hermani Bonfim. Bauru: EDUSC, 1999.

RECUERO, R. Contribuições da Análise de Redes Sociais para o estudo das redes sociais na Internet: o caso da hashtag #Tamojuntodilma e #CalaabocaDilma. **Revista Fronteiras**, São Leopoldo, v. 16, p. 60-77, 2014.

RECUERO, Raquel. A rede é a mensagem: Efeitos da Difusão de Informações nos Sites de Rede Social. In: VIZER, E. (org). **Lo que McLuhan no previó**. 1ed. Buenos Aires: Editorial La Crujía, v. 1, p. 205-223, 2012.

RECUERO, Raquel. **Introdução à análise de redes sociais**. Salvador: EDUFBA, 2017.

REDIG, Annie Gomes; MASCARO, Cristina Angélica A. C. Formação docente na perspectiva da educação inclusiva pelo viés do Instagram. **Interfaces Científicas-Educação**, v. 10, n. 3, p. 133-144, 2021.

ROCHA, Juliana de Almeida. **Produção Paiter Suruí sob perspectiva da História Pública na rede social Instagram @paiter_surui**. 2023. 91 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Departamento Acadêmico de História (DAH), da Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR, Campus "José Ribeiro Filho" de Porto Velho (RO).

SANTOS, Eulália Maria Aparecida Moraes dos. **DOS COMETAS DO NORDESTE AOS TESOUREOS DA AMAZÔNIA: OS JESUÍTAS JOÃO DANIEL E JOSÉ MONTEIRO DA ROCHA NO CONTEXTO DAS CIÊNCIAS NATURAIS DO SÉCULO XVIII**. 2006. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Departamento de História, Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, 2006. 319 f.

SÃO BENTO, Viviane Machado Caminha; SANTOS, Nadja Paraense. Boticas jesuítas: apontamentos sobre a produção de medicamentos e a utilização de recursos naturais no Brasil colonial. **História Revista**, v. 20, n. 3, p. 4-22, 2015.

SCHUELER, Alessandra. Educação, experiência e emancipação: contribuições de EP Thompson para a história da educação. **Revista Trabalho Necessário**, v. 12, n. 18, 2014.

SCHWARTZ, Yves. A experiência é formadora? **Educação & Realidade**, v. 35, n. 1, p. 35-48, 2010.

SCWARCZ, Lilia Moritz (com Paulo Cezar de Azevedo e Ângela Marques da Costa). **A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis**. Do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

SEVILHA, Fabíula. História Ambiental e História Pública: perspectivas para (re)acender o diálogo no Brasil. **Revista Brasileira de História**, vol. 43, n. 93, 2023, p. 311-331.

SIEWIERSKI, Henryk. **Expulsão da Amazônia e a sua reconquista no Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas do Pe. João Daniel**. Fundação Biblioteca Nacional, 2008.

SIEWIERSKI, Henryk. O Tesouro Da Alteridade Amazônica Na Obra Do Padre João Daniel. **Revista Sentidos da Cultura**, Belém/Pará, v.1, n. 1, p. 81-92, jul-dez/2014.

SOARES, F. B.; BONOTO, C.; VIEGAS, P.; SALGUEIRO, I.; RECUERO, R. Infodemia e Instagram: como a plataforma é apropriada para a produção de desinformação sobre a hidroxicloroquina? **Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos**, v. 23, n. 2, 2021, p. 89-103.

SOARES, Franciele Silva; DA SILVA LOPES, Leonardo; BONETE, Wilian Junior. Sobre História (Pública) no Instagram: Experiências e Potencialidades do Meme para a Divulgação e Construção do Conhecimento Histórico. **Convergências: estudos em Humanidades Digitais**, v. 2, n. 6, p. 171-190, 2024.

SOUZA, Graziella Praça Orosco de; FLUMINHAN, Antonio. A História Ambiental no Processo de Educação Ambiental. **Colloquium Humanarum, [S. l.]**, v. 12, n. 1, p. 21-29, 2015.

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia**: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2021.

SULIANI, Carla; KLANOVICZ, Jó; DA SILVA, Claiton Marcio. Antropoceno: história, historiografia e perspectivas. **Revista Cadernos do Ceom**, v. 36, n. 59, p. 40-55, 2023.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). Tradução: João Robertos Martins Filho. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

VAINFAS, Ronaldo. **Conclusão**: Caminhos e Descaminhos da História. In: CARDOSO, Ciro. Domínios da História. p. 621-633.

WAINER, Ann Helen. Legislação Ambiental Brasileira: Evolução Histórica Ambiental. **Revista de Informação Legislativa**, volume 30, n. 118, p. 191-206, abr./jun. 1993.